

CRÍTICA DA CAMPANHA DO HEJAZ (1916-1917): LAWRENCE & A REVOLTA ÁRABE

Rafael Oliveira de Ávila

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada por:

Prof. Domício Proença Júnior, D.Sc.

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Júnior, D.Sc.

Prof. Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa, D.Sc.

Rio de Janeiro, RJ - Brasil
OUTUBRO DE 2005

ÁVILA, RAFAEL OLIVEIRA DE

Crítica da Campanha do Hejaz (1916-
1917): Lawrence e a Revolta Árabe
[Rio de Janeiro] 2005

X, 106p. 29,7 cm (COPPE/UFRJ, M.Sc.,
Engenharia de Produção, 2005)

Dissertação – Universidade Federal do Rio de
Janeiro, COPPE

1. Engenharia de Produção

2. Estudos Estratégicos

3. Guerrilha – Revolta Árabe

I- COPPE/UFRJ II- Título (série)

À Juliana.

“Todos os homens sonham, mas não da mesma forma. Os que sonham à noite, nos mais fundos recessos de suas mentes, despertam ao amanhecer para descobrir que tudo não passava de vaidade. Mas os sonhadores do dia são homens perigosos, pois podem se empenhar por seus sonhos de olhos abertos e convertê-los em realidade.” (T.E. Lawrence, “Os Sete Pilares da Sabedoria”)

Agradecimentos

Esta dissertação é somente uma parte ínfima das coisas que vivi e aprendi nesses últimos dois anos (e meio) de mestrado. Às vezes, visamos tanto a chegada que nos esquecemos de contemplar o caminho. Aqueles que menciono, saibam, são parte fundamental do caminho.

Menciono, em primeiro lugar, aquelas pessoas que me deram abrigo e carinho no Rio de Janeiro. Grande parte dessa trabalho não seria possível sem vocês: Pegê, Lílian, Yoná, Júlio, Yône, João, Yedinha, Toninho e respectivas famílias (que inclui cachorros e até papagaios). Gratidão Sempre.

Meus dois companheiros de mestrado, os “combatentes”, Tiago Campos e Wilson Lauria (sua esposa, Jacqueline e sua filhinha, Pilar). “Band of Brothers”... esse termo explica tudo.

Agradeço ainda minha família que ficou de longe torcendo para meu sucesso: os Ávila, os Oliveira e os Hauck.

Cepik e Genio, tudo começou por causa de vocês. Muito obrigado.

Não poderia me esquecer nunca dos meus amigos do Grupo de Estudos Estratégicos: Jacqueline Muniz, Érico Duarte, Leonardo Quirino, Salvador Raza e Mauro Mosqueira – quisera eu um dia escrever como vocês. Também, menciono meus colegas e amigos de Belo Horizonte, que apostaram e apostam no meu sucesso: Danny, Jorge Lasmar, Rodrigão, Paulo Esteves, Onofre, Javier, Bárbara, Júlio Buere e toda turma de Relações Internacionais da PUC-Minas e do UNI-BH. Isso inclui meus alunos, que foram mais do que simples cobaias de minhas idéias.

Menciono ainda minhas muitas outras “mães” que tive no caminho: Lindalva e Fátima. À vocês duas meu mais profundo agradecimento. Agradeço ainda a turma da van, por fazerem minhas passagens pela Linha Amarela algo menos tenso; da cantina e do xerox.

Por fim, agradeço duas pessoas que me proporcionaram os momentos mais difíceis, mas também os mais felizes, dos últimos anos: Domício, meu *sensei*, e Juliana, meu amor (e futura esposa). Conciliar o que vocês queriam de mim nesse tempo foi um martírio, mas no final deu certo.

Domício, o cavalinho amarrado na corda, que corria sem parar de um lado para o outro, conseguiu chegar até o final. Juliana, na academia aprendi a definir, a categorizar, a qualificar e a teorizar grande parte dos fenômenos mas, só com você, consegui enfim entender o que é o amor.

Devo agradecer ainda ao CNPq que financiou meus estudos.

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

CRÍTICA DA CAMPANHA DO HEJAZ: (1916-1917): LAWRENCE E A REVOLTA ÁRABE

Rafael Oliveira de Ávila

Outubro/ 2005

Orientador: Domício Proença Júnior

Programa: Engenharia de Produção

Esta dissertação consiste na aplicação da Crítica Clausewitziana à Campanha do Hejaz, uma das duas campanhas que compõem a Revolta Árabe (1916-1918), ambas descritas na obra “Os sete Pilares da Sabedoria” de T. E. Lawrence. É exposta a importância da Crítica como ferramenta para a análise e reconstrução de um evento histórico bélico. São evidenciados os passos teóricos que a configuram tal como expressos por Clausewitz. Segue-se a aplicação da ferramenta ao objeto em análise, por meio de seus três passos fundamentais: 1º.) a pesquisa histórica, no qual o objeto é contextualizado; 2º.) a análise crítica, onde os dados fundamentais descritos são questionados e um plano teoricamente embasado é proposto e; 3º.) o criticismo, onde é aferido juízo acerca das escolhas concretas na marcha dos eventos. Com isso, reconstrói-se o evento histórico por meio de fundamentos teóricos e testa-se a veracidade dos relatos.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

CRITIC OF HEJAZ CAMPAIGN: LAWRENCE AND THE ARAB REVOLT

Rafael Oliveira de Ávila

October/ 2005

Advisor: Domício Proença Júnior

Department: Production Engineering

This dissertation consists in the applying the Clausewitzian's Critic to the Hejaz Campaign, one of the two campaigns that composed the Arab Revolt, both described in the book "Seven Pillars of Wisdom" by T. E. Lawrence. It's exposed the importance of the Critic as a tool for the analysis process and as a reconstruction of a military historical event. It's also exposed the theoretical steps that configures this tool as expressed by Clausewitz. It's followed by the application of the tool to the object according to its three fundamental steps: 1st.) historical research, where the object is contextualized; 2nd.) critical analysis, where the fundamental data is described and a theoretical plan is developed and; 3rd.) criticism, where a judgement of the concrete choices in the course of the events is done. With all this, the historical event is reconstructed by theoretical fundamentals and the veracity of facts are tested.

Sumário

| | |
|---|--------|
| Introdução | p. 01 |
| Capítulo 1. A Crítica Clausewitziana | p. 13 |
| Capítulo 2. Contextualizações histórica e geográfica da Campanha do Hejaz | p. 17 |
| 2.1. A I Guerra Mundial e o Teatro de Operações Europeu | p. 17 |
| 2.2. O Teatro de Operações do Oriente Médio | p. 21 |
| 2.3. Breve descrição da Revolta Árabe segundo a obra “Os Sete Pilares da Sabedoria” | p. 28 |
| Capítulo 3. Análise Crítica da Campanha do Hejaz | p. 30 |
| Notas Preliminares | p. 30 |
| 3.1. Panorama da Campanha do Hejaz | p. 32 |
| 3.1.1. Forças Árabes | p. 32 |
| 3.1.2. Forças Turcas | p. 40 |
| 3.1.3. Início da Revolta – Os ataques à Medina e Meca | p. 46 |
| 3.1.4. De Outubro de 1916 a Janeiro de 1917 – Marcha de Rabegh à Yenbo; De Yenbo para Wehj | p. 48 |
| 3.1.5. Base de Wehj – a modificação da estratégia árabe | p. 51 |
| 3.1.6. De Maio à Junho de 1917 – a marcha rumo à Akaba | p. 52 |
| Capítulo 4. Planos de campanha do ataque e da defesa | p. 55 |
| 4.1. Plano de Campanha ofensivo | p. 56 |
| 4.2. Plano de Campanha defensivo | p. 62 |
| 4.3. Comparação do nosso plano teórico com os planos reais da campanha do Hejaz | p. 68 |
| Capítulo 5. Desenvolvimento dos Plano de campanha do ataque e da defesa, ou Marcha propriamente dita da Campanha | p. 72 |
| 5.1. Considerações Gerais | p. 72 |
| 5.1.1. O ataque | p. 73 |
| 5.1.2. A defesa | p. 82 |
| Considerações Finais | p. 84 |
| Bibliografia | p. 88 |
| Anexos | p. 97 |
| Notas de Fim | p. 106 |

| Índice de Tabelas | |
|---|-------|
| Tabela 01. Participantes na IGM | p. 17 |
| Tabela 02. Forças na I GM | p. 18 |
| Tabela 03. Distâncias estimadas entre as cidades do Hejaz | p. 25 |
| Tabela 04. Tamanho estimado das Forças Árabes | p. 35 |
| Tabela 05. Conclusões sobre o tamanho das Forças Árabes | p. 40 |
| Tabela 06. Quadro Comparativo entre forças na I GM | p. 41 |
| Tabela 07. Conclusões sobre o tamanho das forças de Feisal e Lawrence | p.43 |
| Tabela 08. Conclusões sobre o Tamanho da Força Turca | p. 46 |
| Índice de Figuras | |
| Figura 01. O Teatro de Operações do Oriente Médio e Próximo | p. 20 |
| Figura 02. Arábia, Síria e Mesopotâmia | p. 21 |
| Figura 03. Regiões da Síria e Palestina | p. 22 |
| Figura 04. Panorama do Império Turco | p. 23 |
| Figura 05. A Região do Hejaz | p. 24 |
| Figura 06. A Ferrovia do Hejaz | p. 27 |
| Figura 07. Região do entorno de Medina | p. 47 |
| Figura 08. Mapa do Hejaz até Wehj | p. 51 |
| Figura 09. Wehj e região | p. 52 |
| Figura 10. Akaba e região | p. 53 |

Esta dissertação consiste na aplicação da Crítica Clausewitziana à Campanha do Hejaz, uma das duas campanhas que compõem a Revolta Árabe (1916-1918), ambas descritas na obra “Os sete Pilares da Sabedoria” de T. E. Lawrence. É exposta a importância da Crítica como ferramenta para a análise e reconstrução de um evento histórico bélico. São evidenciados os passos teóricos que a configuram tal como expressos por Clausewitz. Segue-se a aplicação da ferramenta ao objeto em análise, por meio de seus três passos fundamentais: 1º.) a pesquisa histórica, no qual o objeto é contextualizado; 2º.) a análise crítica, onde os dados fundamentais descritos são questionados e um plano teoricamente embassado é proposto e; 3º.) o criticismo, onde é aferido juízo acerca das escolhas concretas na marcha dos eventos. Com isso, reconstrói-se o evento histórico por meio de fundamentos teóricos e testa-se a veracidade dos relatos.

This dissertation consists in the applying the Clausewitzian's Critic to the Hejaz Campaign, one of the two campaigns that composed the Arab Revolt, both described in the book "Seven Pillars of Wisdom" by T. E. Lawrence. It's exposed the importance of the Critic as a tool for the analysis process and as a reconstruction of a military historical event. It's also exposed the theoretical steps that configures this tool as expressed by Clausewitz. It's followed by the application of the tool to the object according to its three fundamental steps: 1st.) historical research, where the object is contextualized; 2nd.) critical analysis, where the fundamental data is described and a theoretical plan is developed and; 3rd.) criticism, where a judgement of the concrete choices in the course of the events is done. With all this, the historical event is reconstructed by theoretical fundamentals and the veracity of facts are tested.

Introdução

O presente trabalho consiste na aplicação da metodologia da Crítica [*Kritik*] tal como expressa em Clausewitz no capítulo 5 do livro II de sua obra magna, o “Da Guerra”¹. A Crítica Clausewitziana trata da clarificação, avaliação e da crítica das decisões e ações de eventos históricos à luz de uma teoria.

A Crítica Clausewitziana se constrói de forma a extrair ensinamentos desde o estudo da história ou, particularmente, de um evento histórico específico. Segundo Clausewitz, o estudo da história é importante por duas razões. A primeira porque, “indubitavelmente, o conhecimento básico da arte da guerra é empírico” (II-6:199). Segundo, porque “as pessoas aprendem mais no exemplo que na prescrição” (*idem*).

Para Clausewitz, este evento histórico em análise pode ser uma guerra, uma campanha ou mesmo uma batalha. Nesta dissertação, o objeto da Crítica é a Campanha do Hejaz, uma das campanhas que compõem o episódio histórico conhecido como Revolta Árabe. Esta é a campanha fundadora da discussão de T E Lawrence, “Lawrence das Arábias”, sobre a qual edifica-se a primeira proposta explícita de uma teorização da “guerrilha”. Trata-se, portanto, de um objeto de relevância para os Estudos Estratégicos, que curiosamente não foi objeto de análises mais cuidadosas apesar da grande relevância da teorização de Lawrence para a história do Século XX².

A Crítica nos permite reconstruir o evento histórico à luz de uma teoria, até porque, a empiria não existe em si mesma mas depende de um enquadramento teórico que lhe empreste significado (LAKATOS: 1998). A Crítica permite também testar a validade de uma formulação teórica por meio desta empiria.

¹ CLAUSEWITZ, Carl Von (1993). *On War*. Edited and translated by Michael Howard and Peter Paret. New York, Alfred A. Knopf.

² Para a compreensão da importância da teorização de T. E. Lawrence: FALLS (1953), PARET & SHY (1962), ENGLISH (1987), PROENÇA JR. *et al.* (1996), BROWNE (2003) e GAT (2003). Ver as discussões acerca da influência de Lawrence em outros estudos acerca do fenômeno da guerrilha em: ENGLISH (1987) e GAT (2003).

Em termos do uso da história para a compreensão da guerra, com a Crítica, evita-se o processo de imputar fracasso ou sucesso às escolhas concretas, numa guerra, campanha ou batalha, somente pelo resultado que essas escolhas geraram. Desta forma, ela impede a perpetuação da idéia de que decisões mal feitas levam somente a resultados desfavoráveis, enquanto boas escolhas levam necessariamente ao sucesso. Em última análise, a Crítica nos permite entender que a verdadeira história de um acontecimento bélico não é necessariamente aquela que é oficialmente relatada.

1. Sobre a estrutura da Dissertação

A estrutura da presente dissertação reflete, a forma com que Clausewitz a realiza, notadamente na obra *Campanha de 1814 na França*³. Assim, no capítulo 1 se apresenta o entendimento da ferramenta da Crítica; no Capítulo 2 se contextualiza esta campanha em termos da Primeira Guerra Mundial, para em seguida emular, para o caso do Hejaz, o esforço de Clausewitz. De fato, os demais capítulos, 3, 4 e 5, foram pensados e construídos seguindo rigorosamente a forma pela qual Clausewitz exercitou a Crítica.

Assim, o Capítulo 1 descreve e define as bases metodológicas da Crítica, explicitando os requisitos teóricos de tal abordagem, indicando a forma pela qual a Crítica é construída e pela qual o objeto é analisado. Sumariamente, os passos da Crítica consistem na pesquisa histórica do evento em análise, na análise de dados e construção de planos teoricamente embasados e, na aferição de juízo acerca das escolhas concretas na marcha dos eventos.

O Capítulo 2 cumpre um dos requisitos fundamentais para o entendimento de um evento histórico: sua contextualização. Sem uma contextualização do objeto poderíamos inferir determinadas considerações e extrair algumas conclusões que, à luz do episódio em si estariam corretos porém, quando confrontadas com a realidade mais ampla, poderiam imputar erros. Desta forma, faremos uma breve apresentação, partindo do contexto mais amplo para o contexto mais específico na qual a Campanha do Hejaz se insere. Ou seja, sua inserção na I Guerra Mundial, no Teatro de Operações do Oriente Médio e daí na Revolta Árabe. Este capítulo 2 é parte de uma das etapas da Crítica, isto

³ CLAUSEWITZ, Carl Von (Sd). *Campagne de 1814*. Traduit de L'Allemand Par G. Duval de Fraville. Éditions Ivrea, Paris.

é, o tratamento do evento histórico tal como ele é conhecido, apurando os fatos de maneira criticamente construída em termos de fontes e aferindo a consistência de relatos e informações. Trata-se, portanto, da apresentação do relato histórico, sem que se preocupe ainda com o teste por parte da teoria.

Os capítulos em diante foram construídos seguindo-se à risca a estrutura expositiva usada por Clausewitz na *Campanha de 1814*, pois ela segue as etapas da Crítica de um evento histórico exatamente como Clausewitz a expressou no II-5. Assim, no Capítulo 3, faz-se a apresentação e discussão das forças envolvidas na guerra e a posição que essas ocuparam ao longo da marcha dos eventos. Isso corresponde à descrição da Campanha ela mesma como resultado da depuração de erros e equívocos de relatos históricos.

O Capítulo 4 consiste no estabelecimento dos planos de campanha, do ataque e da defesa, seguindo a lógica intrínseca preconizada pela teoria da guerra, para, em um segundo momento, confrontá-los com os planos reais da Campanha. Ou seja, utiliza-se a ferramenta teórica para propôr cursos de ação e confrontam-se essas propostas com aquilo que foi pensado pelos contendores em termos concretos. Segundo Clausewitz, não basta apenas condenar uma determinada decisão, é preciso apresentar uma alternativa melhor de curso de ação (II-5:188). É dizer, é preciso não somente discutir os meios empregados e o seu emprego, mas sim apresentar todos os meios e usos possíveis, erigindo alternativas teoricamente consistentes. Sendo assim, teoria serve ao entendimento da história, evitando-se o equívoco de críticos superficiais, que [pensam] que deve[m] somente indicar o método que considera[m] ser melhor, sem ter que fornecer provas. Como consequência nem todo mundo é convencido; outros seguirão o mesmo procedimento, e a controvérsia se iniciará sem que se tenha nenhuma base para a discussão (II-5:189-190).

O Capítulo 5 é o momento em que se emite juízo acerca da marcha dos eventos e das decisões tomadas pelos comandantes de ambos os lados. Se no capítulo 4 a teoria serve ao entendimento da história, nesse capítulo, a história poderá indicar os limites da teoria. Ou seja, enquanto no capítulo 4 apresenta-se alternativas teoricamente construídas, no capítulo 5 essas servirão como juízo das escolhas concretas, ao mesmo

tempo, que as escolhas concretas poderão evidenciar os limites da teoria. Com isso, cumprem-se todas as etapas da Crítica.

2. Sobre a trajetória da Dissertação

O objeto em análise, a Campanha do Hejaz, vem para encerrar, temporariamente, o ciclo de estudos do autor dessa dissertação iniciado em 2002, meses antes da entrada formal no mestrado. De fato, o objeto acabou por se tornar uma parcela ínfima da temática de estudos eleita como norteadora de nossa pesquisa: a guerra de guerrilhas.

A guerra de guerrilhas foi a temática principal que orientou os estudos do autor ao longo desses últimos anos. De fato, o projeto que possibilitou o ingresso do mesmo no mestrado tinha a guerra de guerrilhas como sua principal temática. Mais especificamente, tinha a teoria da guerrilha árabe de T.E. Lawrence, ou como é mais conhecido, Lawrence das Arábias, como um recorte potencial para o estudo. Neste sentido, e paralelamente ao cumprimento dos créditos formais do mestrado, o autor se preocupou com a revisão da literatura de guerrilha, e especialmente com a revisão da literatura cujo objeto fosse Lawrence e a Revolta Árabe.

No que concerne à guerrilha, buscamos consolidar as bases para o entendimento do fenômeno no qual Lawrence estava inserido, focando:

- i) na discussão da guerrilha na história – com isso buscamos detectar semelhanças e diferenças entre os diversos episódios históricos que pudessem nos orientar para o entendimento de nosso próprio objeto;
- ii) nos aspectos que concernem aos meios da guerra de guerrilhas – ou seja, focamos nos aspectos táticos e estratégicos que diferenciam a guerrilha de outros fenômenos bélicos;
- iii) nos principais praticantes do campo e suas obras – com isso buscamos determinar com quem e com quais obras poderíamos dialogar, visto que Lawrence é proponente de um entendimento particular acerca da guerra de

guerrilhas tal como expressa em seu texto “Science of Guerrilla Warfare” e no cap. 35 do “Sete Pilares da Sabedoria”.

3. Apreciação da Bibliografia: da guerrilha como objeto à Crítica da Campanha do Hejaz

Isso oferece a oportunidade de compartilhar, na forma de uma breve apreciação da bibliografia – por motivos que logo serão claros –, que não é adequado falar de uma revisão bibliográfica *stricto sensu* – sobre a temática da “guerrilha”. De imediato é necessário apor a cautela de que este termo admite matizes distintos para cada um dos diversos autores que se propuseram a tratá-lo. De fato, um dos limites da presente dissertação foi a impossibilidade de estabelecer de forma inequívoca o que corresponderia, na estrutura teórica de Clausewitz, à “guerrilha” de maneira útil para o entendimento da literatura existente.

Percebem-se três recortes nesta literatura: a guerrilha como um recorte na história das guerras; a guerrilha como objeto da reflexão ou análise do bélico; a guerrilha como rumo para a ação política pela pena de teóricos praticantes.

Em relação à guerrilha na história, temos: ASPREY (1994), que não define conceitualmente guerrilha. Este autor, por não estabelecer um exame criterioso do que seja o fenômeno, elege casos empíricos que ora parecem se aproximar da guerra que visa a destruição do oponente pela atrição, ora de guerras regulares só que em pequena escala. ASPREY (1994) usurpa conceitos, como ‘povo em armas’ de Clausewitz, que é a matriz do entendimento de Clausewitz da guerrilha, sem explicitar teoricamente do que se trata; BECKET (1996), que define guerrilha, segundo ele próprio, não pela razão pela qual elas lutam, nem onde, nem quando e sim pela forma que elas lutam. Para ele, “guerra de guerrilhas é uma série de táticas” (1996:04); COWLEY & PARKER (1996), ainda que não tratassem exclusivamente do fenômeno, apresentam uma série de episódios que são, na literatura do campo, entendidos como guerra de guerrilhas e; JOES (1996), que serve como uma boa fonte de bibliografia mas cujo critério de escolha dos episódios que são guerrilha é completamente subjetivo. Todos estes suprem a necessidade do tratamento da guerrilha na história de forma a possibilitar uma visão mais ampla do fenômeno e do nosso objeto específico – a guerrilha de Lawrence. Todos tratam, com graus de profundidade variáveis, esta guerrilha.

Em relação aos livros cujo objeto são, em parte ou no todo, os aspectos que concernem aos meios na guerrilha temos: FALLS (1953), em dois de seus capítulos. Ele é o primeiro autor que buscou apresentar a discussão do campo à luz do diálogo entre teorias que, segundo ele, inauguram o estudo científico da guerrilha. Seu foco são os trabalhos de Clausewitz, Callwell e Lawrence; JONES (1986), discute as bases estratégicas de uma luta guerrilheira, propondo inclusive um quadro analítico por onde se enquadram, segundo ele próprio, qualquer episódio histórico dessa natureza; MATTOS (1968), que só consegue perceber o fenômeno se associado à luta armada comunista; NEWMAN (1997), cujo foco são as ações de guerrilha e contra-guerrilha tal qual ensinadas nas escolas militares norte-americanas; PARET & SHY (1962), que assim como FALLS (1953), buscam o estabelecimento e diálogo das teorias fundadoras do campo da guerrilha. Destaque para a apresentação e discussão do capítulo “Povo em Armas” de Clausewitz, que eles propõem ser a teoria fundadora do campo; PEREZ (1966), que assim como MATTOS (1968) não desvincula guerrilha do fenômeno político do comunismo; POOLE (2001), que segue a mesma linha de NEWMAN (1997), ou seja, busca dar uma resposta concreta para o governo norte-americano ao fenômeno da guerrilha e, por fim; URBANO (1991), cujo foco é a guerrilha no palco urbano. Destacam-se os trabalhos de FALLS (1953) e PARET e SHY (1962), que buscaram aprofundar sua abordagem acerca do fenômeno, tratando também de discutir os fundadores do estudo científico da guerrilha, que inclui o próprio T. E. Lawrence.

E por fim, em relação aos praticantes e suas obras, temos: GUEVARA (1961; 1968) cujo fôlego teórico foi mais tarde questionado pelo próprio colega de armas, TABER (2002); MARIGELLA (1967), cuja afirmação, no início de seu texto, que todo guerrilheiro urbano é na verdade um terrorista, serviu mais para evidenciar a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada que nos permita distinguir definitivamente guerrilheiro, de guerrilheiro urbano, de terrorista; MAO TSE-TUNG (1937; 1961), a maior referência teórica da luta guerrilheira no mundo comunista e especificamente na Ásia. Todavia, segundo ENGLISH (1987), há indícios que Mao tenha usurpado idéias do próprio Lawrence na formulação de suas propostas teóricas. Em relação aos textos de Zedong, o autor acredita que há passagens que indicam uma similaridade com as idéias de Lawrence e do próprio Clausewitz – por exemplo, o uso de uma metáfora comum alusiva à guerrilha e a discussão da inteligência guerrilheira. Porém, demonstrar essas

semelhanças exigiriam um estudo mais aprofundado e; TABER (2002), que além de evidenciar os limites da construção teórica de Guevara, propõe sua própria teoria – a da guerrilha como sendo uma guerra da pulga, que não vence pela destruição de seu hospedeiro mas pela infestação e incômodo ao mesmo.

LAWRENCE (2004) seria também um teórico praticante e, dada a cronologia das demais obras, seria o primeiro autor a tratar da ciência da guerrilha. No cap. 35 da obra “Os Sete Pilares da Sabedoria”, Lawrence descreve alguns elementos que compõem os fundamentos de sua formulação teórica. No cap. 65, Lawrence a refina. Ao examinar a literatura, o autor buscou associações teóricas entre aquilo que Lawrence propunha com aquilo que outros autores propunham. A pesquisa atingiu um tamanho impraticável.

Ao examinar o “Da Guerra”, de Clausewitz, foi identificado um capítulo que parecia se associar diretamente às proposições de Lawrence. Se trata do cap. 26 do livro VI, denominado “Povo em Armas”. A dissertação ganhou um recorte significativo ao propor o exame das discussões teóricas em Clausewitz, expressos neste capítulo, e Lawrence, expressos no cap. 35. O que se buscava era a determinação daquilo que aproximava e distanciava os fundamentos teóricos de ambos os autores. Essa dissertação foi sendo construída, alguns resultados foram alcançados, mas a provisoriedade de alguns argumentos e a necessidade de defesa no prazo máximo de dois anos e meio impediram com que o autor a levasse adiante.

O estabelecimento do diálogo entre os fundamentos teóricos de Clausewitz e Lawrence deu lugar ao entendimento dos aspectos inerentes à própria campanha do Hejaz. Este entendimento da campanha pode, em trabalho posterior, auxiliar no teste da proposta teórica de Lawrence à luz de seu próprio exemplo empírico. Nesta dissertação, Lawrence foi tomado como objeto e não apenas como autor ou proponente de uma teoria da guerrilha.

O exame da literatura acerca de Lawrence nos revelou três principais nortes de pesquisa que orientam os trabalhos no campo: i) aqueles que focam a figura dele e sua trajetória pessoal; ii) aqueles que tratam de suas obras, especialmente sua obra magna, “Os Sete Pilares da Sabedoria” e; iii) aqueles que tratam dos fatos históricos e dos

aspectos bélicos da Revolta Árabe. Há ainda, aqueles trabalhos que perpassam duas ou mais direções das descritas acima.

Enquadrado no primeiro destes três nortes temos, como maior representante, WILSON (1990), sendo este inclusive quem organizou para publicação o “Texto Completo de 1922 dos Sete Pilares da Sabedoria”, também conhecido como “Texto de Oxford”. Wilson é quem produz mais trabalhos no campo acerca de Lawrence e seus textos. É também o autor mais citado entre os estudiosos da temática.

Outras obras que tratam de algum aspecto da figura e da vida de T. E. Lawrence são: JAMES (1993), que trata de contar a história de Lawrence e a lenda criada a partir da guerra; ASHER (1999), cujo foco incide na trajetória política de Lawrence; LIDDELL HART (1933; 1989) que dá a Lawrence um aspecto de anti-herói. Estes textos e seu autor foram por muito tempo referências no campo no que concerne à Lawrence e suas idéias. O fato de Liddell Hart ser acusado de ter apropriado de idéias de outros, de ter manipulado pessoas de forma a sustentar sua fama, dentre outras práticas, colocou graves dúvidas sobre a idoneidade na construção do texto de 1989 (ver GAT:2003). Assim como o autor fez em relação à Mao Zedong, ainda que haja indícios de usurpação de idéias, é preciso um estudo mais aprofundado sobre a questão;

Em relação a textos e artigos que fazem parte da literatura acerca de Lawrence e que se encontram no *Journal of T. E. Lawrence Society*⁴, temos: ARMITAGE (IV:1 64-75; VI:1 49-71), que discute algumas questões sobre aspectos de Lawrence e episódios vividos na guerra que diminuiriam o interesse em sua figura; BERTRAM (VI:2 6-12), que mostra o que levou Lawrence a se interessar pelos estudos arqueológicos e que o possibilitou a ingressar no mundo árabe; BROWN (X:2 7-28) que discute o impacto do imenso sucesso que Lawrence atingiu na alteração do seu comportamento e de sua saúde mental; GRAHAM (VII:1 7-15) que conta a trajetória de Lawrence em Oxford, seus estudos e o trabalho de conclusão de curso que o levou à Palestina e a Síria antes da I Guerra Mundial e; por fim, ORLANS (VIII:1 28-42) que, assim como ASHER (1999), foca na questão política árabe que Lawrence se envolveu e na constituição da visão política do mesmo.

⁴ A indicação que se segue é: Volume; Número e Página.

O segundo norte, ou seja, aquele que foca nas obras escritas por T. E., com destaque ao “Sete Pilares”, tem como principais referências: JOHNSON (XII:2 34-64) e WILSON (XIII:1 20-69), ambos discutindo as questões referentes aos estudos literários de Lawrence e as obras produzidas pelo mesmo. O foco de ambos se assenta na discussão acerca da literatura lawrenciana e o impacto do ideal literário na construção do próprio “Sete Pilares da Sabedoria”; CAPLAN (V:2 7-13) e WILSON (III-2 35-66 e 67-75), ambos tratando da tradução da “Odisséia” de Homero por Lawrence; HOGARTH (VI:1 sp); LARÈS (VIII:1 15-27); LIDDELL HART (VI:1 79-82) resumindo suas considerações acerca da obra principal de Lawrence que estão contidas em LIDDELL HART (1989) e, novamente WILSON (XIV:1 8-54 e 60-73) cujo objeto é o “Sete Pilares”. As considerações de WILSON (XIV:1) são as mesmas daquilo que constitui o prefácio à edição de 2003 do “Sete Pilares”.

O terceiro e último norte, mais diretamente ligado ao objeto dessa dissertação, pois trata da análise da Revolta em sua dimensão bélica, tem como principais textos e artigos: ANON (III:1 20-44), que discute o peso da inteligência britânica no sucesso da Revolta Árabe. Segundo ANON (III:1), muitas vezes o sucesso árabe é vinculado somente à capacidade que eles tinham em obter informações acerca da força turca, o que para ele não é verdade; HOGARTH (I-1 43-56), que fundamentalmente discute as razões políticas que levaram a luta entre turcos e árabes, dando conta do trabalho das sociedades secretas árabes na questão. Examina ainda as questões políticas britânicas na Síria e na Mesopotâmia; HOLDEN (IV:2 36-49), cujo foco de seu trabalho é a relação entre a obra “Sete Pilares” e a campanha ela mesma. Este autor pontua os exageros de Lawrence, não somente nos relatos, quanto em relação ao seu próprio papel na guerra. Aponta a existência de limites em se estudar a questão da revolta somente a partir do texto de Lawrence, ainda que ele mesmo não aponte outra fonte pois, assim como Lawrence, viveu na região e suas idéias se assentam em vivências próprias; JARVIS (VIII-1 7-14), que, dada sua experiência na Arábia, pontua os aspectos mais relevantes em seu entendimento da luta no deserto.

Este terceiro norte de pesquisa é justamente aquele que tem menos trabalhos publicados na T. E. Lawrence Society, evidenciando como a vida de Lawrence e o mito criado em torno de sua figura superaram os seus feitos militares. Ironicamente, são seus feitos militares que possibilitaram a criação do mito.

Outros artigos a respeito da Revolta e do papel de T.E. complementam nossa revisão: BROWNE (2003), cujo objeto do trabalho oscila entre a figura de Lawrence e sua participação concreta na revolta. É um texto curto e que pontua satisfatoriamente o papel de Lawrence e a marcha de eventos da revolta; ENGLISH (1987), que é superior ao BROWNE (2003) pois avança no sentido de elucidar também os fundamentos teóricos propostos por Lawrence no cap. 35 do “Sete Pilares”.

À revisão da literatura dos intérpretes, segue o exame dos próprios textos e artigos de Lawrence: “27 Articles”, o primeiro escrito militar de Lawrence e cujo formato é um boletim de campanha. Nele se encontram discussões sobre as questões políticas árabes, costumes e impressões sobre a forma árabe de lutar. São notas explicativas e pontuais, que se encontram imiscuídas no próprio “Sete Pilares da Sabedoria”; “The Evolution of a Revolt”, artigo que se configura como um resumo das propostas teóricas contidas nos caps. 35, 65 e 66 do “Sete Pilares”. Lawrence foca na elucidação e sustentação de suas proposições teóricas com base em sua própria experiência prática; “Science of Guerrilla Warfare”, que é basicamente o mesmo texto do “Evolution of a Revolt” mas em formato enciclopédico. Editado por Liddell Hart, este texto se diferencia do “Science” por estar dividido em temáticas de discussão; “Sidelights on the Joys of Desert Warfare”, onde Lawrence discute os aspectos inerentes à guerra do deserto. Esta discussão encontra-se também no cap. 65 do “Sete Pilares da sabedoria”; “Military notes”, que é o refinamento de alguns dos “27 Artigos”. Lawrence pontua algumas considerações sobre o combate e o combatente irregular; “A Report on Mesopotamia”, em que discute os aspectos políticos pós-I Guerra Mundial e a possibilidade de uma nova revolta árabe contra os antigos aliados – os britânicos; “Personal Notes on the Sherifial Family”, onde Lawrence explica a estrutura hierárquica constituída na Revolta e aponta as razões para sua preferência pela liderança do Xarife Feisal. Essa discussão existe também no “Sete Pilares da Sabedoria”.

Por grande parte das discussões apresentadas por Lawrence, em seus diversos textos, estarem imiscuídas ao longo do próprio “Sete Pilares da Sabedoria”, este texto se torna a principal referência na presente dissertação. Os demais textos de Lawrence servem somente para pontuar algumas considerações suprimidas do texto “completo”.

Por fim, como grande parte dos intérpretes também utilizam os próprios textos de Lawrence como referência em suas discussões, decidiu-se pela construção da dissertação com base na fonte original, ou seja, o próprio “Sete Pilares da Sabedoria”.

“Os Sete Pilares da Sabedoria” se constitui como o relato de T.E. Lawrence acerca das campanhas de libertação dos povos árabes sob o domínio turco na I Guerra Mundial e de sua participação pessoal. A riqueza da obra não se finda com esses relatos de campanha. Encontram-se passagens que descrevem minuciosamente os aspectos geográficos da região, ao mesmo tempo circunscritas por análises políticas dos relacionamentos entre as próprias tribos árabes, os árabes e seus dominadores – os turcos – e os demais aliados neste esforço de guerra. A isso, se acrescentam os relatos da campanha empreendida pelos árabes; as principais considerações táticas e estratégicas da guerra árabe; as características das forças regulares e irregulares, bem como os papéis das lideranças.

Lawrence escreveu sua obra somente em 1919, após o fim da Campanha, mas, segundo ele, este texto (nomeado pelo próprio autor de Texto I) foi esquecido na estação de trem *Reading*. Deste modo, ele o refez, de cabeça, entre os anos de 1919 e 1922. Segundo Wilson, este texto I tinha um total de 250,000 palavras. Lawrence então refez sua obra, em apenas 3 meses, sem ter suas notas de campanha, que ele havia destruído antes de 1920. Este Texto II, tinha algo em torno de 400,000 palavras. No ano de 1921, ele produz uma versão mais trabalhada e polida de sua obra (Texto III), destruindo o texto II. Este Texto III ficou então conhecido como “Texto de Oxford” e é chamado de Texto Completo, o que não é verdade, pois ele tem um tamanho de quase 25% a menos que o texto II, como desmonstrou Jeremy Wilson no prefácio à edição de 1922. Em 1922, ano de publicação do Texto III, Lawrence decidiu aumentar o número de conhecedores de sua obra e produziu uma nova versão, de 250,000 palavras (Texto IV), outra redução significativa de sua obra. Em 1927, porém, querendo trazer ao conhecimento do público em geral seus escritos, Lawrence publica o “Revolta no Deserto”, o resumo do texto IV. Adotamos aqui o texto III de Lawrence como principal referência por ser a obra mais completa e com menos cortes que existe.

4. Convenções

Em relação às convenções adotadas no presente texto: i) as notas de rodapé são numeradas numa única seqüência de número arábicos (1,2,3,4...); ii) as notas de fim são numerada numa única seqüência (i,ii,iii,iv....); iii) as citações referentes a trechos do *Da Guerra* são determinadas tal como fez seu autor: a primeira indicação é a do livro a qual pertence (I a VIII), seguida da indicação do capítulo (1,2,3,4...), do subcapítulo (1,2,3,4....) e da seção (a,b,c...). Após a indicação dos mesmos será referenciada a página ou páginas de onde a citação foi retirada. Sendo assim, se tratamos de trecho extraído da página 181 do capítulo 5 do livro II nos referenciaremos como (II-5:181); iv) os mapas serão referenciados logo abaixo de sua exposição e será anunciado quando ele foi reduzido, recortado ou marcado pelo autor dessa dissertação com o termo editado.

Capítulo 1. A Crítica Clausewitziana⁵

Clausewitz⁶ expressa sua preocupação para com a empiria desde I-1, onde o impasse entre a expectativa lógica da guerra absoluta é questionada pela necessidade de se dar conta da guerra na realidade⁷. Coerentemente, a discussão da forma pela qual se pode expressar o conhecimento na análise da empiria ocupa um lugar de destaque na interpretação da obra clausewitziana, inclusive em termos de sua própria utilidade e

⁵ O título usado originalmente por CLAUSEWITZ (1832) em seu capítulo 5 do livro II é *Kritik*, que significa, segundo Paret e Howard, “crítica, análise crítica, avaliação e interpretação” mais do que ‘criticismo’ (1993: Nota I:181). Quando tratam dessa discussão, Paret e Howard, estão criticando a tradução corrente no campo que o nome do capítulo seja “Criticismo”. Criticismo seria somente a terceira etapa do processo clausewitziano. Todavia, eles mesmos, editores do “Da Guerra” de 1993, adotam o termo “Análise Crítica” para expor o conteúdo do capítulo. “Análise Crítica”, entretanto, é usado por eles para determinar não somente a abordagem em si como uma das etapas da abordagem de Clausewitz, o que eles chamam de “Análise Crítica propriamente dita”. Ao nosso ver, o termo Crítica expressa exatamente o método que Clausewitz busca expor nesse capítulo – desde que se saiba o que o termo significa em alemão. Ou seja, expressa desde a descoberta de eventos equivocados que permitem a crítica ela mesma, quanto os processos de interpretação à avaliação dos efeitos em virtudes de suas causas, outra das etapas da abordagem, até a aferição de juízo em virtude da teoria, o criticismo ele mesmo. Por isso, sendo todas as etapas da abordagem de Clausewitz críticas, e também analíticas, não havia razão para qualificar de analítico somente a etapa dois do processo clausewitziano. Assim sendo, resolvemos manter o título do capítulo como Crítica, expressando aqui seu real significado, e, somente após essa ressalva, adotamos as demais terminologias como expressas por Paret e Howard.

⁶ Informações sobre a vida de Clausewitz podem ser obtidas na cronologia que antecede o texto principal do “Da Guerra” na edição da Everyman’s Library de 1993. Ver ainda a biografia de Clausewitz em sua homepage oficial www.clausewitz.com. Outras fontes são: COWLEY, Robert & PARKER, Geoffrey (eds) (1996). *Reader’s Companion to Military History*. Houghton Mifflin Company. New York; PROENÇA JÚNIOR, Domicio e DINIZ, Eugenio (2002). *A Vida de Clausewitz in: Uma apresentação à Teoria da Guerra* (título provisório). Apresentação para a nova edição de Carl von Clausewitz, Da Guerra (no prelo). Ver ainda: www.wikipedia.org.

⁷ Esta nota é devedora direta do trabalho de DINIZ (2002) e, de fato, deriva-se dos resultados obtidos desse autor em sua pesquisa. Em Clausewitz, a lógica derivada de seu conceito de guerra expresso no I-1-2, “a guerra é um ato de força para compelir nosso oponente a fazer nossa vontade” (I-1-2:83), deveria levar com que os dois contendores se comportassem de forma a usar de toda força disponível, sem qualquer limite à violência e sem nenhuma interrupção, e tivessem um único objetivo, o de desarmar o oponente. A elevação aos extremos seria a regra e não a exceção, segundo a lógica do seu próprio conceito. Todavia, a guerra na prática nunca era igual à lógica derivada de seu conceito. Nunca era um ato isolado (I-1-7), não consistia de um único golpe ou golpes sucessivos (I-1-8) e seu resultado nunca era final (I-1-9). Não era assim absoluta. Ao explicar a inconsistência entre a lógica teórica e a expressão prática do fenômeno (I-1-10 ao I-1-19), Clausewitz nos demonstra, por meio de sua teoria, como da guerra absoluta poderíamos chegar ao entendimento da guerra real, que não se confunde com sua expressão empírica. Note que ambas são construtos teóricos. Assim, teríamos a guerra absoluta entendida como aquela onde não houvesse um limite ao emprego de todas as forças por ambos os lados, que se chocariam simultaneamente em um único e grande ato. A guerra real seria a situação onde forças de ambos os lados não seriam empregadas nem em sua totalidade e nem simultaneamente.

exemplaridade. A Crítica Clausewitziana, expressa em II-5, não deve ser tomada de forma isolada; dialoga diretamente com o II-6 (Exemplos Históricos). A questão está precisamente na estruturação da forma rigorosa capaz de extrair ensinamento desde o estudo da história. Isto tem requisitos específicos.

A Crítica é a aplicação de verdades teóricas a eventos concretos (II-5:181)¹. Por isso, para Clausewitz, a base teórica é o fundamento da própria capacidade de se realizar uma crítica fundada e substantiva de um objeto histórico (I-5:183).

A Crítica proposta por Clausewitz no “Da Guerra” se encontra expressa em outras obras do autor, entre as quais tem-se : “A Campanha de 1812 na Rússia”; “A Campanha de 1813”; “A Campanha de 1814”; “A Campanha de 1815 na França”⁸. Ou seja, no “Da Guerra”, encontra-se essa proposta teórica de abordagem crítica de eventos históricos, aclarada por alguns exemplos concretos, e, nestes demais livros, encontra-se sua aplicação propriamente dita⁹.

A proposta da Crítica Clausewitziana compreende 3 passos: 1) a pesquisa histórica propriamente dita; 2) a análise crítica propriamente dita e; 3) o criticismo (II-5:181). Esses três passos envolvem três atividades intelectuais distintas: a) a descrição dos eventos; b) a proposição de planos teoricamente embasados e; c) a aferição de juízos no questionamento das inconsistências entre o que ocorreu na realidade e o que a teoria preconizava. É neste sentido que se pode identificar no “Campanha de 1814” um exemplo de Crítica Clausewitziana, e tomá-lo, juntamente com o II-5, como modelo para o texto que se segue.

O primeiro passo da Crítica clausewitziana, em termos expositivos, consiste, portanto, na pesquisa histórica de nosso objeto, que nada tem em comum com a teoria.

⁸ Ainda que o autor dessa dissertação tenha conhecimento dessas demais obras de Clausewitz, ele somente apreciou mais detidamente: “Campanha de 1812 na Rússia” e “Campanha de 1814”. “Campanha de 1815” foi analisado em termos de estrutura expositiva de forma a detectar se Clausewitz superou a forma do “Campanha de 1814”.

⁹ O autor apreciou ainda outro trabalho que utilizou a crítica de Clausewitz como base. São os quatro volumes do “History of the Art of War” de Hans Delbrück, em que este declara, em dois momentos, sua filiação intelectual com o entendimento clausewitziano acerca da guerra além, é claro, do uso da crítica como a ferramenta principal de seu trabalho – no Prefácio a Primeira Edição (p. 16) e no Capítulo IV do Livro IV do Volume IV (p. 452-455).

Em nosso trabalho será a descrição da Campanha do Hejaz tal como ela é narrada por T. E. Lawrence¹⁰ na obra “Os Sete Pilares da Sabedoria”.

Da pesquisa histórica, passaremos à análise crítica, em que os eventos serão interpretados e rastreados mediante a relação entre causas e efeitos. Se trata, em nosso trabalho, da apresentação e crítica dos dados fundamentais dessa campanha, evidenciando aquilo que, do ponto de vista teórico, parece pertinente e não pertinente, possível e impossível. Ou seja, se trata, em nosso trabalho, da discussão, com base na teoria da guerra, das forças envolvidas (árabes e turcas), de suas características, e das posições que elas ocupavam no teatro de operações ao longo da campanha. Com a discussão em relação aos dados fundamentais, questionados em virtude da teoria, poderemos passar em um momento posterior à terceira etapa da Crítica Clausewitziana – o criticismo.

O criticismo é o momento em que a teoria é testada pela experiência (história). Não se trata somente da mera avaliação dos meios empregados, mas o estabelecimento de todos os meios possíveis de serem empregados, a maioria dos quais inventados (II-5:188)ⁱⁱ. Em nosso trabalho, essa etapa consistirá em dois momentos. No primeiro deles, o preparatório para o criticismo propriamente dito, faremos a proposição de planos de campanha, ofensivo e defensivo, em virtude daquilo que seria teoricamente esperado. Posteriormente, faremos a aferição de juízos ao reconstruirmos a Campanha do Hejaz tal como ela ocorreu. A aferição de juízos é possível com base nos resultados de uma teoria. Como explica Clausewitz, não devemos usar os resultados de uma teoria como leis ou padrões mas sim como um auxílio ao julgamento (II-5: 183).

“Um crítico nunca deve usar os resultados de uma teoria como leis e padrões, mas somente – como os soldados fazem – como *ajuda ao julgamento*. Se, em tática, é geralmente aceito que a cavalaria deve ser

¹⁰ Diversas são as fontes a respeito da biografia de Lawrence tal como apresentado na introdução da presente dissertação. Algumas outras fontes complementares são: PROENÇA JÚNIOR, Domício (2003). *Quando Pedir Não Basta*. Manuscrito inédito; PROENÇA JR (org). *et al* (1996). *Lawrence e a Guerra de Guerrilhas*. Em termos de referências eletrônicas, temos: www.wikipedia.org; www.pbs.org/lawrenceofarabia.html; www.rogerandfranb.fsnet.co.uk; www.jordanjubilee.com/history/lawrence.htm; www.telsociety.org. Há ainda a reportagem “Lawrence da Arábia e as origens dos conflitos no Oriente Médio” – National Geographic Brasil, Set/04.

postada não em linha com a infantaria mas atrás da mesma, será tolo condenar qualquer tipo diferente de posicionamento só porque é diferente. O crítico deve analisar as razões para a exceção.” (II-5:183, ênfases no original)ⁱⁱⁱ

Ou seja, não é porque a teoria preconiza algo que isso é inquestionável, e sim, que caso aja algo diferente do que a teoria preconiza este algo deve ser testado e analisado de forma a se detectar as razões para a exceção (II-5:183)

A Crítica Clausewitziana trata, portanto, de contar o que se sabia antes; contar criticando possibilidades e viabilidades; propor um entendimento teoricamente rigoroso e; por fim, comparar o que é teoricamente mais lógico com aquilo que de fato ocorreu. Com isto temos condições de aferir a veracidade de determinadas descrições históricas, bem como de propor um entendimento, teoricamente e empiricamente rigorosos, do significado e, portanto, do valor, de um determinado evento histórico bélico.

Capítulo 2. Contextualizações histórica e geográfica da Campanha do Hejaz

2.1) A I Guerra Mundial e o Teatro de Operações Europeu¹¹

Em 28 de junho de 1914, o assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro, o arqueduke Francisco Ferdinando, em Saraievo, na Bósnia, deflagrou o sistema de alianças que havia mantido o equilíbrio europeu desde a saída de Bismarck. Foi o início da I Guerra Mundial¹². Esse sistema de aliança, que foi se formando desde fins do século XIX, tinha dois partidos principais no início da guerra – a Tríplice Aliança, composta originalmente por Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, sendo que este último mudou para o outro lado em 1915 e; a segunda, a Tríplice Entente, composta por Inglaterra, Rússia e França. O quadro abaixo ilustra os países que posteriormente entraram no conflito posicionando-os no lado de quem lutaram bem como destacando o ano de sua entrada na guerra.

Tabela 1. Participantes da I GM

| Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália) | Tríplice Entente (Inglaterra, Rússia e França) |
|---|---|
| Turquia (1914) | Sérvia (1914)*; Bélgica (1914)**; Japão (1914) |
| Bulgária (1915) | Itália (1915)***; Portugal (1915) |
| | Romênia (1916) |
| | Estado Unidos (1917); Brasil (1917) e Grécia (1917) |

¹¹ Segundo Clausewitz, teatro de operações é entendido como “um setor da área total da guerra protegida por limites e com certo grau de independência” (VI-2:332).

¹² No que concerne à história da I Guerra Mundial um autor merece destaque. John Terraine, cujo foco de pesquisa se concentrou nessa guerra, é autor de obras como “Douglas Haig: The Educated Soldier” (1963); “The Western Front” (1964); “The Great War” (1965); “Trafalgar” (1976); “The Road to Passchendaele” (1977); “To Win a War” (1978); “The Smoke and the fire” (1980); “White Heat” (1982) e “Business in Great Water” (1989). Terraine, portanto, é a maior referência acerca do objeto I Guerra Mundial. Dentre outros trabalhos que tratam da Primeira Guerra Mundial, temos ainda: “The Pursuit of Power” de MCNEILL (1982), que debate três perspectivas sobre os motivos que levaram à guerra; “The Art of War in the Western World” de JONES (1986) que tenta explicar a lógica de ação dos contendores tendo em vista a idéia de linhas interiores. Em termos de documentos eletrônicos, ver os artigos disponíveis em: www.firstworldwar.com.

* Em virtude da morte de Francisco Ferdinando, a Sérvia foi invadida pela Áustria-Hungria, o que levou a Rússia ao conflito.

** Em virtude da invasão da Alemanha, o que inclusive levou a Inglaterra a entrar no conflito em 03 de agosto.

*** Mudança de lado na guerra em virtude das promessas britânicas e francesas de compensações territoriais no pós-guerra.

Segundo TERRAINE (1982), a principal característica desta guerra foi sua escala. Em agosto de 1914, 6 milhões de combatentes já estavam em campo. O quadro a seguir, baseado em dados de TERRAINE (1982), ilustra os números de combatentes das principais potências engajados no conflito em 1914, o potencial de reservas estimado para emprego ao longo da guerra e o número de combatentes efetivamente empregados ao final do conflito. Com este quadro pontuamos a dimensão que o conflito foi adquirindo em termos de forças envolvidas de forma a podermos comparar, no momento da Crítica, com o tamanho das forças envolvidas na Campanha do Hejaz¹³.

Tabela 2. Forças na I GM

| | Força engajada em 1914* | Potencial estimado de mobilização para emprego* | Mobilização final* |
|-----------------|-------------------------|---|--------------------|
| Alemanha | 870,000 | 4,3 milhões | 11 milhões |
| França | 673,000 | 4 milhões | 7,8 milhões |
| Rússia** | 1,25 milhões | 4 milhões | 4 milhões |
| Grã-Bretanha*** | 247,432 | 948,000 | 8,7 milhões**** |

* Fonte: TERRAINE (1982).

** A Rússia se retirou da guerra em 1917 em virtude de sua revolução interna.

*** No que concerne ao tamanho da força inglesa na guerra, os números de TERRAINE (1982) são precisos.

**** Incluindo não somente os soldados ingleses mas todos os soldados britânicos, originários de suas colônias.

Essa mobilização em larga escala se agregou, segundo TERRAINE (1982), às evoluções tecnológicas que vinham ocorrendo desde meados do século XIX (1982:21-43). A distribuição e posicionamento das forças foram facilitadas pelo grande número de estradas de ferro. Essas estradas de ferro ligavam os centros produtores aos *fronts* de guerra. Permitia-se assim, rápido deslocamento de forças pelo teatro de operações além

¹³ A Campanha do Hejaz consistiu nos eventos que ocorreram no teatro de operações do Hejaz – este entendido com a área compreendida entre Akaba e Meca e com a ferrovia do Hejaz sendo seu limite à leste e o Mar Vermelho seu limite à oeste.

do abastecimento das mesmas¹⁴. O telégrafo com fio, por sua vez, permitia a comunicação entre forças e, portanto, o remanejamento das mesmas no teatro de operações¹⁵. Em relação à armamentos, essa foi a primeira de pleno uso de artilharia¹⁶; e de metralhadoras¹⁷. Também, a I Guerra Mundial foi a guerra das armas químicas, como tentativa de romper o impasse produzido pelo uso das trincheiras no teatro de operações europeu à oeste.

A I Guerra Mundial pode ser dividida basicamente em quatro grandes fases¹⁸: i) o período dos choques iniciais; ii) o período do impasse, onde foram criados os redutos defensivos, protegidos por meio de trincheiras; iii) o período da guerra de atrição, onde, por meio da artilharia, ambos os lados tentaram desgastar a força de seu oponente e romper as linhas de trincheiras; iv) o empurrão decisivo, momento em que as forças voltam a ter mobilidade e onde a guerra é decidida. Essas fases caracterizam, de fato, somente a guerra no teatro de operações europeu e ainda sim, basicamente, na frente ocidental. Como sabemos, I Guerra Mundial não se resume somente a esta frente. De fato, um grande problema para a maioria dos contendores é que eles tiveram que lutar em várias frentes, alguns dos quais em teatros de operações bem distantes um do outro. Esse é o caso da Turquia, por exemplo, que lutou na frente leste do teatro de operações europeu e ainda no teatro de operações do Oriente Médio.

¹⁴ Ver mapa das estradas de ferro européias em anexo.

¹⁵ O telégrafo sem fio já existia mas era empregado principalmente pelas forças navais. Em terra, havia ainda dependência do telégrafo com fio. De fato, destruir os postes e a fiação foi um procedimento comumente usada por todos os lados. No Hejaz, isso se tornou uma das principais operações das forças irregulares árabes.

¹⁶ Sobre a artilharia, ver JONES (1982:449-450). JONES (1982) apresenta ainda um quadro comparativo (8.2 p. 452) entre a artilharia alemã e a artilharia francesa na I Guerra Mundial. O que é interessante neste quadro é predomínio dos franceses em relação à artilharia pesada e superpesada, enquanto os alemães apostavam na artilharia leve e média. Isso significava, em tese, que a artilharia alemã era mais móvel que a artilharia francesa. Além do que, os alemães tinham menos tipos de calibres de artilharia o que facilitava a produção de munições por parte da indústria bélica alemã. Os dados da artilharia turca serão comparados com este quadro citado na parte referentes às “Forças Turcas” no capítulo 4.

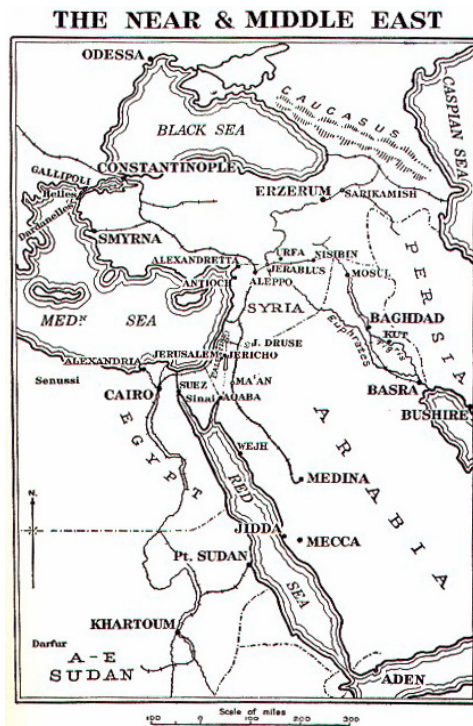
¹⁷ Uma boa referência ilustrativa para se conhecer as peças de artilharia bem como os rifles e as metralhadoras do período é GRIESS (1985).

¹⁸ TERRAINE (1982)

O teatro de operações europeu da I Guerra Mundial tinha ainda um segundo fronte, a leste. Neste, as potências, Rússia, Alemanha e Áustria-Hungria, lutaram basicamente em território polonês e ao norte dos balcãs¹⁹. Segundo TERRAINE (1982), a guerra à leste diferenciou-se da luta no resto do continente europeu pela sua mobilidade, ou seja, enquanto a guerra seguiu estancada pelas trincheiras na frente ocidental, no lado lado oriental, havia espaço de mais e força de menos de forma a possibilitar o movimento das tropas.

A Rússia ainda se chocava com a Turquia nessa frente, enquanto os britânicos preparavam a ofensiva em Galípoli – território turco. A operação em Galípoli (1915) foi uma tentativa de restabelecer as comunicações aliadas – russo-britânicas – entre os mares Mediterrâneo e Negro (Ver mapa a seguir). De fato, esta operação visava atingir diretamente a Turquia de modo a retirá-la da guerra, isolando assim a Alemanha no palco europeu principal. Entretanto, enquanto os aliados lutavam em Galípoli, uma força de turcos e alemães avançavam sobre o Canal de Suez, de controle dos britânicos – revelando outro teatro de operações da I Guerra Mundial, o do Oriente Médio.

Figura 1. O Teatro de Operações do Oriente Médio e Próximo.



¹⁹ Ver mapa em anexo – O teatro de operações europeu do leste.

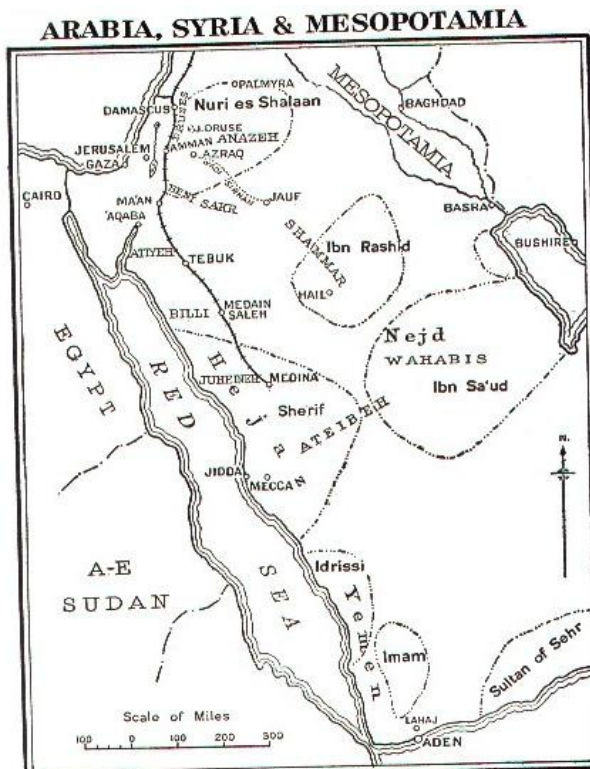
Fonte: LIDDELL HART (1989). *Lawrence of Arabia*. Entre páginas 24 e 25.

2.2.) O Teatro de Operações do Oriente Médio

A investida turco-alemã no Canal de Suez impediu que os britânicos pudessem destacar um contingente de tropas para auxiliar na investida em Galípoli. Segundo BRAGGER (2004) e ERICKSON (2000), a região entre a Turquia europeia, a Palestina e a Síria seriam onde se concentravam a maior parte das forças turcas.

A derrota em Galípoli e a pressão que vinham sofrendo no Suez obrigaram os britânicos a modificar seus planos, deslocando recursos para a região do Canal. Em meados de 1916 os britânicos sofreram um segundo ataque turco-alemão. Em 9 de junho de 1916, os árabes do Hejaz declararam sua independência do domínio turco e se engajaram na luta – o teatro de operações do Oriente Médio incorporou assim a região do Hejaz. Com a entrada dos árabes na guerra, os britânicos tinham então uma força aliada em seu esforço contra a Turquia (Ver mapa abaixo).

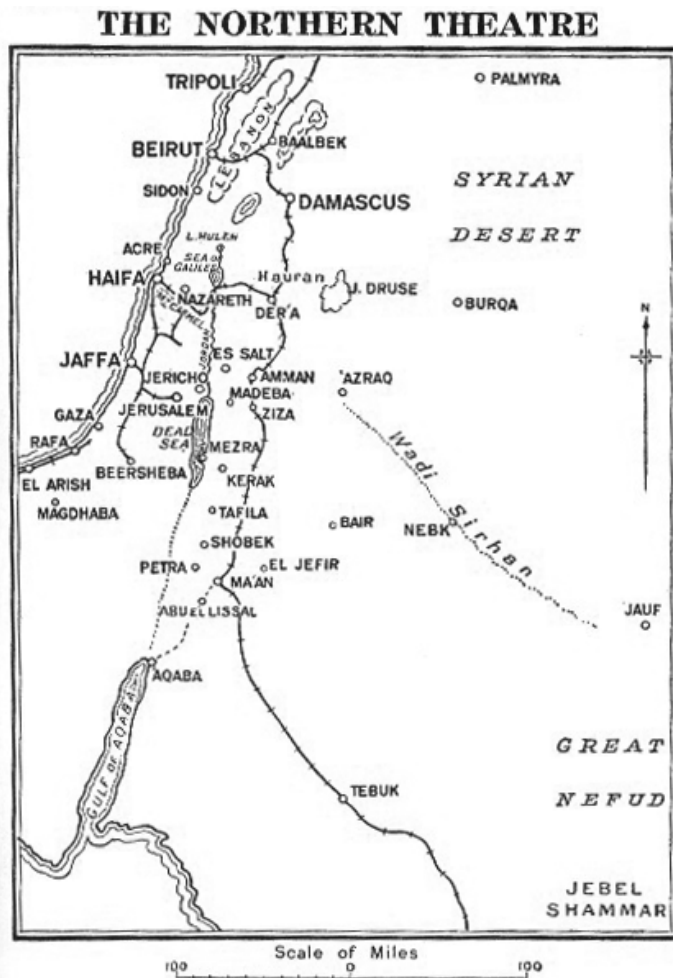
Figura 2. Árabia, Síria e Mesopotâmia



Fonte: LIDDELL HART (1989). *Lawrence of Arabia*. Entre páginas 42 e 43.

Os britânicos concentraram-se, em um primeiro momento (1916 e 1917), na resistência aos ataques turco-alemães na região do Canal de Suez, fazendo com que os árabes tivessem que atuar sozinhos no Hejaz. Somente a partir de fins de 1917 e início de 1918, que os britânicos lançaram uma contra-ofensiva de modo romper a frente turca e abrir a região da Palestina, para assim avançar sobre Nazaré, Haifa, Acre e Damasco (Ver mapa abaixo).

Figura 3. Regiões da Síria e Palestina

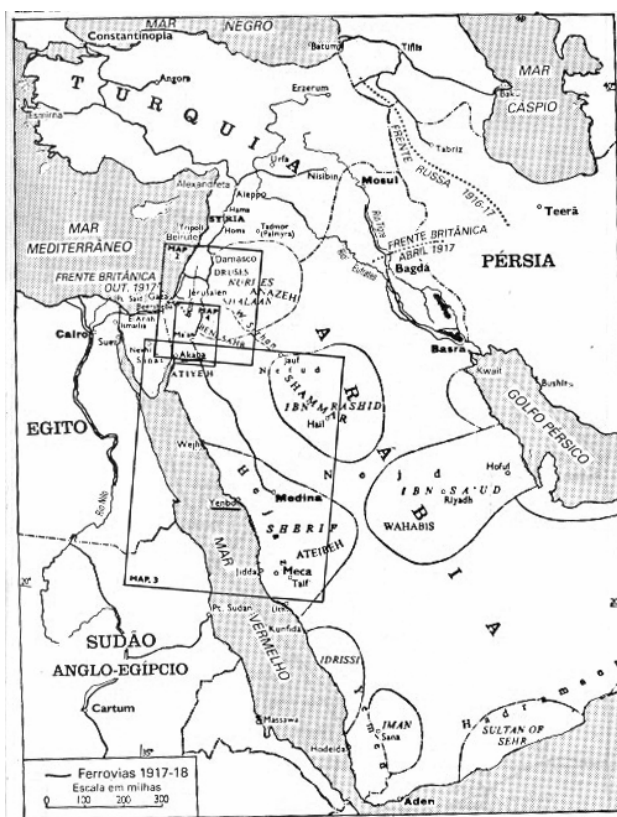


Fonte: LIDDELL HART (1989). *Lawrence of Arabia*. Entre páginas 140 e 141.

As operações britânicas consistiram em três fases ou três grandes avanços: 1) sobre a Palestina para controlar o flanco esquerdo do Mar Morto (28 de outubro de 1917);

2) sobre Jericó em 19 de setembro de 1918 e; 3) sobre Damasco em 30 de setembro de 1918. Foi somente a partir da ruptura nas defesas turcas no Mar Morto que as forças britânicas passam a operar conjuntamente com as forças árabes. As forças árabes operaram a partir do flanco direito do Mar Morto – De Ma'an até Deraa, e de Deraa até Damasco. Enquanto enfrentavam as forças turco-alemãs no Suez, os britânicos somente puderam auxiliar os árabes com envio de materiais e apoio naval restrito no Mar Vermelho²⁰.

Figura 4. Panorama do Império Turco



²⁰ Esses materiais consistiam, de forma geral, em explosivos, rifles metralhadoras, viveres e alguns carros blindados. Uma reivindicação dos árabes era a ausência de peças de artilharia. Essa artilharia não lhes fora dada pois, segundo Lawrence, havia receio por parte do governo britânico de que isso fortaleceria a *força regular* árabe e esta poderia fazer frente a uma ocupação aliada [leia-se francesa e britânica] posterior à guerra. De certa forma, para Lawrence, uma *guerra irregular* propriamente dita, a artilharia em si era contraproducente, pois limitaria os movimentos das *forças irregulares* cuja vantagem se assentava na mobilidade e na capacidade de se movimentar livremente pelo território. Dessa forma, a presença de artilharia, ainda que agregasse poder de fogo às forças árabes, seria, ao mesmo tempo, um entrave às suas operações [2004, 17: 92]. Vamos questionar essas afirmações de Lawrence ao construirmos propostas acerca da força combatente árabe no cap. 3 do presente trabalho.

Fonte: LAWRENCE (sd). *Os Sete Pilares da Sabedoria*. Contra-capa. Ed. Record.

Se Akaba foi o limite mais ao sul do teatro de operações do Oriente Médio nos anos de 1915 e 1916, a partir do início da Revolta, Meca passou a se configurar como esse limite (ver mapa abaixo).

Figura 5. A região do Hejaz



Fonte: LAWRENCE (sd). *Os Sete Pilares da Sabedoria*. Contra-capa. Ed. Record. sp.

No que concerne à região do Hejaz, devemos destacar alguns aspectos. Suas principais cidades são: Jidda, Meca, Rabegh, Yenbo, Medina, Um Lejj, Wehj, Tebuk, Rumm e Akaba. Eram importantes, por um lado, pois são nelas que havia a maior concentração de árabes, de onde poderiam sair mais combatentes voluntários para a revolta e, por outro lado, eram importantes também pela existência de soldados turcos nas mesmas. Onde não haviam soldados turcos, os árabes consideravam como território livre.

Em termos de deslocamento e abastecimento de forças, a região do Hejaz apresentava alguns entraves. Vale ressaltar que quando dissemos abastecimento falamos de água²¹, comida²² e munição. Em primeiro lugar, a distância entre suas principais cidades era, em média, de 120 km (75 milhas), sem qualquer tipo de estrada entre elas. A tabela abaixo ilustra as distâncias entre as principais cidades.

Tabela 3. Distâncias estimadas entre as cidades do Hejaz

| | |
|-----------------|---------|
| Jiddah – Rabegh | 120 km* |
| Rabegh – Yenbo | 120 km |
| Yenbo – Um Lejj | 120 km |
| Um Lejj – Wehj | 120 km |
| Yenbo – Medina | 160 km |
| Wehj – Tebuk | 240 km |
| Tebuk - Akaba | 160 km |

²¹ O autor tentou ao longo de sua pesquisa um contato com as universidades e pesquisadores sauditas de forma a tentar traçar a localização dos principais poços de água na região do Hejaz bem como a distância entre eles. Não obtivemos esses dados. Com a localização dos poços, poderíamos determinar se os caminhos feitos pelas forças irregulares, como descreve Lawrence no “Sete Pilares da Sabedoria”, seguiriam exatamente uma linha lógica de abastecimento de água. Caso fossem, poderíamos propor em nosso plano defensivo turco, no capítulo 4, a destruição dos poços de água como uma alternativa viável para impedir o deslocamento das forças árabes pela região, pontuando sua localização estimada. Com a distância entre os poços, determinaríamos se o trecho poderia ser coberto pela cavalaria, por homens em marcha ou somente por homens montados em camelo. Com isso analisaríamos ainda que tipo de força poderia ser constituída para as missões específicas na região. LAWRENCE (2004) afirma que nunca um poço de água estava a mais de 100 milhas um do outro, mas isso não é suficiente para estimarmos as possibilidades de deslocamento de força que não montada em camelos.

²² LAWRENCE (2004) afirma em seu cap. 65 que os irregulares podiam operar por 6 semanas ininterruptas se cada homem levasse consigo meio saco de farinha pesando 20 kilos em sua sela. Afirma ainda que um camelo podia servir de comida para os homens caso necessário. Não temos dados sobre a quantidade de alimento necessário para cavalos e nem para homens que marchariam a pé. Deste modo, não há como determinar as necessidades em termos de alimento para os combatentes fora a camelaria.

* Lawrence apresenta seus números em milhas. Uma milha corresponde a 1,6 km.

Dependendo do caminho a se percorrer entre uma cidade e outra havia a necessidade de atravessar regiões desérticas como, por exemplo, o El Houl, entre Fejr e Arjafa, ou o deserto do Rumm, entre Mudawara e Akaba. Nestas regiões somente pessoas montadas em camelo poderiam realizar a travessia²³.

Além disso, nos caminhos entre as principais cidades não havia grandes concentrações de habitantes que pudessem dar sustento e abrigo a um contingente significativo de forças, salvo entre as cidades de Rabegh e Wehj²⁴. Somente uma estrada de ferro cortava a região, a do Hejaz, de posse dos turcos (ver mapa abaixo)²⁵. Assim,

²³ Existem cerca de seis espécies de camelos (família *camelidae*). O Dromedário (*Camelus dromedarius*), que é o que nos referenciamos aqui no texto com o nome genérico de camelo, é a espécie comum na Arábia. O dromedário é originário da região de Omã. Um camelo pode viver até 10 meses sem água, isso se não trabalhar. Bebe 30 galões a cada parada na travessia de uma região desértica e carrega até 600 libras de carga. Um camelo atinge a velocidade de 33 km/h numa corrida de até 10 kms e pode viajar até 100 milhas (150 km) por dia. Segundo LAWRENCE (2004), seu camelo chegou a fazer com ele travessias de 230 km em 24 horas. Um problema relacionado ao uso de camelos na Revolta Árabe é que segundo Lawrence, um animal usado em travessias longas ou em combate ficava inutilizado até o fim da campanha. Lawrence, porém, não detalha essas informações, ou seja, qual o tempo de recuperação, quantos dias de uso o inutilizam, e, mais importante, quantos camelos estavam disponíveis na época da Revolta. Mais uma vez tentamos contato com pesquisadores e universidades sauditas para tentar traçar o tamanho da população de camelos no período, o que podia nos ajudar a determinar o tamanho da força montada árabe. Não conseguimos estes dados. Informações obtidas em relação aos aspectos gerais dos camelos encontram-se nos sites www.allcamels.com e www.arab.net/camels. Ver ainda www.pbs.org/lawrenceofarabia/revolt/warfare.html.

²⁴ O tamanho estimado da população árabe na região que hoje é Israel e Palestina no período de 1910 a 1920 era de aproximadamente 731,000. Esses dados obtidos no site <http://www.israelipalestinianprocon.org/populationpalestine.html#graph1> se aproximam dos dados obtidos em <http://www.mideastweb.org/palpop.htm> que estima uma população árabe de aproximadamente 738,000. Entretanto, ambas fontes nos mostram o caráter estimativo desses números em virtude da precariedade do sistema de censo turco no período, bem como do censo britânico na década de 1920. Não conseguimos obter dados acerca do tamanho da população árabe no Hejaz no período da I Guerra Mundial de forma a determinar a parcela da população envolvida no conflito. A população beduína, que segundo LAWRENCE (2004) constituía a maior parte da força árabe, não fora coberta pelos censos turcos no período da I Guerra Mundial e nem nos britânicos da década de 1920.

²⁵ A Ferrovia do Hejaz ligava Damasco a Medina por uma extensão de 1280 km (820 milhas). Sua construção se iniciou em 1900 por ordem do Sultão Abdul Hamid II e foi concluída em 1 de setembro de 1908, aniversário da ascensão ao poder do mesmo. Durante a Revolta Árabe, ela foi alvo de constantes incursões o que impedia temporariamente a passagem de bens e pessoas. De fato, depredações contra a ferrovia eram constantes antes mesmo da revolta. Muitos locais roubavam a madeira dos trilhos para fazer fogueira à noite, o que fez com que o governo turco tivesse que substituir as madeiras de algumas seções de trilhos por peças de ferro.

Fonte: LIDDELL HART (1989). *Lawrence of Arabia*. Entre páginas 34 e 35.

2.3) Breve descrição da Revolta Árabe segundo a obra “Os Sete Pilares da Sabedoria”

A Revolta Árabe começou em 27 de junho de 1916 com a declaração do Xarife Hussein, conclamando os árabes de sangue a lutar contra a Turquia²⁸. Essa declaração foi o marco político que deu início a Revolta. A explosão desta levou Lawrence a ser enviado ao Hejaz para a produção de relatórios e mapas para o *staff* britânico no Cairo. Foi por meio dessa missão que ele conheceu, Feisal, um dos filhos do Xarife Hussein e líder das forças árabes da região²⁹. Lawrence começou, a partir daí, a participar efetivamente da campanha. A Introdução e o Livro I do “Sete Pilares da Sabedoria” descrevem os primeiros momentos da rebelião, explicitando os motivos pelos quais os aliados (França e Grã-Bretanha), ainda que céticos quanto às capacidades árabes de enfrentarem às forças turcas, incentivaram o movimento e o que isso representaria para todo esforço de guerra. Descreve ainda a ida de Lawrence ao Cairo, seu primeiro encontro com o Feisal e sua inserção concreta na luta.

Em 1917, iniciaram-se as operações das forças irregulares para paralisar a ferrovia do Hejaz e imobilizar as tropas turcas. Ao mesmo tempo, as forças do Feisal, precedidas pelos irregulares, avançaram sobre Rabegh, Yenbo, Um Lejj e Wehj. Em menos de seis meses de campanha, as forças de Lawrence (irregulares) e do Feisal (irregulares mais regulares), partindo de Jidah, avançaram e tomaram Akaba, o último

²⁸ Ver em anexo a declaração oficial do Xarife Hussein Ibn Ali conclamando os árabes de sangue a lutar contra a dominação turca.

²⁹ O Xarife de Meca, Hussein, do clã Hashemita, era considerado descendente direto de Maomé e, portanto, liderança legítima ao posto de Xarife dos Xarifes – líder de todas as tribos árabes da região e senhor destas terras. Ao contrário do que se pensa, ainda que a liderança de Hussein era pautada em preceitos religiosos, nem ele, nem seus filhos, optaram, pela guerra de cunho religioso. A conclamação à *jihad*, justificada por violações inaceitáveis dos turcos aos preceitos de Maomé, foi só um artifício inicial para trazer os árabes à luta. Como explica Lawrence, “havia bem poucos vestígios entre eles de fanatismo religioso. O Xarife se recusou, em termos categóricos e definitivos, a acrescentar características religiosas à sua rebelião. Seu credo de luta era o nacionalismo” [2004:16:87]. Estando a região sob domínio turco, Hussein, juntamente com seus quatro filhos – Abdulla, Ali, Zeid e Feisal – arquitetam e dão início a Revolta Árabe. Hussein não toma parte dos combates pois era demasiadamente velho. Na opinião de Lawrence, Feisal era o líder e guerreiro certo para o empreendimento, “Abdulla eu achava muito inteligente, Ali muito puro, Zeid muito frio” [Sinopse à Edição de 1922, vx].

porto turco no Mar vermelho (uma campanha estritamente ofensiva³⁰). Mesmo após a tomada de Akaba, que põe fim à Campanha do Hejaz propriamente dita, as forças árabes continuaram seu avanço rumo à Damasco, tomada em outubro de 1918. Nos Livros III e IV são relatadas as principais operações que desembocam na tomada de Akaba.

Na Campanha do Mar Morto, que se segue à tomada de Akaba, Lawrence e suas forças avançaram sobre a região da Jordânia e da Síria, tomando Maan. Com este movimento as forças árabes passaram a compor a asa direita das forças do general britânico Allenby³¹. Atacam ainda Al Jafr, Bair, Deraa e avançaram sobre Damasco. Dos Livros V a X, Lawrence descreve as operações empreendidas entre Akaba e Damasco, evidenciando como a Campanha estritamente árabe (Hejaz) passa a se configurar em uma Campanha Aliada propriamente dita. É dizer, uma guerra de coalizão, com a junção das forças regulares e irregulares árabes aos esforços britânicos na região da Palestina. Os relatos contidos no “Sete Pilares da Sabedoria” se encerram com o fim da participação do próprio Lawrence em outubro de 1918.

³⁰ Para Clausewitz, campanha se trata de forma geral dos “eventos que ocorrem num único teatro de operações” (V-2: 333), sendo teatro de operações definido como “um setor da área total da guerra protegida por limites e com certo grau de independência” (VI-2:332). Então, a Campanha do Hejaz consistiria nos eventos que ocorreram no teatro de operações do Hejaz – este entendido com a área compreendida entre Akaba e Meca e com a ferrovia do Hejaz sendo seu limite à leste e o Mar Vermelho seu limite à oeste. Segundo DINIZ e PROENÇA JR (2004), baseados em Clausewitz, qualquer guerra é materializada em duas campanhas que interagem entre si: a campanha ofensiva e a campanha defensiva. Neste sentido, quando tratarmos da análise da Revolta estaremos entendendo por campanha ofensiva aqueles eventos que ocorrem num único teatro de operações e que visam a alteração de uma dada situação estratégica. Campanha defensiva será entendida em nosso trabalho como aquela, que ocorre num único teatro de operações, mas que visa, em contrapartida, a manutenção de uma dada situação estratégica.

³¹ Edmund Henry Hynman Allenby (1861-1936), apelidado de “O Touro”, participou de diversos conflitos coloniais britânicos, em destaque a guerra contra os bôeres (1899-1902). Em 1909 atinge a patente de General e se torna o inspetor geral da cavalaria britânica. No início da I Guerra Mundial, ele assume o 3º Exército Britânico. Após a Batalha do Somme (1916), e em virtude de uma ordem para realizar uma perseguição às forças alemãs, contrariando alguns comandantes de Divisão, Allenby é removido do comando e enviado para o Oriente Médio. De lá, comandará as forças britânicas que atacarão Beersheba e posteriormente ocuparão Jerusalém e Damasco. Fonte: Cowley e Parker: *The Reader's Companion to Military History*. p.13.

Capítulo 3. Análise Crítica da Campanha do Hejaz

Notas preliminares

A Campanha do Hejaz é um episódio na história da I Guerra Mundial pouco compreendido, mal contextualizado, quando não mal interpretado, culpa inclusive do próprio T. E. Lawrence que enalteceu questões irrelevantes, superestimou feitos (os ataques à ferrovia) e usou de dados que nos parecem incorretos (que discutiremos nas seções em diante). Pouco compreendido pois temos somente uma grande obra que dá conta dos aspectos históricos da mesma, isso faz com que sempre tenhamos que partir da idéia de que os dados lá contidos estão corretos, o que é, no mínimo, perigoso.

É mal contextualizada pois não se pode pensar no Hejaz somente como uma campanha fechada em si mesma, algo que autores de grande prestígio fizeram, como ENGLISH (1987) e LIDDELL HART (1989), além, é claro, do próprio Lawrence. Isso significa que ela é parte de um contexto maior, a luta dos árabes contra o domínio turco – a Revolta – e de um contexto maior ainda, o teatro de operações do Oriente Médio da I Guerra Mundial. Não se pode ignorar o esforço aliado na Europa e no oriente, da mesma forma que não se pode esquecer das duas frentes de batalha na qual os turcos estavam envolvidos. Não podemos ignorar ainda a fraqueza do próprio império turco decorrente das guerras balcânicas que antecedem a I Guerra Mundial.

Quando isolamos este episódio deste contexto mais amplo podemos cometer o erro de pensar que esta campanha é um exemplo bem sucedido de guerrilha, em que se há a vitória de um Davi contra um Golias, como Lawrence exemplifica na “Introdução” de sua obra. Ela é bem sucedida sim, mas sem sua exata contextualização podemos pensar que na Revolta há uma fórmula infalível para a vitória da guerrilha. Ficamos assim seduzidos pelos escritos de Lawrence sem questionarmos a validade de suas formulações³².

³² O mesmo aconteceu, por exemplo, com os textos de Guevara que por muito tempo foram tratados como um exemplo de sucesso a ser seguido. Ver TABER 2002.

A Revolta Árabe é considerada um exemplo de sucesso de uma luta guerrilheira pelas seguintes razões: i) a velocidade com que o império turco perde o domínio da região do Oriente Médio. Isso ocorre em pouco mais de dois anos, ou seja, entre junho de 1916 e outubro de 1918; ii) a desproporção em termos numéricos que se pensa existir entre as forças envolvidas em combate, sendo as forças turcas infinitamente superiores às árabes. Lawrence, em seu texto “Evolution of a Revolt”, aponta a relação de dois turcos para cada árabe lutando na revolta e; iii) o descrédito na capacidade de uma força composta fundamentalmente de guerreiros em se enfrentar forças regulares, treinadas e sustentadas por um estado civilizado.

Neste sentido, acrescenta-se ainda a deficiência de equipamentos por parte dos irregulares, como Lawrence insiste em ressaltar. Pensada nestes termos, há razões para se acreditar em um sucesso incontestável dos irregulares contra regulares na Revolta. A Campanha do Hejaz, por sua vez, é só uma das duas campanhas que compõem a Revolta. De fato, a diferença fundamental entre elas é que na do Hejaz as forças árabes lutaram sozinhas e na do Mar Morto essas lutaram em coalizão com forças britânicas. Por isso, a Campanha do Hejaz não pode ser analisada sem que se tenha em mente uma questão crucial: ela é parte de um contexto mais amplo e isso impediu que os turcos pudessem disponibilizar de mais força para sufocar a rebelião³³.

A Revolta é um episódio mal interpretado, também por culpa de Lawrence, que modificou sistematicamente seus textos, ora acrescentando uma informação, ora sumprimindo-a. Isso fez com que a própria fonte traísse seus intérpretes. Por isso todo nosso cuidado ao tratar da Revolta em meio ao seu real contexto, a I Guerra Mundial.

Dois outros aspectos ainda devem ser trazidos à luz que podem refletir inclusive na precisão acerca dos dados contidos nos textos de T.E. Lawrence: i) a questão das diversas versões do “Sete Pilares” expressa na introdução. Com isso, não se sabe em

³³ Existe um número mágico perpetuado por alguns teóricos que diz que uma força regular derrota uma guerrilha se tiver uma proporção de força de dez para um. ASPREY (1994), FALLS (1953), NEWMAN (1997), JOES (1996) citam esse número em seus trabalhos mas nenhum deles testa a veracidade dessa relação criticamente. Podíamos apresentar aqui n exemplos que corroboram e n exemplos que desmentem essa proposta sem chegarmos a uma resposta definitiva. Este ponto necessita de um teste mais rigoroso. Propor um número suficiente de força turca para derrotar os árabes não é objetivo dessa dissertação. Na Crítica trabalhamos com a força que se tem e não com a que se devia ter.

que dados confiar e em qual dos “autores”: Lawrence dos textos militares escritos entre 1919 e 1926 ou Lawrence da obra “Sete Pilares da Sabedoria”? Ainda, Lawrence do “Sete Pilares da Sabedoria” de 1919, de 1922, de 1926 ou no de 1935?

Este primeiro questionamento nos leva à outra questão relevante em torno da veracidade dos relatos de Lawrence. Ele, entre 1919 e 1922, se envolveu em questões políticas importantes. Participando como consultor político do Feisal nas negociações de paz de 1919 e nos anos subseqüentes, Lawrence lutou para que as promessas feitas antes da guerra para os árabes fossem cumpridas³⁴. Assim, havia interesse por parte dos árabes, com ajuda dele próprio, que os britânicos reconhecessem o direito dos árabes pela autonomia no Oriente Médio.

Tendo essas questões em mente, passaremos ao estabelecimento do panorama da Campanha do Hejaz, discutindo os dados fundamentais em relação ao tamanho das forças envolvidas na guerra e, apresentando as fases dessa campanha.

3.1) Panorama da Campanha do Hejaz

3.1.1) Forças Árabes³⁵

Nesta seção determinaremos o tamanho da força combatente árabe. Determinar o tamanho desta pressupõe, em nosso entendimento, três passos: 1º) a apresentação de nossa hipótese de como é determinada uma força combatente, e mais especificamente,

³⁴ Lawrence cede uma entrevista ao *Sunday Times* em 22 de agosto de 1920, intitulada “A Report on Mesopotamia”, na qual ele discute a situação no Oriente Médio pós-I Guerra, citando inclusive a possibilidade de uma nova rebelião dos árabes contra seus novos dominadores, os britânicos e os franceses. Entrevista obtida no site www.telsociety.org.

³⁵ Para determinamos o tamanho das forças árabes ao longo da Campanha do Hejaz trabalharemos a partir de três fontes: 1) o próprio texto de T.E. Lawrence; 2) o texto “Lawrence of Arabia” de Liddell Hart (1989) e; 3) os resultados da pesquisa de Bragger (2004). Referenciado na bibliografia pelo site www.rogerandfranb.fsnet.co.uk/hejaz/arabreolt.html

como se configura uma força combatente árabe³⁶; 2º) o questionamento dos dados de nossas fontes e; 3º) a construção hipotética da força combatente árabe que atuou na Campanha do Hejaz.

Em relação ao passo 1, nosso argumento leva em consideração três aspectos: i) o tamanho da força voluntária. No nosso caso, são aqueles indivíduos que aderiram a luta de Hussein e seus filhos, ou seja, o número de homens disponíveis ao combate; ii) os equipamentos necessários ao combate e; iii) o tamanho da força animal disponível. No caso dos árabes, o tamanho da força animal disponível ao longo da campanha do Hejaz, ou seja, o número de cavalos, camelos e mulas. Com a interseção entre i) e ii), ou seja, homens e armas, poderíamos estimar a força potencial de infantaria árabe e, dada a existência de canhões entre os armamentos, da artilharia³⁷. A interseção desses três aspectos nos possibilitaria estimar a força potencial montada árabe, ou “cavalaria” árabe³⁸.

Força combatente é construída, portanto, na interseção desses aspectos, sendo a interseção entre i) e ii) o mínimo suficiente para a existência de uma força combatente. No caso árabe, a força que combate no litoral, ou seja entre Rabegh e Wehj, poderia ser composta tanto de infantaria como de cavalaria e camelaria. Entretanto, a força que combate para além de Wehj depende do preenchimento dos três aspectos simultaneamente. É preciso ter homens, ter armas e que estes se desloquem por meio de transporte animal específico – o camelo. Esse último requisito surge em virtude das características do terreno no qual eles operam – a geografia do Hejaz para além da ferrovia.

³⁶ Força combatente é entendida aqui como qualquer grupo de indivíduos armados. Deste modo, força combatente pode ser tanto regular quanto irregular. Regular e irregular, todavia, são entendidos dentro do conceito clausewitziano expresso em nota anterior.

³⁷ Infantaria é aqui compreendido como o grupo de indivíduos que se deslocam pelo terreno primordialmente a pé (GRIESS:1985:32). Artilharia é aqui compreendido como o grupo de indivíduos que combatem por meio de armamentos que lançam mísseis (GRIESS:1985:50).

³⁸ Cavalaria é aqui compreendido como o grupo de indivíduos que combatem primordialmente montados (GRIESS:1985:32). No caso árabe distinguiremos cavalaria, que compreenderá, em nosso entendimento, indivíduos montados em cavalos e mulas, de camelaria, que compreenderá indivíduos montados em camelos.

Apresentada nossa hipótese geral acerca da determinação de uma força combatente e da força combatente árabe, passaremos ao passo 2, ou seja, a discussão dos dados de LAWRENCE (2004), LIDDELL HART (1989) e BRAGGER (2004) em cada um dos aspectos supracitados e que permitem a determinação do tamanho da força árabe. Com isso, poderemos ir construindo nossas hipóteses acerca das forças combatentes árabes – até Wehj e de Wehj em diante – com base em números concretos.

O tamanho exato das forças árabes envolvidas na Revolta não é matéria de controvérsia entre os autores aqui visitados. LAWRENCE (2004) aponta o número de combatentes árabes no início da Campanha, ou seja, quando estes atacam Medina e Meca em junho de 1916, como algo em torno de 21 mil (6 mil de Abdullah, 7 mil de Ali e mais os 8 mil do Feisal). LAWRENCE (2004) aponta ainda, um número estimado de guerreiros em março de 1917, 50 mil.

LIDDEL HART (1989) apresenta os mesmo números de Lawrence para o período de 1917 afirmando, porém, que apesar de terem 50 mil guerreiros, os árabes contavam com somente 10 mil rifles. Segundo LIDDELL HART (1989) , no início da revolta “havia aproximadamente 30 mil guerreiros árabes na região” (1989:58).

BRAGGER (2004), assim como LAWRENCE (2004), estima que o número de guerreiros que atacaram Medina e Meca são algo em torno de 21 mil combatentes, ainda que a divisão das forças seja um pouco diferente da anunciada por LAWRENCE (2004). Como aponta BRAGGER (2004), as forças árabes eram divididas em três principais grupos: o primeiro comandado pelo Xarife Ali, com algo em torno de 8 mil guerreiros; o segundo, comandado pelo Xarife Abdullah, com 4 mil guerreiros e; o terceiro, e mais forte, com um total de 9 mil homens sob a bandeira do Xarife Feisal³⁹.

Temos assim, o seguinte quadro relativo ao tamanho da força árabe nos períodos iniciais da Campanha de acordo com estes autores.

³⁹ Segundo LAWRENCE (2004) os homens do Feisal eram divididos em grupos de 100. Cada grupo de 100 era comandado por um Sheik. Ainda, um entre cada dez era montado, o restante eram guerreiros das colinas.

Tabela 4. Tamanho estimado das Forças Árabes.

| | Início da Campanha | Março-Abril de 1917 |
|--------------------|--------------------|---------------------|
| LAWRENCE (2004) | 21 mil | 50 mil |
| LIDDEL HART (1989) | 30 mil | 50 mil* |
| BRAGGER (2004) | 21 mil | ? |

* 50 mil guerreiros mas somente 10 mil rifles.

LAWRENCE (2004) afirma que o total de voluntários, em abril de 1917, chegou a 50 mil. Ou seja, entre a declaração oficial da Revolta em junho de 1916, os primeiros engajamentos frustrados em Medina e Meca, e a corroboração do Ulema legitimando a *Jihad*⁴⁰ contra os turcos em março de 1917, os números de árabes lutando na Revolta oscila de poucas centenas a milhares⁴¹. De fato, o número máximo de árabes envolvidos em combate nunca passou de 21 mil.

Nossa hipótese é que os números de Lawrence relativos ao tamanho da força árabe no período posterior ao ataques iniciais são superestimados ou, pelo menos, não detalhados, o que ao nosso ver faz diferença. LIDDEL HART (1989) ao não questionar seu dado primário, ou seja, o próprio LAWRENCE (2004), seguiu no mesmo erro.

Dada a precariedade do abastecimento das forças árabes, que o próprio Lawrence anuncia ao longo de seu livro, e que só será em larga escala após a tomada do porto de Akaba, 50 mil é um número estéril. 50 mil não é força real. Este número representa somente os voluntários que poderiam se transformar em força combatente mas, para isso, era preciso que eles tivessem equipamentos, no caso de serem infantaria, e transporte, no caso de serem cavalaria.

Os armamentos e munições dos árabes eram restritos ao que se tinha anteriormente à guerra, ao que conseguiam obter dos próprios turcos ou, ao pouco conseguido junto aos britânicos. LIDDELL HART (1989) afirma existirem somente 10 mil rifles à disposição dos combatentes árabes. Desta forma, ainda que tivessem 50 mil homens à disposição, em termos concretos, a força de infantaria só poderia ser de 10 mil guerreiros.

⁴⁰ Guerra Santa, ou seja, a guerra dos fiéis aos preceitos do profeta Maomé contra os infiéis.

⁴¹ Veja em anexo a declaração do Ulema confirmando o apoio religioso islâmico a luta contra a dominação turca.

Outra evidência dos problemas relativos ao tamanho da força anunciado por Lawrence se dá na contraposição com o tamanho das forças constituídas para as diversas missões de campanha. Quando Lawrence ataca Wehj, onde Feisal estabeleceria sua base de operações e abastecimento, Lawrence tinha consigo somente 10 mil guerreiros, entre infantes e cavalaria. Quando Lawrence rumo à Akaba para capturá-la, ele tem disponível somente 500 homens montados. Se haviam 50 mil homens disponíveis, porque o Feisal só disponibilizou uma pequena parcela destes? Acreditamos que ainda que tivessem os 50 mil homens declarados, eles não deviam estar munidos de equipamentos necessários ao combate ou seja, rifles e munição, e transporte apropriado.

Como aponta Lawrence em sua obra, das forças do Feisal, somente 10% era composta de homens montados, o que significa que os demais homens estão limitados às possibilidades de marcha à pé (*hillmen*). Se montados significa estar em cima de qualquer animal, na Arábia isso inclui mulas, cavalos e camelos. 10% deste total, significa 5 mil homens com montaria. Temos a seguinte configuração: 1) 20-50 mil homens disponíveis, segundo BRAGGER (2004) e LAWRENCE (2004), respectivamente; 2) 10 mil rifles, segundo LIDDELL HART (1989); 3) 2-5 mil montados, com base nos números de BRAGGER (2004) e LAWRENCE (2004), estimados a partir da afirmação da LAWRENCE (2004) que só 10% estavam montados.

Há aqui um ponto de inflexão. LAWRENCE (2004) afirma que 10% da força árabe era montada. Seu número máximo de força é de 50 mil, como ele mesmo anuncia. Assim sendo, 5 mil é o tamanho da força montada. Entretanto, ele mesmo afirma, mais adiante, que na travessia de Rabegh para Wehj haviam “5,100 homens em camelos e 5,300 infantes” (2004:133). Desta forma, temos as seguintes hipóteses: 1) ou a força montada era maior que 10% da força total (erro na percentagem), porque sabemos que as forças montadas dos árabes incluía cavalos como montaria; 2) ou a força total era maior que 50 mil (erro na determinação do tamanho da força total) e podia, portanto, haver 5 mil camelarianos ou então; 3) força montada para Lawrence significa estar somente em camelos (erro na construção do conceito de força montada), o que não é verdade pois Lawrence utiliza cavalaria árabe para realizar suas principais operações (tomada de Yenbo, avanço sobre Mubarak e tomada de Akaba).

Se havia 5 mil camelos à disposição, porque Feisal disponibilizou somente 10% desse total para Lawrence tomar o porto de Akaba? Se o objetivo dos árabes era Ma'an, Akaba e Damasco, e não mais qualquer cidade ao sul de Wehj, como anuncia Lawrence (cap.35), porque manter 4,5 mil camelarianos parados lá? Acreditamos que não havia 5 mil camelarianos entre as forças de Feisal, como anuncia LAWRENCE (2004). Trabalharemos com uma população hipotética de camelos entre 1 e 3 mil.

Aos números de combatentes apresentados acrescenta-se a discussão acerca do abastecimento e da capacidade de movimentação dessa força. Uma travessia de 120 km (75 milhas – a média de distância entre as principais cidades costeiras do Hejaz) era um tarefa difícil para uma força à pé pois não havia poços de água entre as cidades. Esta força em deslocamento deveria, então, ser abastecida com água e comida por meio de navios britânicos. Segundo LAWRENCE (2004), nenhuma marcha da infantaria poderia ser realizada sem abastecimento de água via navios britânicos, que margeariam a costa (2004:133). Para uma força de cavalaria, essa travessia, era um pouco menos complicada. Entretanto, para realizar incursões via regiões desérticas, para fazer travessias de várias milhas, o camelo é o único meio de transporte efetivo no Hejaz. Não estando em camelos, eles eram inúteis para as grandes travessias que Lawrence pretendia fazer. Mesmo os camelos encontrariam dificuldades pois as travessias pela região norte do Hejaz dependiam de que os poços de água pelo caminho estivessem intactos, algo que os turcos inteligentemente lhes negaram, destruindo um a um⁴².

Se para lutar em Medina, Meca e entre Rabegh e Wehj, por exemplo, estar em camelos ou em cavalos não fazia grande diferença, pois eram trechos perfeitamente cobertos por força montada, fazia diferença para lutar para além de Wehj. O terreno a partir daí era exclusivamente desértico. Todas as marchas árabes de infantaria de Jiddah à Wehj, tiveram que ser conduzidas por meio de abastecimento britânico. Para além de Wehj, esse tipo de abastecimento era impossível e, portanto, a travessia de força de infantaria se tornava também impossível.

⁴² Não conseguimos obter o número dos poço de água na região da travessia de Lawrence. O que sabemos graças aos relatos de Lawrence e o estudo de BRAGGER (2004) é que a força que rumava a Akaba encontrou alguns poços destruídos pelos turcos em Bair (nordeste de Maan) e teve que mudar sua rota em direção à Jafar (norte de Maan), onde poderiam ser abastecidos pelos poços de Auda.

Neste sentido, podemos concluir que a força árabe poderia se configurar como: 1) infantaria somente, cujo número máximo de combatentes seria igual ao número de rifles disponíveis. Se tivessem somente os 10 mil rifles como aponta LIDDELL HART (1989), não haveria armamentos suficientes para constituir uma cavalaria. Essa força, todavia, operaria somente no limite de seu abastecimento de água, ou seja, próxima à costa; 2) cavalaria somente, cujo número máximo de combatentes seria igual ao número de bestas, desde que ainda dentro do número de rifles disponíveis; 3) uma força mista, de cavalaria e mais infantaria, cujo número máximo da segunda seria derivado do restante de rifles disponíveis; 4) uma força exclusiva de camelaria, cujo número máximo de combatentes seria derivado do número de camelos disponíveis. Essa força operaria onde as demais bestas não conseguiam sobreviver, ou seja, regiões desérticas.

Em termos estritos, uma força combatente poderia ser composta fundamentalmente por infantaria e/ou cavalaria. No caso árabe, a força que poderia operar entre Jiddah e Wehj poderia se constituir de infantaria e cavalaria, desde que operasse a partir da costa do Hejaz. Entretanto, a força combatente árabe para operar além da linha entre Rabegh e Wehj precisava ser montada em camelos, de forma que o número razoável de guerreiros que podíamos estimar não deve ter passado de 3 mil.

Como exposto anteriormente, o tamanho da força combatente depende do número de armamentos. Segundo LAWRENCE (2004), só houve abundância de armas (já que o número de camelos continuou limitado) e outros equipamentos para os ataques à ferrovia quando os britânicos passaram a acreditar na capacidade dos árabes de golpear os turcos. Essa capacidade só se converteu em um maior fluxo de bens e dinheiro quando Lawrence voltou ao Cairo e anunciou a tomada do porto de Akaba. Segundo o Jubileu da Jordânia⁴³, a tomada de Akaba rendeu para os árabes algo em torno de 200 mil libras em ouro, 20 mil rifles, 20 metralhadoras Lewis, 8 morteiros, 50 toneladas de algodão explosivo para demolição e um esquadrão de carros de combate. Há aqui um erro. Segundo LAWRENCE (2004), os carros de combate disponibilizados aos árabes pelos britânicos chegaram antes da tomada de Akaba (cap.31). Entretanto, o fluxo principal de bens e dinheiro só chegou aos árabes quando estes se preparavam para a Campanha do Mar Morto, que não é objeto de nossa análise.

⁴³ www.jordanjubilee.com/history/lawrence.htm.

Ainda em relação aos armamentos, os dados são extremamente inconsistentes. LAWRENCE (2004), ora diz não existir artilharia árabe e que os britânicos sistematicamente a negaram, ora anuncia a existência de canhões de montanha – os 10 krupps que Abdullah levava com sua força (p. 106). LIDDELL HART (1989) anuncia que os árabes tinham somente 10 mil rifles à disposição, mas que tinham 10 canhões de campo Krupp (1989:61), repetindo os dados de Lawrence. LAWRENCE (2004), por sua vez, afirma que o Feisal disponibilizou 60 mil rifles para o ataque a Yenbo, período anterior à ida das forças árabes para Wehj e à tomada de Akaba. Entretanto, segundo ele mesmo, esses rifles eram quase relíquias, armas condenadas, e portanto, inúteis. A força árabe continuava precariamente armada. A quantidade de 10 mil rifles permanece sendo um número razoável para estar de posse dos árabes.

Esses dados (60 mil rifles) poderiam alterar significativamente nossa determinação do tamanho da força combatente árabe. 60 mil rifles poderiam se converter em uma força combatente de 50 mil infantess, mais 5 mil de cavalaria árabe, restando ainda 5 mil rifles de reserva. Entretanto, LAWRENCE (2004) aponta que a força que rumava à Wehj não passava de 10 mil homens, 5 mil em camelos (que já questionamos) e mais 5 mil infantess. Significa algo em torno de 10 mil rifles em suas mãos, o que sustenta o número indicado originalmente.

O ponto é que se supõe que haja, entre as forças de Feisal e Ali, algo em torno de 5 a 10 mil guerreiros, menos de um terço das forças anunciadas por Lawrence (50 mil), com 10 mil rifles entre armas modernas, capturadas ou relíquias. A força de Lawrence era composta daqueles homens que o Feisal disponibilizava dentre estes 5-10 mil que tinha.

Se até Wehj os árabes podiam contar com uma infantaria e com cavalaria mais camelaria, para além disso, somente força montada em camelos seria força combatente. O limite de constituição da força que atuou entre Jiddah e Wehj era o próprio número de rifles disponível, e operando no limite do próprio abastecimento de água. O limite da constituição da força combatente que atuou para além da costa e ao norte de Wehj era ao mesmo tempo o número de rifles e o número de camelos disponíveis. A primeira força podia chegar aos 10 mil combatentes, entre infantaria, cavalaria e camelaria, já a segunda podia chegar, no máximo, a 3 mil, que foi o número máximo que estimamos de camelos dentro da força árabe.

Tabela 5. Conclusões sobre o tamanho das Forças Árabes

| | |
|--|---------------------|
| Força Combatente Árabe para operar entre Jiddah e Wehj* | 10 mil guerreiros** |
| Força Combatente Árabe para operar a partir de Wehj e em regiões desérticas* | 3 mil guerreiros*** |

* Com um limite de 10 mil rifles disponíveis

** Incluindo infantaria, cavalaria e camalaria

*** Exclusivamente montada em camelos

1) Este quadro não inclui as forças de Abdullah destacadas para assediar Medina. Sabe-se que ela era a menor entre as forças dos três irmãos.

2) A força de Lawrence era uma parcela dentro a força combatente árabe que operam entre Jiddah e Wehj. 500 homens montados, cedidos à Lawrence e que rumam à Akaba, parece ser o limite máximo de sua força.

As forças combatentes árabes, portanto, tinham um limite máximo, dado o número de rifles disponíveis. Todavia, essa força combatente dependia ainda das características do terreno no qual elas operavam, sendo o número de montarias também limitador em caso de regiões desérticas. O dado, apresentado por LAWRENCE (2004) e BRAGGER (2004), de que os árabes tinham 21 mil guerreiros ao atacarem Medina e Meca parece ser superestimado e, de fato, nunca se repetirá ao longo da Campanha. Deste modo, sustentamos um limite máximo para as forças árabes que atuam entre Jiddah e Wehj de 10 mil guerreiros, todos devidamente armados. Limite este, que só poderia aumentar depois do fluxo de bens no período que antecede a Campanha do Mar Morto.

3.1.2) Forças Turcas⁴⁴

Em relação ao tamanho das forças turcas que operavam na região do Hejaz, os números apresentados por nossas fontes variam entre 15 mil soldados (LIDDELL HART:1989) e 100 mil soldados (LAWRENCE: 2004).

O exército turco de 1914 estava passando por uma reformulação e reconstrução em virtude das Guerras Balcânicas de 1912 e 1913⁴⁵. Esse processo se deu, segundo

⁴⁴ Para determinamos o tamanho das forças turcas ao longo da Campanha do Hejaz trabalharemos a partir de três fontes: 1) ERICKSON (2000), que nos serve inclusive como fonte dos anúncios oficiais do Estado-maior turco em 1914. Referenciado na bibliografia pelo site www.worldwar1.com/neareast/ta.htm; LAWRENCE (2004), anunciado em seu cap. 35 ; 3) LIDDELL HART (1989) e; 4) BRAGGER (2004).

⁴⁵ As Guerras Balcânicas, de 1912 e 1913, foram conflitos entre o Império Otomano, que dominou os Balcãs desde o final do século XIV, contra as recém-nascidas nações da Bulgária, Grécia, Sérvia, Montenegro e Romênia. A Guerra da Tripolitânia (1911-1912), entre Turquia e Itália, enfraqueceu o exército turco, de modo que os aliados balcânicos viram este momento como

ERICKSON (2000), por três razões principais: i) a perda de soldados com essa guerra (aproximadamente 250 mil ou 12 divisões de exército); ii) o expurgo de oficiais por parte do governo do Turquia (1,100 oficiais foram retirados das fileiras em virtude dos fracassos na guerra) e; iii) o desgaste físico e moral das forças turcas (90% das forças turcas operaram nesse conflito).

As Guerras Balcânicas tiveram ainda duas outras conseqüências para as forças turcas, segundo ERICKSON (2000), conseqüências estas que nos ajudam na construção do panorama da força turca que operou no Oriente Médio: 1) após os conflitos em 1912 e 1913, as forças turcas permaneceram concentradas na região da Trácia, entre Adrianopole, Galípoli e no entorno de Constantinopla. Sendo assim, a estimativa é que a força turca no teatro de operações do Oriente Médio devia ser menor do que a localizada na Turquia; 2) todas as sub-divisões do exército turco pós-Guerras Balcânicas operavam com carências de efetivos. Estimamos, portanto, que a constituição das forças que atuavam no Oriente Médio deviam seguir a mesma lógica, ou seja, operarem com carência de efetivos. O quadro a seguir ilustra discrepâncias entre o número de soldados turcos nas diversas sub-divisões do exército em comparação com duas das principais forças européias no período.

Tabela 6. Quadro comparativo entre forças na I GM

| | Alemanha | Inglaterra | Turquia*** |
|------------|----------------------|----------------------|------------------------------|
| Divisão* | 17,5 mil combatentes | 18 mil combatentes | 4 mil combatentes |
| Regimento* | 4,3 mil combatentes | 4,05 mil combatentes | 1 mil combatentes (aprox.) |
| Batalhão* | 1,05 mil combatentes | 992 combatentes | 250-400 combatentes (aprox.) |
| Compania* | 259 combatentes | 232 combatentes | ** |

Fonte: Terraine (1982:333-343).

* Dados em 1914

** Sem referências

*** Estimativas de Erickson (2000)

ERICKSON (2000), aponta que a força turca em 1914 deveria chegar a um total de aproximadamente 460 mil homens, 14,5 mil oficiais e 160 mil animais. A esse número

apropriado ao início do conflito pelas suas independências. Os conflitos duraram pouco mais de quatro meses e um primeiro acordo de paz foi tentado em fins de 1912, mas sem sucesso. Em fevereiro de 1913, o conflito se reiniciou. Quatro meses depois, otomanos e aliados balcânicos celebram um acordo de paz em Londres pondo fim às hostilidades. A Turquia perdeu o controle sobre suas possessões territoriais nos Balcãs.

se acrescentariam 25 mil gendarmes, 12 mil soldados de fronteira e os 6 mil soldados montados em mulas⁴⁶.

BRAGGER (2004) aponta que as forças turcas no início da revolta eram estimadas em aproximadamente: 14 mil homens em Medina, 5 mil em Tebuk, 5 mil também em Maan (contando ainda com 1 avião), 3 mil em Akaba (com 16 canhões de defesa de costa de grande calibre apontando para o mar), além de uma pequena força em Meca. Ainda segundo este autor, não se sabe o tamanho da força em Aman, mas que havia um posto fortificado, contando com 100 homens, a cada 30 km (20 milhas) da ferrovia. Com base nesse dado, e sendo a distância aproximada entre Aman e Medina de 1080 km (675 milhas), estamos falando de 33 postos fortificados, ou seja, de 3300 homens guarnecendo a ferrovia – quase uma divisão turca inteira para proteger a mesma.

Se considerarmos somente o Hejaz, de Akaba à Medina, estaremos falando de aproximadamente 720 km (450 milhas) de ferrovia. Então, o número de postos cai para 22 e conseqüentemente o número de soldados cai para 2200. Somando os soldados que protegiam algumas cidades da região (os de Akaba, os de Tebuk, os de Medina e os de Meca) e mais a força que guarnecia a ferrovia, falamos de um total aproximado entre 29,2 e 30,1 mil soldados turcos (contando a ferrovia inteira), usando os dados de BRAGGER (2004).

Lawrence, em seu texto “Evolução de uma Revolta”, afirma que a força turca disponível na região do Hejaz era em torno de 100 mil soldados e que, ao final da Campanha, os árabes tinham capturado 35 mil soldados inimigos. LAWRENCE (2004) afirma ainda, em seu capítulo 35, a necessidade dos turcos terem um posto fortificado a cada 10,24 km² (4 milhas quadradas) protegido por 20 homens/cada, o que obrigaria os turcos, ao seu ver, a terem 600 mil homens para reprimir a rebelião (seu cálculo foi feito para toda a Arábia – 120 mil milhas quadradas). Ao refazer os cálculos de Lawrence,

⁴⁶ Soldados montados em mula e mesmo em cavalos seriam utilizáveis somente na região entre Jiddah e Wehj, pelas razões que apontamos na seção anterior. Ainda assim, para deslocarem pela região do Hejaz seria necessário levarem consigo suprimento de água para eles mesmos e suas montarias. De fato, os turcos levaram uma série de mulas para a cidade de Medina logo após a investida árabe, de forma a comporem uma coluna móvel para perseguição das forças árabes. Entretanto, dada a ausência de pastos próximo à cidade e a inoperância dessa força móvel, as mulas acabaram por servir somente de alimento para os soldados da guarnição.

temos: 20 homens a cada 3,2 km (2 milhas) de trilho (10,24 km quadrados se pensarmos transversalmente à ferrovia); de Akaba a Deraa, são aproximadamente 720 km (450 milhas), então teríamos 225 postos, um total de 4500 homens para proteger a ferrovia. Se pensarmos que Lawrence calculou a ferrovia inteira e não só no Hejaz, teríamos: 2080 km (1300 milhas) de ferrovia; 650 postos, com vinte homens cada; o total seria de 13 mil homens. Se os turcos tivessem esses 100 mil homens que ele mesmo anuncia, então os turcos teriam forças para proteger pelo menos a ferrovia e as principais cidades que margeavam esta. Desta forma, os dados de Lawrence são superestimados.

Ao tentarmos reconstruir a força turca por meio dos relatos do próprio Lawrence, contidos no “Sete Pilares”, descobrimos que a força turca é surpreendentemente menor do que o anunciado (100 mil homens). Segundo LAWRENCE (2004), em Wehj, haviam 200 soldados turcos em guarnição (cap.40); em Bair, 500 homens (cap.52); em Aba el Lissan, 400 homens (cap.57) e não mais que 400 em Ma’an (cap. 57); em Gweira, 120 homens (cap. 57) e; em Akaba, 300 homens (cap.58). A coluna móvel constituída para perseguir Lawrence e seus irregulares pelo Wadi Sirham, não passava de 400 homens montados em cavalos. Ou seja, entre Wehj e Akaba, havia uma força estimada entre 2-3 mil homens, espalhados entre várias pequenas guarnições. Para além de Wehj, concluímos, a força turca não passa de 2-3 mil homens.

A missão de Lawrence e o tamanho da força turca na região entre Akaba e Ma’an reafirmam a pequenez da força de Lawrence, que cada vez mais fica ao redor dos 1-1,5 mil homens.

Tabela 7. Conclusões sobre o tamanho das forças de Feisal e Lawrence.

| | |
|---|-------------------|
| Força Combatente Árabe para operar a partir de Wehj e em regiões desérticas | 3 mil guerreiros* |
| Força Combatente Árabe destacadas de Wehj e sob comando de Lawrence | 500 guerreiros** |

* Exclusivamente montada em camelos

** Acrescenta-se aí de 500 a 1,5 mil novos combatentes, todos montados, sob o comando de Auda Abu Tayi.

LIDDELL HART (1989) afirma que havia no Hejaz algo em torno de 15 mil soldados. Sua descrição das forças turcas comprometidas no Hejaz são contraditórias. Em relação a este ponto, LIDDELL HART (1989) afirma existirem 10 mil soldados em Medina (p.58), 1,2 mil em Wehj (p.58), 2,5 mil guarnecendo a ferrovia (p.58), 1,4 mil em

Jiddah (p.60), 2 mil em Taif (p.61), 1,6 mil em El Arish (p. 121), 120 homens em Gweira (p. 161), 1,2 mil em Akaba (p.163), ignorando o tamanho da força em Ma'an. Somando os números apresentados pelo próprio LIDDEL HART (1989) teríamos 20,020 soldados turcos e não 15 mil como ele inicialmente afirma.

Com os dados de nossas fontes, estimamos que a força turca no Hejaz não passaria, de Wehj em diante, de 2-3 mil homens. De Meca a Wehj, a força turca seria entre 20,020 e 30,1 mil, segundo LIDDELL HART (1989) e BRAGGER (2004). LAWRENCE (2004), entretanto, aponta que a estimativa do total de inimigos no Wadi Safra, ou seja, entre Rabegh e Yenbo, totalizava 5 mil turcos (cap.23). Se a força turca em Wehj totalizava 200 homens, e a região de Um Lejj era, nas palavras de Lawrence, amigável (cap.25), a força principal turca se localizava no Wadi Safra e não para além de Yenbo. Ou seja, a força turca principal deveria estar operando entre Rabegh e Yenbo, com o limite à leste em Medina. Wehj e região estariam sem presença significativa de soldados turcos.

LAWRENCE (2004), afirma ainda que Aba El Na'an foi tomada com 30 prisioneiros e 70 mortos do lado turco (cap.36), evidenciando que as guarnições turcas entre Medina e Tebuk poderiam ser menores que as estimativas feitas por nossas demais fontes. Assim sendo, acreditamos que, caso Medina tivesse entre 10-14 mil, segundo LIDDELL HART (1989) e BRAGGER (2004) respectivamente, e que a região entre Rabegh e Yenbo contasse com esses 5 mil soldados turcos, o total de força turca não passaria de 19 mil soldados. Entretanto, segundo LAWRENCE (2004), a posição de Bir Abbas, principal reduto defensivo turco entre as forças de Feisal e Medina, foi reforçada por 3 mil homens destacados da própria cidade de Medina. Sendo a força de Feisal a maior entre seus irmãos, nada mais lógico que a defesa turca tenha se concentrado aí. Se estimarmos 3 mil soldados turcos para conter um ataque de 8 mil árabes, nada mais lógico que termos algo entre 1,5-2 mil turcos para conter os 6 mil de Abdullah e mais 2-2,5 mil para conter os 7 mil de Ali. As forças turcas próximas a Medina não deviam ser maiores que 8 mil soldados. Somando os 8 mil de Medina, com os 5 mil operando entre Rabegh e Yenbo, a força turca na região não excedia 13 mil soldados.

Somando a estimativa de soldados turcos entre Rabegh e Wehj, 13 mil homens no máximo, com a estimativa de 2-3 mil soldados para além de Wehj, a força turca no Hejaz

inteiro não passaria dos 15-16 mil homens. Se 1 corpo de exército, composto por duas divisões turcas, foram enviadas da Síria para reforçar Medina após esses ataques, como aponta BRAGGER (2004), teríamos um total de 8 mil novos soldados (segundo nossos cálculos). Teríamos então, no Hejaz inteiro, uma força turca de 23-24 mil homens.

Em relação aos equipamentos turcos, alguns pontos devem ser destacados. Em primeiro lugar, ainda que as divisões de artilharia turca tivessem menos peças que qualquer outra força europeia do período, segundo ERICKSON (2000), eles tinham muito mais que os 10 *krupps* da força árabe. Uma divisão de exército turco tinha 21 howitzers de 75 mm; o corpo de exército tinha 12 canhões de 105 mm e havia ainda peças de 120 mm fixas em fortalezas. Segundo TERRAINE (1982), uma divisão de infantaria alemã do período tinha 72 canhões; um corpo de exército alemão tinha, fora as 72 peças de 75 mm, 16 canhões de 105 mm e mais 8 canhões de 210 mm.

Mesmo operando aquém das demais forças europeias, os canhões árabes não eram capazes de fazer frente aos canhões turcos por algumas razões: 1º.) existiam mais canhões turcos, dada a estimativa acima (mínimo de 36 peças, se tivesse somente uma divisão turca), que árabes (10 peças); 2º.) entre os turcos haviam canhões de diferentes calibres (75mm e 105mm principalmente) e alcance, enquanto os árabes tinham somente canhões de 75 mm. A distância que os projéteis turcos alcançavam, segundo Lawrence, era o dobro do alcance dos projéteis das armas árabes (6 km X 3km); 3º.) os depósitos de munição turcos encontravam-se nas cidades onde se tinha canhões, e havia munições suficientes para atacar as armas árabes. Segundo ERICKSON (2000), haviam 588 cápsulas disponíveis por peça turca. A munição de artilharia para as peças árabes dependia daquilo disponibilizado pelos britânicos, sazonalmente – havia um limite de munição para cada operação.

Em relação ao número de rifles, nenhuma de nossas fontes apontou qualquer problema dos turcos em relação a esta questão, de modo que supomos que cada turco tinha seu rifle. ERICKSON (2000) aponta 150 cartuchos disponíveis para cada rifleiro turco no Hejaz, com 190 cartuchos a mais em depósito. Desta forma, concluímos não haver também nenhum tipo de carência de munição para o confronto com a força árabe.

Em termos de transportes, aí sim havia problema para as forças turcas no Hejaz que dependiam da existência de mulas, cavalos e camelos, assim como a força árabe. Segundo Lawrence no “Evolution of a Revolt”, os turcos tinham um corpo de camelos para operarem em regiões desérticas. Lawrence, entretanto, não determina o tamanho dessa força⁴⁷.

Segundo ERICKSON (2000), o número total de mulas no exército turco no início da guerra era de 6 mil, enquanto o tamanho máximo da população de cavalos era 210 mil. Mulas e cavalos tinham emprego limitado no Hejaz se não pudessem ser abastecidos com água e alimento. Ao reconstruirmos as forças turcas montadas que operaram no Hejaz, anunciadas por LAWRENCE (2004), temos somente duas referências: 1) 150 próximos a Bair (cap.52); 2) 400 próximos ao Rumm (cap.56). Ou seja, as forças montadas turcas no Hejaz praticamente não atuaram. Tinha-se então 23-24 mil soldados turcos sem qualquer capacidade de se mover pela região, se não por meio da ferrovia ou próximas a esta.

Tabela 8. Conclusões sobre o tamanho da Força Turca

| | |
|---|---------------------|
| Força Combatente Turca operando entre Meca e Wehj | 15-16 mil soldados* |
| Força Combatente Turca operando entre Ma'an e Akaba | 2-3 mil soldados |
| Total de Força Combatente Turca operando na Campanha do Hejaz | 23-27 mil soldados* |

* Com um reforço aproximado de 8 mil novos soldados após os ataques a Medina e Meca.

3.1.3) Início da Revolta – Os Ataques à Medina e Meca

A Revolta Árabe se iniciou em 27 de junho de 1916 com a declaração do Xarife de Meca, El Hussein Ibn Ali, convocando os árabes à luta contra o domínio turco. Esta proclamação foi seguida de uma ofensiva árabe às guarnições turcas de Medina e Meca. Em Medina, após alguns dias de combate, e não conseguindo romper a linha defensiva

⁴⁷ Não conseguimos obter o número de camelos disponíveis às forças turcas. Ainda que se saiba da existência de uma “camelaria” turca, sem números e sem localização ficou difícil determinar se elas poderiam ser um adversário para as forças montadas árabes. O autor tentou ao longo de sua pesquisa um contato com as universidades e pesquisadores turcos de forma a tentar determinar o tamanho dessa força bem como sua localização. Não obtivemos esses dados e mais uma vez a única referência se tornou o próprio relato de T.E. Lawrence.

As colinas, acreditava Feisal, seriam um bom ponto para estabelecerem uma linha defensiva de forma a impedir o avanço de forças turcas, que tentariam recuperar o controle sobre Meca. Enquanto isso, as forças de Ali e Zeid deveriam, respectivamente, atacar Rabegh e a região do Wadi Safra (Bir Abbas), de forma a impedirem a concentração suficiente de força turca para recuperar Meca, mantendo Medina sob ameaça.

O impasse perdurou por algumas semanas, até que os turcos enfim puderam enviar a força expedicionária para o Hejaz. O reforço turco chegou à Medina e de lá pôs-se em marcha para Meca. Os árabes, que haviam se preparado para o confronto nas montanhas, foram expulsos pelos turcos da posição, tendo assim que recuar para Rabegh.

REVISÃO DAS POSIÇÕES DAS FORÇAS DE JUNHO A SETEMBRO DE 1916

i) Árabes – Guerreiros árabes próximos à Medina. O Xarife Ali com seus guerreiros posicionados entre Medina e Meca. As forças do Feisal entre Medina e Rabegh. O Xarife Abdullah com grupos posicionados ao norte e ao leste de Medina.

ii) Turcos - Guarnição turca em Meca. Força principal localizada no entorno de Medina. A linha principal defensiva avançada em Bir Abbas.

3.1.4) De Outubro de 1916 a Janeiro de 1917 – Marcha de Rabegh a Yenbo; de Yenbo para Wehj

a) De Rabegh a Yenbo (Dezembro de 1916)

As forças árabes não conseguiram impedir o avanço dos turcos na estrada de Sultani de forma que, em outubro de 1916, estabeleceram-se em Rabegh, tomada pela força de Ali. Rabegh se constituiu como base de operações árabes após os ataques à Medina e Meca. De Rabegh seriam conduzidas as principais operações contra as forças turcas no Wadi Safra e no Wadi Aqiq. Rabegh seria também o porto para abastecimento das forças árabes por seus aliados britânicos e, segundo LAWRENCE (2004), local de treinamento das primeiras forças regulares árabes de infantaria nos moldes ocidentais.

A força expedicionária turca, que retirou as forças árabes das posições defensivas nas colinas, se dividiu e avançou simultaneamente sobre Meca, conseguindo retomar o controle da cidade, e sobre Rabegh. Segundo Lawrence, em seu texto “Evolution of a Revolt”, este movimento turco rumo a Rabegh foi demasiado lento, muito em função do medo que estes tinham de ser atacados pelos árabes pelo norte. Entretanto, a posição de Rabegh deixava as forças árabes extremamente vulneráveis, ameaçadas tanto por Medina quanto pela força que havia retomado Meca.

Ao perceber a vulnerabilidade de suas forças em Rabegh e o despreparo dessas para assegurar a posição, Feisal decidiu pela marcha à Yenbo (Ver Figura 7).

Os turcos, percebendo o avanço árabe para o norte, desistem de Rabegh e iniciam sua marcha de volta à Medina. Meca estava reforçada e o restante da força expedicionária turca voltou a Medina para também reforçá-la.

b) De Yenbo a Wehj (Janeiro de 1917)

A força árabe, que iniciou a marcha em fins de 1916 partindo de Rabegh, avançou pelo Wadi Safra e acampou em Nakhl Mubarak, próximo ao Wadi Yenbo, contornando uma guarnição turca localizada em Bir Said. Feisal contava com 2 mil guerreiros montados e Zeid com 800, mais dois canhões, enquanto as forças turcas eram estimadas por LAWRENCE (2004) em 3 batalhões, infantaria montada em mula, um corpo de camelos, cujos números Lawrence não detalha, além de 7 canhões (cap.22). Estimamos, entre 750 e 1,2 mil soldados de infantaria, 400-500 soldados montados, seja em mulas, seja em camelos, e mais 7 canhões de 75 mm. Bir Said tinha, portanto, algo em torno de 1,7 mil turcos, no máximo. Entretanto, algumas das tribos que compunham a força árabe desertaram assim que os combates iniciaram, de forma que a força restante de Feisal teve que fugir para Yenbo.

De Yenbo, Feisal constituiu uma força para atuar como atiradores de tocaia a partir das colinas de Agida próximas a Yenbo, enquanto preparavam as posições defensivas da cidade. Dois navios britânicos, o *Dufferin* e o *M.31*, se posicionaram na baía de Yenbo e seus canhões faziam a segurança da cidade. A força turca relutou no avanço para Yenbo e recuou para além de Mubarak.

Com o recuo turco e a liberação da área em torno de Yenbo, novos infantess começaram a se agrupar em torno da cidade. Segundo LAWRENCE (2004), a força árabe atingiu o número de 6 mil guerreiros em meados janeiro (cap.24).

Yenbo ficava a pouco mais de 120 km de Medina e ainda era ameaçada pela presença das forças turcas na região. O avanço para Wehj era uma necessidade, de forma que a marcha foi planejada quase de imediato. A travessia de Yenbo para Wehj, entretanto, deveria ser auxiliada por navios britânicos que abasteceriam as forças com água e comida. O *Hardinge* serviu como navio-depósito. Segundo LAWRENCE (2004), as forças árabes que iriam marchar chegavam a 10 mil guerreiros (cap.25).

As forças árabes se deslocaram para Um Lejj e de lá para Abu Zereibat, onde uniriam forças para a tomada de Wehj. O plano para tomada da cidade consistia num ataque por terra e por mar simultaneamente. O *Hardinge* atacou a cidade por meio de seus canhões enquanto as forças árabes avançaram por terra. Os 200 soldados turcos não resistiram ao ataque e desistiram da luta (cap.29). Wehj foi conquistada.

REVISÃO DAS POSIÇÕES DE OUTUBRO A JANEIRO DE 1917

i) Árabes – Forças de Feisal e Ali se unem para a marcha rumo a Yenbo. As forças do xarife Abdullah permanecem assediando as guarnições no entorno de Medina. De Yenbo, as forças árabes avançam para Um Lejj e de Um Lejj para Wehj, sendo abastecidos por navios britânicos.

ii) Turcos – A posição defensiva turca localizada no entorno de Medina permaneceu imóvel. As guarnições de Bir Said atacaram os árabes em Mubarak e avançaram para o Wadi Yenbo, desistindo da investida à cidade. Na região do Um Lejj não havia qualquer destacamento turco e a força em Wehj não passava de 200 soldados.

Figura 8. Mapa do Hejaz até Wehj.



Mapa recortado. Fonte: LAWRENCE (sd). *Os Sete Pilares da Sabedoria*. Ed. Record. Contra capa.

3.1.5) Base de Wehj – A Modificação da Estratégia Árabe

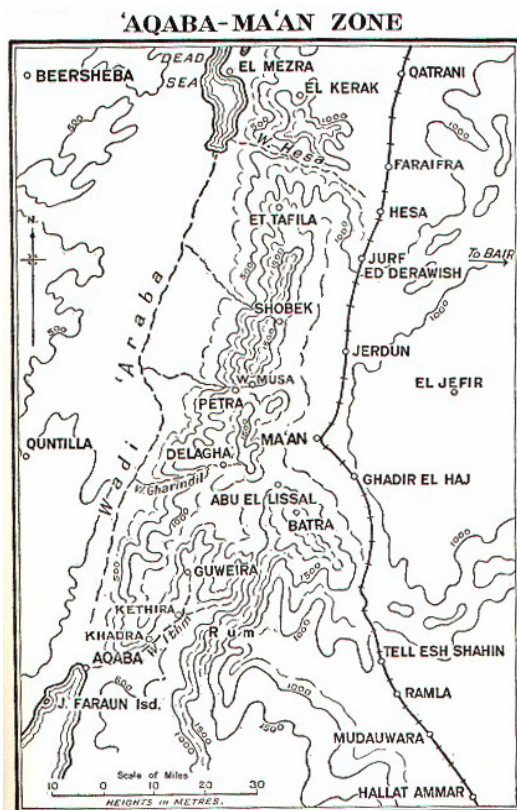
Wehj se tornou o porto pelo qual os britânicos abasteceriam as forças árabes. As lideranças árabes, Feisal, Ali e os demais sheiks, passaram então a discutir quais seriam as ações empreendidas a partir de então. Ficou decidido que o foco das operações seria a ferrovia do Hejaz. Para tal, os britânicos forneceram treinamento e equipamentos para destruição de trilhos e postes telegráficos. Começaram ainda, a treinar forças no uso de metralhadoras e artilharia.

No que concerne a Lawrence e seu grupo de irregulares, suas operações se concentraram em Aba el Na'am e Madahri, como pode ser observado no mapa a seguir. Todavia, outros grupos foram destacados com essa mesma função, de forma que entre março e abril de 1917 a ferrovia foi atacada desde Aba El Na'am até El'Ula.

Após as reuniões entre o Xarife Feisal, T. E. Lawrence, o Xarife Ali e Auda Abu Tayi, entre outros chefes tribais, Feisal decidiu pela permanência das forças árabes em Wehj. Lawrence, Auda e mais 500 camelarianos, parte da chamada força irregular árabe, iniciaram a marcha de 960 km (600 milhas), rumo a região do El Houf, margem esquerda do deserto de Nefud. Estes irregulares deveriam se juntar à força de Auda e de outros líderes Howeitats em Sirham.

As forças árabes, como aponta LAWRENCE (2004), não poderiam atacar Akaba vindo de Wehj, pois todas as defesas turcas apontavam para essa direção. Deste modo, eles foram obrigados a fazer um movimento excêntrico de Wehj para Deraa. De Deraa para Arfaja, passando por Wadi Fejr e pelo Wadi Sirham. Desta região, as forças então contornaram e avançaram na direção de Isawiya, Abu Tarfeyia e Ghutti ainda no Wadi Sirham. De Ghutti as forças rumaram para Ageila e pararam em Nebk, onde se reuniram com as forças de Auda (estimados entre 500 e 1,2 mil cavaleiros).

Figura 10. Akaba e região.



Fonte: LIDDELL HART (1989). Lawrence of Arabia. Entre páginas 154 e 155.

Com todas as forças reunidas, 1,7 mil, os irregulares árabes partiram para Bair. Como explicado anteriormente, os poços de água da região haviam sido destruídos pelos turcos de modo que eles foram para Jafar, localidade perto de Maan. As forças então enfrentaram a guarnição de Gahdir El Haj e rumaram para Aba El Lissan. Guweira e Hadra foram atacadas através do Wadi Ithm e também foram tomadas.

Com a perda de Aba El Lissan, Guweira e Hadra, e com os navios britânicos aproximando-se da entrada do Golfo de Akaba, as forças turcas da cidade portuária de Akaba se renderam em julho de 1917.

A tomada pelos irregulares, e depois a ocupação pelas forças do Feisal, de Akaba, encerram aquilo que é chamada de Campanha do Hejaz. A partir de então os turcos não tinham mais nenhuma possessão no Mar Vermelho e começaram a recuar desde Medina. Os árabes haviam estendido ao máximo o flanco estratégico turco no Hejaz, e os britânicos podiam avançar pela Palestina sem serem ameaçados no Sinai por Akaba.

Capítulo 4. Planos de Campanha do Ataque e da Defesa⁴⁸

O estabelecimento dos planos de ataque e da defesa pressupõe que determinemos quem são os atacantes e quem são os defensores na Revolta Árabe, ou, quem está na ofensiva e quem está na defensiva. Para tal, nos apoiaremos no aparato teórico clausewitziano expresso no “Da Guerra” onde ofensiva e defensiva devem ser analisadas em virtude das três dimensões do fenômeno bélico: política, tática e estratégia.

A ofensiva política é a busca pela alteração de um *status quo* político. Neste sentido, os turcos dominavam a região do Hejaz há muito tempo. Os árabes, por sua vez, declararam, através de Hussein e depois corroborado pelo Ulema, que a região era naquele momento de domínio dos povos árabes e não mais turco. Esta declaração no sentido de modificação do *status quo* político não é suficiente para fazer com que se configure uma situação em que os árabes são então os verdadeiros detentores de direito sobre a região. Afinal, além de os turcos poderem também declarar exatamente o contrário – o que fizeram –, quem se beneficia pela manutenção dessa situação, ou seja, a defesa, permanece sendo os turcos. São os árabes, portanto, aqueles que têm que modificar essa situação, expulsando os turcos. A materialização do domínio árabe na região pressupõe essa ação. Isso nos remete ao ponto a seguir.

Do ponto de vista teórico, na dimensão tática, a ofensiva pressupõe um enfrentamento em que se busque também a alteração de uma dada situação tática. Mais uma vez, quem se beneficia é aquele que tem a situação anterior inalterada frente ao

⁴⁸ Ao examinarmos “Campanha de 1814” de Clausewitz, percebemos que a construção de um plano de campanha, tanto ofensivo quanto defensivo, pressupõe a elucidação de alguns pontos anunciados pelo próprio autor ao fazer a análise de seu objeto. Em relação ao plano de campanha ofensivo é preciso determinar: a) os motivos que comandam a ofensiva ou, há razões decisivas para a ofensiva?; b) qual poderia ser a esfera de ação da ofensiva, isto é, onde seria o Ponto Culminante da Vitória?; c) qual é o objetivo da ofensiva estratégica no interior de sua esfera de ação?; d) qual é o melhor momento para a execução desta ofensiva?; e) o ponto do ataque; f) as praças fortes; g) as operações secundárias e; h) Linhas de Operação e Base. Em relação ao plano de campanha defensivo: a) razões que impõe a defensiva; b) objetivo ao qual a defensiva deveria possuir; c) meios de ação de que dispõe a defesa; d) considerações de tempo e; e) modos de resistência a serem implementados. Em outros de seus trabalhos, “Campanha de 1812” e “Campanha de 1815”, Clausewitz estrutura seus planos em forma de texto corrido. Decidimos construir os planos em texto corrido, como uma proposição quase discursiva às próprias lideranças árabes e turcas, mantendo, todavia, a preocupação em abarcar esses aspectos elucidados por Clausewitz.

golpe do adversário. É preciso analisar os vários enfrentamentos para qualificarmos como enfrentamentos defensivos ou ofensivos. Por exemplo, quando os árabes atacam Medina e Meca, no início da Campanha, eles buscam retirar as forças turcas de suas posições. Deste modo, são os árabes que estão na ofensiva tática. Quando as forças turcas saem de Medina e rumam para Rabegh, por outro lado, encontrando os árabes protegendo a passagem das colinas, quem está na ofensiva tática são os turcos.

No que concerne à terceira dimensão, a estratégica, aqueles que buscavam a alteração da situação eram novamente os árabes e, portanto, eram eles que estavam na ofensiva. São os árabes os atacantes. As forças turcas, por sua vez, estavam estabelecidas defensivamente, guarnecendo as principais cidades cortadas pela ferrovia do Hejaz. Se nada fosse feito em contrário, a situação do teatro de operações do Hejaz permaneceria a mesma, ou seja, sobre o domínio dos turcos que, como dito, controlavam as principais cidades da região bem como a sua principal linha de comunicação via ferrovia. Deste ponto de vista, se os árabes quisessem converter em realidade o domínio da Arábia, eram eles que teriam que forçar uma mudança na situação estratégica. Mais uma vez, quem está na defensiva se beneficia se não houver alteração numa dada situação frente ao golpe ou golpes do adversário, deste modo, ficando as coisas como estavam antes da campanha, os turcos sairiam vitoriosos.

Tendo em mente quem estava na defensiva e quem estava na ofensiva na Campanha do Hejaz podemos agora passar à construção dos planos de campanha do atacante e do defensor.

4.1) Plano de Campanha Ofensivo

O que faz com que os árabes tenham que partir para a ofensiva estratégica é que se as coisas permanecessem como estavam no teatro de operações os turcos seriam os vitoriosos. Os turcos dominavam as principais cidades da região do Hejaz, bem como a principal linha de comunicação com a região da Palestina e da Síria – a ferrovia do Hejaz. Aos turcos, inicialmente, bastava sustentar o controle das cidades e o funcionamento da ferrovia que a situação estratégica permaneceria inalterada. Por isso, os árabes tinham que tomar a iniciativa caso quisessem materializar o objetivo político pelo qual eles decidiram lutar – *a libertação política da Arábia*. A libertação política da Arábia, por sua

vez, pressupunha a *expulsão do exército turco da região*, sendo isso o propósito de guerra árabe. Entretanto, os árabes tinham somente duas alternativas: 1^a.) *enfrentar os turcos em seus redutos defensivos, expulsando-os de lá*, ou; 2^a.) *minar as forças turcas estacionadas nesses redutos, atacando seus nexos logísticos, e assim ir desgastado-os aos poucos, até o ponto que a ocupação se tornasse custosa demais e eles saíssem por conta própria*.

Se pensarmos nos números que apresentamos nas seções 3.1.1 e 3.1.2, as forças árabes no início da revolta seriam numericamente superiores à dos turcos, de modo que eles podiam optar por buscar a força de seu oponente e destruí-la em combates sucessivos – buscando ser superiores taticamente em todos os enfrentamentos. O curso de ação (1) seria o mais óbvio. Entretanto, não havia como determinar a capacidade combatente da força árabe por se tratarem fundamentalmente de forças irregulares. A isso, acrescentava-se suas deficiências em termos de equipamentos. Ao não possuírem artilharia, ao não possuírem equipamentos para demolição, armamentos ou munição suficientes, não havia como enfrentarem posições fortificadas mesmo com essa superioridade numérica.

O moral árabe estava estruturado na idéia de que eles contavam com mais combatentes que os turcos e isso fazia com que a opção pelo confronto direto de força contra força fosse considerada. Havia, entretanto, o risco de uma derrota prematura da força árabe, o que poderia ser o fim da insurreição. A insurreição só existia pelo fato de existirem forças árabes combatendo e, de fato, só permaneceria existindo se essas forças continuassem operando. Sem essa força combatente, a insurreição seria somente um desejo político por uma situação distinta e qualquer levante árabe pontual e desorganizado poderia ser massacrado facilmente pelos turcos.

A inoperância de forças irregulares frente à posições guarnecidas por forças regulares foi demonstrada logo no início da campanha. Deste modo, uma força constituída somente por irregulares se mostrava ineficiente para a luta contra forças regulares postadas em redutos defensivos fortificados.

Forçar os turcos a abandonarem esses redutos seria uma saída – o que em si faria com que os irregulares árabes pudessem gozar de suas principais vantagens: por um

lado, sua mobilidade e, por outro, a proteção do inóspito deserto. Todavia, abandonar as principais cidades, afastaria os turcos de seu objetivo político, ou seja, *manter controle sobre a região do Hejaz* que, em última análise, pressupunha controlar as cidades da região. Esse controle dependia, fundamentalmente, do abastecimento das forças via ferrovia do Hejaz. Abandonar as cidades, ainda, colocaria as forças turcas expostas aos ataques árabes que, em campo aberto, com a proteção do deserto, com meios de transporte adequados (camelos) se comparado ao dos turcos (mulas) e dispondo de informações sobre os movimentos dessas forças, favoreceria os segundos.

Sendo assim, nosso plano de campanha se constitui: 1^o.) *a reversão à defensiva árabe de modo a estabelecer uma base através da qual poderiam ser constituídas forças regulares*. – Essa base de operações, teria que estar localizada no litoral da região do Hejaz pois é só a partir daí que os árabes poderiam ser abastecidos e reforçados⁴⁹. Neste sentido, a liberdade de ação dos aliados via Mar Vermelho, que não encontravam qualquer ameaça naval turca, facilitavam o processo de escolha de bases para reabastecimento⁵⁰. Os navios britânicos poderiam ainda, por meio de seus canhões, auxiliarem a defesa dessa base de operações.

Esta base de operações deveria, por um lado, estar afastada da região de concentração das forças turcas, ou seja, entre Rabegh e Yenbo, de forma a ter tempo suficiente para a constituição dessa força regular mas deveria, por outro, não estar tão afastada da região cuja concentração de cidades sem presença turca era maior, de onde poderiam surgir mais voluntários para a luta.

Sendo assim, o segundo aspecto de nosso plano de campanha seria, logicamente: 2^a.) *a constituição de forças regulares árabes elas mesmas*. – uma força regular se torna fundamental para atacar as forças turcas posicionadas em redutos defensivos, e poderia ser constituída tanto de i) forças cedidas pelos aliados dos árabes, quanto de ii) forças

⁴⁹ Os árabes não tinham outra saída se não rumar para leste da ferrovia pois não havia como eles operarem a partir da posição oeste de Medina. De fato, todo flanco direito a partir da ferrovia era basicamente inutilizável pois quase não contava com cidades, de onde as forças árabes poderiam ser abastecidas (com alimentos, munição e camelos) e reforçadas (com novos voluntários na luta).

⁵⁰ O tamanho da frota naval turca na I Guerra Mundial era de: 2 navios de batalha; 1 navio para defesa de costa; 2 cruzadores e; 8 destróiers. Não existia força naval turca operando no Mar Vermelho de forma que os navios britânicos tinham total autonomia para auxiliarem as forças árabes. Fonte: <http://www.naval-history.net/WW1NavyTurkish.htm>.

regulares árabes, treinadas nos moldes ocidentais. Entretanto, forças cedidas pelos aliados poderiam, por um lado, evidenciar as fraquezas árabes em produzir decisão na guerra e dessa forma aumentar a dependência árabe dos primeiros e, por outro, limitar o escopo de ação árabe à estratégia da coalizão – o controle do Hejaz seria menos importante que o ataque à Palestina, a partir do Mar Morto.

Se por um lado é necessário mostrar o comprometimento árabe com o esforço aliado – pois isso inclusive lhes garantiria o auxílio material e financeiro necessário para continuarem lutando, – por outro, os árabes não poderiam se converter em somente uma parte da força da coalizão. É preciso notar que os britânicos e os árabes lutavam contra um inimigo comum, mas isso não ensejava objetivos políticos e nem propósitos de guerra semelhantes. Quanto mais turcos tivessem no Hejaz, pior para os árabes e melhor para os britânicos, que sofreriam menos pressão na Palestina e no Sinai. O contrário também é verdadeiro. Desta forma, ao se tratar de uma luta aliada é preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre o comprometimento com a estratégia da coalizão e a autonomia na consecução de seus próprios planos.

A tomada do Porto de Akaba, por exemplo, ainda que afastasse os árabes de seu objetivo principal – a retirada das forças turcas da região do Hejaz – e colocasse em risco forças irregulares destacadas para a missão, poderia representar o comprometimento político com seu aliado britânico. Segundo LAWRENCE (2004), com Akaba tomada, não haveria mais risco nenhum ao avanço britânico pelo Sinai (cap.56). Essa demonstração de comprometimento com a estratégia da coalizão poderia significar a continuidade do fluxo de bens e dinheiro para os árabes, que possibilitaria inclusive a manutenção da capacidade deles de constituírem forças regulares. Desta forma, a perda de irregulares nessa missão seria um preço razoável a ser pago.

A constituição dessa força regular árabe, todavia, dependeria: a) do sucesso do Feisal em negociar com os *sheiks* locais a cessão de parte do seus comandados para operarem sob sua bandeira, mantendo força irregular suficiente para defender sua posição, além de matéria prima voluntária para a constituição de seu exército regular e; b) do fluxo de bens cedidos pelos aliados.

Do ponto de vista teórico, tanto CLAUSEWITZ (1993), especialmente no VI-26, quanto o próprio LAWRENCE (2004), caps. 35 e 65, acreditam que forças irregulares são incapazes de gerar decisão na guerra, de modo que seu único curso de ação é pelo desgaste – pelas operações de pequeno porte, pelos ataques a comboio, por exemplo. Esse desgaste visaria aumentar os custos da ocupação turca que poderia levá-los à negociação. Operar somente com irregulares seria uma estratégia por parte do ataque em que o que se busca não é a decisão (VII-16). Segundo CLAUSEWITZ (1993), o ataque que não busca a decisão tem como objetivos: i) um aumento do território de controle do atacante; ii) o controle de um depósito importante; iii) a captura de uma fortaleza; iv) um engajamento, encontro ou batalha bem sucedidos (VII-16: 662-665). O que os irregulares poderiam alcançar era justamente esses aspectos: a) aumentar seu controle sobre os territórios em que os turcos não estavam presentes; b) controlar cidades de onde poderiam ser abastecidos ou onde poderiam ficar protegidos e ainda; c) manter a idéia de uma campanha bem sucedida via engajamentos bem sucedidos – fundamental para a manutenção da idéia da possibilidade de sucesso da revolta.

Por isso, teríamos um terceiro elemento em nosso plano de campanha: 3^a.) *manter as forças irregulares operando*. As forças irregulares teriam dupla função. Na primeira delas, a força irregular expressaria a manutenção da insurreição, servindo como força ignitora e propagadora dos ideais da revolta. Na segunda, a força irregular teria duas missões principais: a) assediar constantemente os redutos defensivos turcos de forma a mantê-los estacionados, enquanto formavam-se forças regulares suficientes para o combate. Com isso, eles impediriam com que os turcos pudessem destacar uma força para interromper a constituição da força regular; b) atacar os nexos logísticos turcos – basicamente a ferrovia – de forma a aumentar os custos da ocupação.

Incursões constantes das forças irregulares à ferrovia poderiam não somente tornar difícil a sustentação das forças turcas nas principais cidades do Hejaz, possibilitando inclusive que elas sucumbissem frente ao cerco de forças regulares, como também poderiam fazer com que as forças turcas, ao se destacarem e buscarem as forças irregulares árabes, se distanciassem dos enfrentamentos principais. Entretanto, qualquer esforço turco no sentido de reforçar a região do Hejaz com mais tropas regulares, de proteger a ferrovia e, portanto, de garantir o abastecimento das cidades, significa que os turcos estariam longe de sucumbir frente às ações das forças irregulares.

Incursoes irregulares contra postos de observação e mesmo cidades de controle turco deveriam acontecer. Entretanto, a escolha destes alvos pressupõe que as forças irregulares árabes ataquem: i) onde tenham superioridade numérica; ii) onde os turcos tenham carência de artilharia e; iii) onde os turcos não esperam ser atacados.

As ações empreendidas pelos irregulares possibilitariam então: 4º.) *a renovação da ofensiva por meio dos regulares árabes*. As forças irregulares manteriam a pressão sobre os redutos defensivos turcos até que se tivesse força árabe suficiente para os combates. A partir de então, poderiam renovar a ofensiva e buscar a força principal turca para expulsá-la definitivamente da Arábia.

Desta forma, a criação da força regular árabe para atacar as forças turcas se torna uma questão fundamental. Contra os 23-24 mil soldados turcos espalhados pela região do Hejaz (16-17 mil antes do reforço turco), a maioria dos quais localizados entre Meca, Medina, Aba El Na'am e ainda entre Bir Abbas e Wadi Safra, uma força regular árabe de 5,000 regulares seria o suficiente para conduzir alguns enfrentamentos. 5 mil regulares árabes, com auxílio dos canhões dos navios britânicos, poderiam se defender em sua base e ainda ameaçar os redutos defensivos avançados dos turcos (no Wadi Safra, em Mubarak ou Bir Said). Com 10 mil seria melhor. Eles poderiam controlar toda região entre Rabeg e Yenbo e ainda operar entre Um Lejj e Aba El Na'am. Com 20 mil, Medina estaria definitivamente em risco. Para mais de 20 mil, somados à força irregular, que atuariam como atiradores de tocaia ou cavalaria leve, a expulsão dos turcos do Hejaz seria uma questão de oportunidade e da busca, pelos árabes, de uma decisão através de uma grande batalha.

Lembre-mos que as forças turcas que operavam no Hejaz eram tropas de segunda-linha, com baixo moral, como aponta ERICKSON (2000), e já deveriam estar sofrendo por falta de abastecimento de comida, água e equipamentos, em virtude dos ataques das forças irregulares (aspecto 3 de nosso plano). A rendição ou destruição dessa força principal turca decidiria a guerra, a não ser que os turcos conseguissem enviar mais reforços para a região vindo da Síria e da Palestina. Caso isso ocorresse, melhor para as forças britânicas na região, que poderiam derrotar os turcos e direcionar seus esforços para o sul.

O que faz com que estes cursos de ação sejam viáveis era o tipo de guerra que os turcos estavam travando com os árabes – guerra limitada – e mais, era uma guerra em um contexto em que as operações no Hejaz eram vistas pelos turcos como uma operação secundária. O comprometimento de força turco se concentrava na Palestina e na Síria e ainda, na frente oriental da I Guerra Mundial. Deste modo, a quantidade de força e esforço empreendidos pelos turcos no Hejaz seria aquele suficiente para impedir o colapso de suas forças estacionadas na região.

O curso de ação lógico do nosso plano de campanha ofensivo era manter os turcos sob constante pressão, através da ação das forças irregulares, até que os árabes tivessem forças regulares suficientes para mover e atacar os redutos defensivos de seu oponente.

4.2) Plano de Campanha Defensivo

Se o que fazia com que os árabes tivessem que partir para a ofensiva estratégica era que a possibilidade dos turcos saírem vitoriosos caso as coisas permanecessem como estavam no teatro de operações os turcos seriam os vitoriosos, logo, aos turcos bastava que essa situação estratégica seguisse inalterada. O domínio das principais cidades da região do Hejaz, bem como da principal linha de comunicação com a região da Palestina e da Síria, lhes seriam suficientes para manterem o controle da região.

O objetivo político turco era *a manutenção do controle político da região do Hejaz*, que pressupunha a permanência de forças nas principais cidades de forma a controlar os principais focos rebeldes nestas. Em face à Revolta, o propósito de guerra turco se constituía em: *sustentar as suas forças de ocupação do Hejaz*, eventualmente reforçando-as em caso de ameaça de perda de determinada localidade. A situação estratégica no teatro de operações que favoreceria os turcos pressupunha que: i) os turcos tivessem força suficiente para conter os ataques dos irregulares às cidades e, para manterem a ferrovia operando de forma a garantirem o fluxo de bens as suas forças de ocupação, ou que; ii) os irregulares tivessem força de menos não só para ameaçarem as cidades como para paralizarem a ferrovia.

Do ponto de vista político, os turcos poderiam aproveitar de uma ambigüidade existente no aceite à revolta. Segundo LAWRENCE (2004), não havia entre os árabes, citadinos especialmente, um sentimento de hostilidade em relação aos turcos, ao contrário, a maioria deles não via nenhuma vantagem em se obter a emancipação. Tinham medo sim de perder determinados privilégios, resultantes de uma ocidentalização promovida pelos Jovens Turcos, para um retorno às leis tradicionais islâmicas – pregadas pelos habitantes do deserto. Os citadinos, como expõe Lawrence em seus cap. 05 e 10, desconfiavam ainda de uma Arábia livre em que os beduínos tivessem controle. Notemos que não houve nenhum levante da população citadina contra o domínio turco.

Se por um lado os citadinos não eram a favor da rebelião, por outro lado, também não fizeram nada para impedi-la. Já os beduínos, habitantes do deserto, compuseram a maioria voluntária na guerra. Isso nos remete ao primeiro ponto de nosso plano de campanha: 1º.) *É preciso fazer com que os citadinos não apoiem a luta dos beduínos.* Não apoiando, haveria um limite natural ao fluxo de voluntários para a luta dos irregulares. Isso traria um limite à força que os árabes poderiam constituir – à população do deserto. Facilitaria ainda a obtenção de determinados recursos como, água, comida e transporte animal, que não precisariam ser enviados da base da Síria⁵¹.

Entretanto, esse é um ponto delicado ao se tratar da região do Hejaz pois, ainda que os turcos fossem a defesa, em duas das três dimensões propostas por Clausewitz, ou seja, política e estratégia, parcela de seus bens imóveis, parte dos habitantes e o terreno (deserto), favoreciam, em tese, mais o atacante que o defensor. Isso porque estamos tratando de uma luta contra um oponente que não é tradicionalmente o legítimo detentor do território – estes são os árabes, ou seja, em última análise, os turcos são, para parte

⁵¹ É quase uma unanimidade no campo de estudos da guerrilha que a ação da contra-guerrilha tenha que ter por detrás da ação militar um teor político muito significativo. Ou seja, é preciso que ao lado das operações militares de contra-guerrilha, a força de ocupação tem que se mostrar disposta a reverter o quadro político que gerou a revolta. Esta ação política tem que ser mais marcante que a própria luta contra os rebeldes e pode significar o deslocamento das lealdades da população para com a causa rebelde, quem efetivamente a sustenta, para com o próprio governo de ocupação. Segundo GUEVARA (1961), toda vez que a população percebe que a saída política negociada é uma realidade, há uma natural perda de ímpeto com a luta armada. Ver ainda TABER (2002) que sustenta a mesma posição de Guevara. FALLS (1953) aponta que toda vez que a brutalidade indiscriminada é a marca da luta contra-guerrilheira, como foram no caso das lutas francesas em suas colônias, o povo tende a apoiar os rebeldes. Todavia, onde há uma reversão do quadro político exploratório, como foi na luta britânica contra os boêres, a tendência é que o grupo rebelde fique cada vez mais isolado.

da população árabe (nômades), uma força de ocupação. Por isso, acima de tudo, é preciso demonstrar para os árabes que a ocupação turca é menos prejudicial aos habitantes que o domínio do Xarife de Meca e seus filhos⁵².

Cortando qualquer possibilidade de apoio citadino à luta beduína, o segundo aspecto de nosso plano seria: 2º.) *o reforço das principais posições de controle turco*, seja pela constituição de forças regulares nativas, contrária à luta beduína, seja pelo reforço de tropas regulares advindos da região da Síria e da Palestina.

É preciso notar que controlar a região do Hejaz é controlar fundamentalmente a ferrovia e suas principais cidades – ou seja, do flanco esquerdo a partir da ferrovia para o litoral, de Rabegh até Wehj. LAWRENCE (2004) ao discutir, em seu cap. 35, a libertação da Arábia, considerava que 99% da já tinha sido libertada logo no início da campanha. De fato, seu cálculo se pautava na idéia que grande parte da Arábia, constituída em sua grande maioria por regiões inóspitas, não estava de posse dos turcos. Todavia, se não estavam de posse dos turcos, também não estavam de posse dos rebeldes árabes. Essa afirmação de Lawrence é um discurso meramente retórico e superficial pois, em nosso entendimento, não faz diferença para os turcos que os árabes anunciem que o deserto de Nefud, ou do El Houli ou que o Wadi Titham estejam livres do domínio turco, desde que eles mantenham o controle sobre o 1% restante, que são as principais cidades da região e a ferrovia. Se controlar o Hejaz pressupõe o controle sobre somente os 1% restantes, que seja, todo o resto pode ficar sob o “controle” árabe. Deste modo, reforçar as posições defensivas turcas era reforçar fundamentalmente as cidades que representavam a posse do Hejaz e da ferrovia.

O moral turco, baixo segundo ERICKSON (2000), poderia ser reconstruído ao evidenciar a inoperância das forças árabes irregulares ao atacarem as posições guarnecidas turcas. Deste modo, as forças turcas saberiam que as forças árabes, constituídas somente por irregulares, dificilmente representariam um risco à sua existência.

⁵² O governo turco todavia mostrou-se intolerante à revolta e visto não atingirem a força rebelde acabou direcionando toda sua violência para a população árabe. Ao fazerem isto, eles minaram qualquer possibilidade de terem parcela da população auxiliando-os na luta contra os irregulares de Hussein.

Com a constituição e/ou reforço de tropas regulares na região, os turcos poderiam construir forças móveis de modo a terem meios para seguirem com o terceiro aspecto de nosso plano: 3º.) *buscar e destruir a força rebelde de Hussein e seus filhos, ou capturar suas principais lideranças.*

Em relação ao primeiro aspecto, a destruição de parcela da força rebelde irregular, por um lado, enfraqueceria o ímpeto dos ainda não envolvidos na luta na constituição de outros focos rebeldes e, por outro lado, desorganizaria a força que vinha combatendo. Em relação ao segundo aspecto, sabe-se o peso das lideranças nessa luta, com destaque ao Feisal, que era o principal harmonizador das rivalidades existentes entre os sub-líderes, de forma que destituir os árabes desta liderança abriria possibilidade para o ressurgimento das rixas entre estes líderes locais e desarticulava significativamente as ações dos rebeldes, cada qual respondendo somente ao seu líder tribal.

Segundo LAWRENCE (2004), “no nosso sucesso, o fato principal sempre seria o favor da população, conquistado e assentado pela pregação do Feisal. Somente com a graça das tribos os soldados podiam marchar” (232-233). Deste modo, esta operação poderia inclusive eliminar a necessidade de mais reforço vindo da Turquia. A captura do Feisal, enquanto estivesse no Hejaz, poderia representar um momento de confusão na escolha do substituto para assumir suas forças, provocar ainda desagregação entre a união temporária dos *sheiks*. A captura dos xarifes Abdullah ou Ali poderia fazer com que os árabes tentassem resgatá-los, o que exporia as forças árabes à contra-ofensiva turca.

Este aspecto de nosso plano pressupõe a formação de uma coluna móvel, numericamente igual ou superior à força rebelde, montada em camelos. Deveria ainda ter consigo artilharia leve e metralhadoras. Sua função seria impedir com que as forças árabes pudessem criar redutos defensivos ou permanecessem estabelecidos em qualquer cidade ou região por muito tempo. Ou seja, essa coluna móvel impediria com que as forças irregulares árabes pudessem estabelecer uma base de operações de forma a receber auxílio material e financeiro dos britânicos e agregar mais força à sua luta.

Como o abastecimento árabe somente poderia vir por meio do Mar Vermelho, era preciso fazer com que os árabes não pudessem ocupar nenhum porto de tamanho significativo (Rabegh, Yenbo, Um Lejj ou Wehj). Eles deveriam ser expulsos para as

regiões desérticas, onde perderiam contato com sua fonte de abastecimento e com a população árabe em geral.

A pressão sobre as forças irregulares evitaria que estas atuassem como força ignitora e propagadora dos ideais da revolta, por um lado, e que pudessem assediar constantemente os redutos defensivos e os nexos logísticos turcos sem serem punidos, por outro. Essa coluna móvel garantiria o funcionamento da ferrovia deslocando a preocupação dos irregulares para com esta e colocando o foco na força móvel turca.

Desta forma, a criação da força móvel turca para pressionar as forças irregulares árabes se torna uma questão importante. Se calculamos um número máximo de árabes em torno de 10 mil guerreiros, atuando de Rabegh até Wehj, sendo somente 5 mil montados, o número de combatentes dessa força móvel poderia ser idealmente também de 5 mil. 5 mil soldados turcos em formatura de força regular. Todavia, 2-3 mil homens montados em camelos já seriam uma força considerável para pressionar as forças árabes. O restante poderia ser composto de infantes e mais artilharia móvel deslocados por meio de força animal – cavalos e mulas – e abastecidos com água e comida por meio da própria ferrovia. O limite seria operarem na região entre Rabegh e Wehj, que de fato são onde exatamente a principal força árabe poderia atuar.

Essa coluna móvel daria tempo para que as principais cidades de domínio turco fossem reforçadas e fortificadas, com possibilidade de se constituírem novas colunas móveis para avançar sobre a principal força árabe. Se não houvesse carência de água, comida e equipamentos, se as forças árabes não pudessem criar força suficiente para enfrentar os redutos defensivos e se a coluna mantivesse a pressão sobre a força principal árabe, a manutenção do domínio do Hejaz estaria garantida. Essa coluna impediria ainda que os árabes tivessem uma base de operações suficientemente segura para receber o auxílio de seus aliados.

Outro elemento deveria ser agregado à constituição dessa coluna móvel. À coluna deveriam se agregar aviões, pois com aviação dificilmente os árabes conseguiriam se deslocar pelo Hejaz sem ser detectados. Entretanto, segundo os dados de BRAGGER (2004), eles só tinham um. Este único, todavia, devia ser deslocado para Medina e não ficar em Ma'an, especialmente no início da campanha. De lá, os turcos poderiam

monitorar o movimento dos árabes, bem como determinar a velocidade de seus deslocamentos, auxiliando na perseguição da força principal do inimigo.

O que faz com que estes cursos de ação sejam viáveis era que a sobrevivência da insurreição dependia fundamentalmente da existência da força irregular árabe. Quando esta fosse neutralizada ou desarticulada, o ímpeto revolucionário dos demais árabes diminuiria significativamente. Sem suporte popular, seria uma questão de tempo até que os turcos dispusessem de força suficiente para derrotar os árabes.

Se a ferrovia continuasse funcionando e se as cidades permanecessem sob o controle das forças turcas, a situação estratégica permaneceria inalterada e os turcos estariam obtendo sucesso em sua defesa. Ao impedirem os sucessos dos árabes no ataque da ferrovia a ocupação perduraria no tempo, a força turca permaneceria capaz de se manter. Também, manteria a capacidade dessa força de se movimentar, podendo ameaçar as posições defensivas do seu oponente. Impedir-se-ia ainda que os árabes entrassem em contato com as principais cidades da região de modo que os voluntários árabes tenderiam a se tornar cada vez mais escassos. Deste modo, a força voluntária reduziria significativamente, desequilibrando as forças no teatro de operações a favor dos turcos.

É nesta expectativa de não serem bem sucedidos, de estarem cercados e ameaçados, em constante perigo, que o ideal da revolta poderia ser minado. Quanto mais paralisados ficassem os árabes, menos vontade teriam de permanecer lutando.

Obviamente, ainda que a guerra travada pelos turcos contra os árabes continuasse sendo limitada e o Hejaz fosse uma região secundária para os mesmos, não seria necessário um deslocamento significativo de reforço vindo da Síria ou da Palestina. Era preciso sim, constituir uma força com montaria animal significativa, prioritariamente de camelos, e para isso, bastavam recursos financeiros, de modo a obter esses animais. A esfera de ação estratégica seria somente impedir o colapso das forças turcas estacionadas na região.

O curso de ação lógico do nosso plano de campanha defensivo era manter as cidades sobre controle e a ferrovia em operação, evitando, por um lado, o colapso físico e

moral das forças de ocupação e, por outro, que se adotasse uma defensiva totalmente passiva. A defesa turca, neste sentido, teria que avançar sobre o terreno, diminuindo a área de manobra das forças árabes, até poder contê-los somente pela ameaça de engajamento. Ainda sim, faltaria o elemento crucial para acabar definitivamente com as possibilidades dos árabes de manterem a revolta, suas forças principais deveriam ser neutralizadas ou seus líderes capturados. A coluna móvel serviria para manter a dinâmica do combate, perseguindo as forças principais árabes, não permitindo com que ela agregasse mais força, regular ou irregular.

4.3) Comparação do nosso plano teórico com os planos reais da Campanha do Hejaz

Um dos passos previstos na Crítica de Clausewitz, tal como expressa no “Campanha de 1814”, se constitui na comparação entre os planos de campanha construídos em virtude da teoria com os planos reais de campanha. É a etapa que antecede o criticismo, quando julgaremos as escolhas de cada um dos contendores, e a marcha dos eventos, por meio do plano teoricamente construído. Antes porém de criticar e aferir juízos às escolhas de ambos os lados, é preciso demonstrar a validade do plano teórico construído, primeiro em contraposição com o plano de campanha real, depois em contraposição com a marcha de eventos propriamente dita (cap. 05 dessa dissertação). Ou seja, para julgar aspectos intrínsecos à escolhas de determinados cursos de ação, no criticismo é preciso mostrar a validade desse plano em relação ao plano concretamente estabelecido.

Os planos reais de ataque se diferenciam do nosso plano teórico nos seguintes aspectos:

1º.) *a reversão à defensiva árabe de modo a estabelecerem uma base pela qual poderiam ser constituídas forças regulares não aconteceu, por um lado, de forma deliberada e nem, por outro, para serem treinadas e equipadas forças regulares.*

Em relação ao primeiro aspecto, esta reversão se tratou somente de um recuo desesperado das forças árabes que, ao atacarem Medina e Meca, foram sendo empurradas para o litoral do Hejaz. Tanto que este recuo foi para Rabegh e não para outra localidade, pois o deslocamento das forças turcas foi justamente nessa direção. A este aspecto se articula imediatamente um segundo ponto.

2º.) *a constituição de forças regulares foi uma operação marginal na campanha ofensiva árabe*, que seguiu privilegiando a sustentação material das forças irregulares.

A constituição da força regular árabe seguia a lógica de serem necessários mais combatentes para se enfrentar as forças turcas, mas isso não se articulava a um plano geral de campanha e nem a um objetivo militar específico – expulsão dos turcos de seus redutos defensivos ou destruição das forças turcas elas mesmas. De fato, as chamadas forças regulares árabes não pressupunham nada mais que treinar voluntários no uso de rifles e metralhadoras e, paralelamente, na constituição de uma pequena força especializada em demolição para atacar a ferrovia do Hejaz. Por isso, a constituição de uma força regular é quase acidental e não segue uma lógica articulada a um plano. No plano real, as forças regulares dos árabes não tinham nenhuma outra função na guerra que não a de ocupação das cidades tomadas pelas forças irregulares.

Neste sentido, nosso plano diferencia-se ainda do plano de campanha árabe em um outro aspecto: 3º.) *a força irregular teria um papel preponderante nos planos árabes enquanto, em nosso plano, essa força e seu papel estariam intrinsecamente subordinados à própria criação de uma força regular*, responsável por gerar a decisão na guerra. Seriam os regulares, em nosso plano, aqueles que expulsariam definitivamente as forças turcas do Hejaz e estabeleceriam a autonomia política dos povos árabes.

Com as ações empreendidas pelos irregulares na centralidade do plano real não havia espaço para 4º) *a renovação da ofensiva por meio de forças regulares árabes*. Tudo dependia do sucesso das forças irregulares em acelerar o processo de desgaste material, físico e moral das forças turcas que, como ressaltamos no plano de campanha ofensivo, poderia ser revertido com um fluxo de bens e reforços para a região do Hejaz. Isso teria sido suficiente para que as operações dos irregulares tivessem seu efeito minimizado. Não tendo como auxiliar no colapso das forças turcas a dominação continuaria.

Os planos reais da defesa, a seu turno, se diferenciam do nosso plano teórico nos seguintes aspectos:

1º.) *Os turcos separaram os aspectos políticos dos aspectos militares concernentes a um processo contra-insurrecional.* Com isto, em seu plano não estava previsto que parte de um plano de contra-guerrilha pressupunha o isolamento dos combatentes de sua base política – a população. Ao não perceberem isso, não buscaram se aproveitar das relações naturalmente hostis entre cidadãos e beduínos que, por um lado, isolaria o grupo rebelde e limitaria sua capacidade de constituir novas forças combatentes e, por outro, poderia facilitar a obtenção de determinados recursos que não precisariam ser enviados das bases de operações sírias e palestinas.

Há que se notar ainda que havia divergências políticas significativas não somente entre beduínos e cidadãos, mas entre as próprias lideranças beduínas. Os turcos ignoraram qualquer possibilidade de se aproveitar dessas rivalidades, como um aspecto fundamental para lutarem contra a força rebelde. Com isso, acabaram se tornando dependentes de auxílio e reforço vindos da região da Palestina e Síria. Se incorporassem em seu plano estes aspectos inerentemente políticos, o custo de ocupação e a quantidade de força necessária para sufocar a rebelião teriam sido menores.

2º.) *Os turcos reforçaram suas posições sendo esse o limite de seu plano defensivo.* Eles buscaram, somente e tão somente, reforçar suas principais posições no Hejaz. Todavia, o reforço acabou sendo o único curso de ação adotado por eles e, portanto, a constituição de seu plano de campanha se limitou a isso. Ou seja, o plano defensivo turco seguiu sendo somente a manutenção do que já se tinha antes da guerra. Ainda sim, esse reforço não se constituiu em formação de novas tropas regulares, algumas das quais nativas, como propusemos em nosso plano.

A partir daí, nosso plano teórico se diferencia totalmente do plano turco pois eles não consideraram: 3º.) *buscar e destruir a força rebelde de Hussein e seus filhos, ou capturar suas principais lideranças.* Os turcos não perceberam que pressionar a força regular árabe, evitaria sua liberdade de ação e a possibilidade de recrutarem novos voluntários para a luta. Também, não perceberam que a liderança do Feisal e seus

irmãos, especificamente, eram de vital importância para a articulação das ações e para manutenção da harmonia entre as diversas tribos que compunham a força árabe. Por isso, a constituição da coluna móvel, um aspecto fundamental de nosso plano, nem foi considerada no momento do estabelecimento do plano de campanha dos turcos.

Deste modo, nossos planos de ataque e defesa seguem sendo superiores aos estabelecidos por ambos os lados. Com nossos planos em mãos, poderemos caminhar para a terceira etapa da Crítica Clausewitziana, quando aferiremos juízos às escolhas de ambos os lados envolvidos na guerra.

Capítulo 5. Desenvolvimento dos planos de campanha do ataque e da defesa, ou marcha propriamente dita da campanha⁵³

Este último capítulo encerra a Crítica Clausewitziana tal como expressa no II-5. É a etapa do criticismo, momento em que poderemos, enfim, aferir juízo acerca da marcha dos eventos eles mesmos e das decisões tomadas pelos comandantes de ambos os lados. Só após termos avaliado o contexto na qual a campanha se insere (cap. 2), discutidos os dados fundamentais da mesma (cap. 3), proposto cursos de ação alternativos (cap. 4), podemos julgar aquilo que concretamente ocorreu na campanha. Podemos testar as escolhas concretas à luz da teoria, bem como entender os limites teóricos à luz das escolhas concretas. Seguimos a mesma estrutura tal como utilizada por Clausewitz no “Campanha de 1814”.

Todavia, há um limite para nossas próprias considerações acerca da marcha dos eventos e das escolhas tomadas por ambas as partes, que é a ausência de outra fonte que reconta a campanha fora o próprio LAWRENCE (2004). Isso é bem crítico para as avaliações das batalhas em Medina e na estrada Sultani. Desta forma, nosso juízo acaba por se limitar àquilo que é possível extrair deste relato.

5.1 Considerações Gerais

Do ponto de vista do ataque, nossas críticas se concentrarão nos seguintes eventos:

- 1^a.) Ataque às guarnições fortificadas de Medina e Meca;
- 2^a.) O recuo para Rabegh – Batalha na estrada Sultani;
- 3^a.) Avanço para Wehj – Batalha no Yenbo e ataques à ferrovia;
- 4^a.) A tomada de Akaba – Batalha no Rumm.

⁵³ O título original dessa seção no “Campanha de 1814” de Clausewitz é “Développement des plans de campagne de l’attaque et de la défense, ou marche proprement dite de la campagne”. Seguimos com o mesmo.

Do ponto de vista da defesa o foco de nossa crítica será:

- 1º.) O recuo a Bir Abbas e Medina após a Batalha na estrada Sultani;
- 2ª.) O não avanço sobre Yenbo e a adoção da defensiva estratégica passiva.

5.1.1) O Ataque

Crítica 01)

Os ataques às guarnições fortificadas de Medina e Meca, que iniciaram as operações militares no Hejaz, consistiram em um movimento combinado e simultâneo das três forças árabes estacionadas na região, totalizando 21 mil guerreiros (LAWRENCE 2004 e BRAGGER 2004). Esta ofensiva pôs em choque uma força regular turca, cuja estimativa de combatentes era, na cidade, em torno de 8 mil soldados, contra a força irregular árabe.

Duas questões explicam porque os árabes partiram para a ofensiva contra as posições fortificadas turcas: 1º.) as tomadas simultâneas de Medina e Meca configuravam-se como o único objetivo militar estabelecido pelo Xarife Hussein no momento do planejamento da revolta. Acreditava-se que derrotando a força principal turca, em um ataque surpresa, a guerra poderia ser resolvida definitivamente e; 2º.) a desproporção numérica entre as forças árabes e turcas no entorno de Medina e próximo a Meca (3 árabes para 1 turco).

Em relação ao primeiro ponto, derivam-se duas questões: a) Se Hussein, líder político da Revolta, optou por este curso de ação, era este curso de ação que deveria ser, em tese, seguido. Cabia aos líderes da força militar árabe determinar se isso seria possível ou não e articular meios disponíveis com o propósito de guerra; b) Lawrence acabou se tornando um dos principais críticos à obsessão árabe com a tomada de Medina, como ele expõe em seu cap. 35. Todavia, pergunta-se: Lawrence critica o plano de tomada de Medina por se tratar de uma operação impossível de ser bem sucedida em

virtude dos meios disponíveis aos árabes ou crítica esse curso de ação por Medina não ser um objetivo estrategicamente importante?

Segundo LAWRENCE (2004), “seu caráter inofensivo [referindo-se a Medina] quando estávamos em Yenbo ficou patente – os Turcos indo para Meca: mas tínhamos mudado tudo isso com nossa marcha para Wehj. Hoje estávamos bloqueando a ferrovia e eles estavam somente defendendo-a. A guarnição de Medina, reduzida a um tamanho inofensivo; sentados em trincheiras, destruindo sua própria capacidade de movimentação se alimentando dos transportes [mulas] que eles não mais podiam alimentar” (2004:192)^{iv}.

Medina e seu entorno continuavam sendo os locais de maior concentração de forças turcas e, por isso, se os árabes quisessem expulsar definitivamente os turcos, era ali que deveriam concentrar suas operações – o centro de gravidade da operação. Porém, como os irregulares árabes se mostraram incapazes de enfrentar a força regular turca em posições fortificadas, Lawrence tentou nos induzir a acreditar que Medina não tinha importância estratégica nenhuma para a Campanha do Hejaz. Entretanto, Medina era importante pois: i) controlava a passagem para Meca, um dos locais sagrados do islã e por onde passavam milhares de peregrinos muçulmanos; ii) era o local de maior presença das forças de ocupação, como exposto acima.

Do momento que Lawrence percebe a incapacidade árabe em tomar Medina, uma avaliação *a posteriori*, construída em virtude do resultado dos enfrentamentos, ele começa a convencer a todos que a cidade mais importante para ser controlada pelos árabes era Damasco e não Medina. Em primeiro lugar, se Damasco era mais importante que Medina, como Lawrence aponta, a Campanha do Hejaz em si seria uma mera operação secundária preparatória para a verdadeira campanha – a do Mar Morto. Ela não tinha sentido em si mesma. Segundo, sendo Damasco mais importante, porque então pôr em risco a existência das forças árabes operando no Hejaz se era na Palestina e na Síria o local onde elas deveriam atuar?

A segunda questão que explica porque os árabes partiram para a ofensiva contra as posições fortificadas turcas era a existência de uma superioridade numérica árabe em relação à turca. Neste sentido, criticamos as lideranças árabes em relação ao seguinte

aspecto: superioridade numérica em si não é suficiente para determinar as possibilidades de vitórias ou derrotas táticas.

Existem requisitos específicos, e estes se constroem a partir de avaliações de aspectos como, por exemplo: i) *a natureza das forças*. Determinar se essas forças tratam-se de regulares ou irregulares; se são fundamentalmente compostas por infantaria, artilharia ou cavalaria; qual a proporção entre elas. Tudo isso para poder estimar a capacidade combatente de ambos os lados; ii) *o moral das forças*, que nos permite estimar comportamentos esperados em um dado enfrentamento; iii) *o enfrentamento ele mesmo* – ou seja, avaliação de elementos tais como: posições ocupadas pelas forças; duração do combate; características do terreno e; iv) *os meios disponíveis para o combate* – questões elementares, tais como: existência ou não de armamentos; tipos; quantidade; ou seja, condições materiais para a ocorrência do enfrentamento.

Qualquer um que ignore todos estes aspectos apontados acima e tome, como regra de mão, a relação de superioridade numérica de três para um, pode pensar que somente isso é suficiente para determinar o sucesso do ataque sobre a defesa.

Avaliemos os elementos presentes no enfrentamento em Medina. Do lado do atacante: i) forças irregulares, cujo moral se construía em virtude da fé e da superioridade numérica; ii) grupos desarticulados, respondendo somente às ordens de seus líderes tribais; iii) forças avançando sobre posições defensivas criadas anteriormente ao combate; iv) sem peças de artilharia com alcance suficiente para silenciar as baterias de seu oponente (3 km contra 6 km das do oponente), sem armamentos suficientes para todos (em virtude da estimativa feita na seção 4.1.1) ou explosivos para destruir postos fortificados.

Do lado do defensor: i) forças regulares, treinadas nos moldes ocidentais, cujo moral ainda não estava afetado pelo prolongamento dos combates ou pela escassez de recursos; ii) grupos articulados, respondendo às ordens do comandante local (Fakhri); iii) ocupando posições defensivas previamente estabelecidas; iv) contando com peças de artilharia (existência de canhões de 75 e 105 mm) e não estando sob ameaça dos canhões árabes, com munição (150 cartuchos por soldado, segundo ERICKSON 2000) e rifles suficientes.

Do ponto de vista tático, o resultado do enfrentamento tendia a ser desfavorável para o atacante.

Crítica 02)

O recuo forçado para Rabegh levou a um segundo choque entre as forças árabes e as forças turcas, que partiam para a contra-ofensiva. O número de perdas do lado árabe na batalha em Medina não é conhecido. Todavia, sabemos que a força árabe que recuou para Rabegh, e que se posicionou nas colinas próximas à estrada Sultani, sofreu com a deserção em massa, em virtude do fracasso em Medina, e não contou com todos os guerreiros árabes disponíveis.

As forças do Xarife Abdullah, inicialmente 6 mil, foram destacadas para continuar o assédio sobre Medina. As forças de Ali e Zeid, originalmente 7 mil, deveriam continuar o assédio sobre Bir Abbas e ainda atacar Rabegh. Desta forma, as forças que compunham a defensiva nas colinas seriam as originalmente operando sob a bandeira de Feisal, 8 mil segundo, LAWRENCE (2004). Devendo ainda serem descontadas as deserções, mortos e feridos, e o número de rifles disponíveis. Pressupomos algo em torno de 3 mil guerreiros.

A artilharia árabe, os 10 canhões krupp, estavam de posse de Ali, de modo que a defensiva árabe seria feita somente com os rifles, pois não existe nenhum registro da existência de metralhadoras nessa operação.

O comandante turco, Fakhri, que havia solicitado um reforço junto ao quartel general na Síria, recebeu, segundo LAWRENCE (2004), 1 corpo de exército, ou duas divisões turcas, totalizando 8 mil novos soldados. Este corpo foi destacado para: reforçar as posições defensivas em Medina e Bir Abbas e; retomar o controle de Meca e avançar sobre as forças árabes. Estimamos que a coluna móvel destacada para avançar sobre os árabes seria uma divisão turca: 4 mil soldados.

Deste modo, a superioridade numérica seria turca e não árabe (4 X 3).

Avaliemos os elementos que configuram o enfrentamento em Sultani. Do lado do atacante: i) forças regulares, cujo moral se elevou em virtude do sucesso das operações em Medina e da superioridade numérica tática; ii) grupo articulado, respondendo somente às ordens de seu comandante; iii) forças avançando sobre posições defensivas criadas no decorrer do recuo; iv) peças de artilharia com alcance suficiente para silenciar as de seu oponente, que todavia não existiam, além de terem armamentos suficientes para todos.

Do lado do defensor: i) forças irregulares, cujo moral estava afetado em virtude dos fracassos da operação em Medina e do alto índice de deserção; ii) grupos desarticulados, em virtude da dispersão estratégica das forças dos xarifes; iii) ocupando posições defensivas que tinham sido estabelecidas no decorrer do curso da ação; iv) sem contar com peças de artilharia (ao contrário do oponente), e ainda com munição e rifles insuficientes.

Do ponto de vista tático, o resultado do enfrentamento tendia a ser desfavorável para o defensor.

O movimento das forças árabes para Rabegh enseja ainda duas outras questões: 1^a.) o recuo colocou em risco as forças árabes que poderiam ser cercadas caso os turcos ocupassem o Wadi Safra, ou mesmo Yenbo. As forças árabes estariam assim presas entre Medina, Meca e Yenbo; 2^a.) as forças de Ali e Feisal, ao recuarem para a estrada de Sultani, se afastaram das forças de Abdullah. O exército turco ficou entre as duas principais forças árabes e poderia, a partir daí, operar em meio a linhas interiores⁵⁴. Rabegh era uma posição extremamente arriscada para as forças árabes, ameaçada tanto por Meca, que recebeu um reforço vindo da Síria, quanto por Medina.

Crítica 03)

⁵⁴ JONES (1987) é uma boa referência para a discussão acerca das linhas interiores. Uma força que se posiciona propositalmente, ressalta-se, entre duas outras inimigas é dita estar operando em linhas interiores. Com isso, a força que se posiciona no interior pode combater cada uma das do inimigo separadamente. As forças do inimigo estariam isoladas uma da outra. JONES (1987) discute, por meio de exemplos, tanto sucessos como insucessos das operações em linhas interiores.

As forças árabes não conseguiram impedir o avanço dos turcos na estrada de Sultani de forma que, em outubro de 1916, estabeleceram-se em Rabegh, tomada pela força de Ali. A força expedicionária turca, que retirou as forças árabes das posições defensivas nas colinas, avançou sobre Meca e conseguiu retomar o controle da cidade. Ao perceber a vulnerabilidade de suas forças em Rabegh e o despreparo dessas para assegurar a posição, Feisal decidiu pela marcha a Yenbo. Os turcos, percebendo o avanço árabe para o norte, desistem de Rabegh e iniciam sua marcha de volta a Medina.

A força árabe, que iniciou a marcha em fins de 1916 partindo de Rabegh, avançou pelo Wadi Safra e acampou em Nakhl Mubarak, próximo ao Wadi Yenbo, contornando uma guarnição turca localizada em Bir Said. Feisal contava com 2 mil guerreiros montados e Zeid com 800, mais dois canhões, enquanto as forças turcas eram estimadas por LAWRENCE (2004) em 3 batalhões, infantaria montada em mula, um corpo de camelos, cujos números Lawrence não detalha, além de 7 canhões (cap.22). Estimamos, segundo a tabela da seção 4.1.1., 3 batalhões (entre 750 e 1,2 mil soldados), 400-500 soldados montados, seja em mulas, seja em camelos, e mais 7 canhões de 75 mm. Bir Said tinha, portanto, algo em torno de 1,7 mil turcos, no máximo.

Deste modo, havia pequena superioridade numérica árabe em relação aos turcos (2,8 X 1,7 mil). Porém, segundo LAWRENCE (2004), algumas das tribos que compunham a força árabe desertaram tão logo os combates se iniciaram (cap.22). Novamente, nossas fontes não elucidam o número exato de desertores.

Avaliemos os elementos que configuram o enfrentamento no Wadi Yenbo. Do lado do atacante: i) forças regulares, cujo moral, por um lado, se elevava devido aos sucessos das operações em Medina, em Sultani e na retomada de Meca, contraposto pela superioridade numérica tática de seu oponente, que se modificou em virtude da deserção árabe no início do enfrentamento; ii) grupo articulado, com presença de homens montados e infantés; iii) forças avançando sobre oponente em marcha, e que não ocupavam posições defensivas anteriormente estabelecidas; iv) peças de artilharia com alcance suficiente para silenciar as de seu oponente (7 X 2).

Do lado do defensor: i) forças irregulares, cujo moral estava afetado em virtude dos fracassos da operação em Medina, em Sultani e do alto índice de deserção; ii) grupo

desarticulado, operando sobre a ordem de *sheiks* locais; iii) em marcha; iv) contando com somente duas peças de artilharia.

Do ponto de vista tático, o resultado do enfrentamento tendia a ser desfavorável para o defensor. Após o início das hostilidades e, antecipando o resultado desfavorável, as forças de Feisal batem em retirada rumo a Yenbo.

De Yenbo, Feisal constituiu uma força para atuar como atiradores de tocaia a partir das colinas de Agida próximas a Yenbo, enquanto preparavam as posições defensivas da cidade. Supondo que tenha perdido 1 mil guerreiros por deserção e morte, restavam para ele, algo em torno de 1,8 mil para a defesa de Yenbo. Entretanto, dois navios britânicos, o *Dufferin* e o *M.31*, se posicionaram na baía de Yenbo e seus canhões faziam a segurança da cidade.

A frente da cidade de Yenbo é constituída por uma planície que delata o avanço de forças em sua direção. Ainda que as posições defensivas árabes não estavam totalmente preparadas quando os turcos chegaram a Yenbo, segundo Lawrence (cap. 23), a existência dos dois navios britânicos, cujos canhões e holofotes apontavam para a planície, fez com que a força turca relutasse no avanço. Eles recuaram de Yenbo para além de Mubarak.

O movimento das forças árabes para Yenbo enseja ainda uma outra questão: o avanço árabe para tal região diminuiu o risco dos mesmos em serem cercados em Rabegh. Todavia, o número de combatentes que restavam nas forças de Ali e Feisal se tornava crítico (aproximadamente 2 mil guerreiros). Qualquer avanço turco poderia significar, por um lado, o esmagamento de parte das forças árabes e, por outro, o risco de captura de duas das lideranças árabes. Era preciso que as forças árabes se afastassem mais para o norte. Wehj era uma localidade importante pois: 1) afastava definitivamente os árabes do risco de serem atacados pelos turcos, sem afastá-los demais de suas fontes de recrutamento, as demais cidades do Hejaz; 2) era um porto pelo qual as forças árabes poderiam ser abastecidas pelos britânicos.

Crítica 04)

Após as reuniões entre o Xarife Feisal, T. E. Lawrence, o Xarife Ali e Auda Abu Tayi, entre outros chefes tribais, Feisal decidiu pela permanência das forças árabes em Wehij. Lawrence, Auda e mais 500 camelarianos, parte da força irregular árabe, iniciaram a marcha de 600 milhas, rumo à região do El Houl, margem esquerda do deserto de Nefud. Estes irregulares deveriam se juntar à força de Auda e de outros líderes Howeitats em Sirham e de lá atacarem Akaba via Wadi Sirham.

As forças árabes eram estimadas em 500 camelarianos, sob o comando de Lawrence, e mais os cavaleiros de Auda, algo entre 500 a 1,2 mil, como aponta LAWRENCE (2004). Estimamos a força inteira turca entre Wehij e Akaba, na seção 4.1.2, em torno de 2 mil soldados – Aba El Lissan, 400 homens (cap.57); uma coluna móvel em perseguição à Lawrence, com 400 homens montados em cavalos; Bair, 500 homens (cap.52); 400 em Ma'an (cap. 57); em Gweira, 120 homens (cap. 57) e; em Akaba, 300 homens (cap.58).

Avaliando a questão das relações numéricas podemos estimar que os árabes lutaram sempre em superioridade. A coluna móvel turca, 400 homens, não teve contato com as forças árabes e, segundo LAWRENCE (2004), esteve perdida no Wadi Sirham (cap.58). Assim sendo, temos a força árabe contra: i) no enfrentamento em Bair, 500 turcos; ii) no enfrentamento em Aba El Lissan, 400 turcos; iii) no enfrentamento em Gweira, 120 turcos. Não houve enfrentamento em Akaba.

Avaliemos os elementos que auxiliam no entendimento dos enfrentamentos rumo à tomada de Akaba. Do lado do atacante: i) forças irregulares, cujo moral se construía pela liderança de Auda sobre seus cavaleiros, que também não haviam engajado-se com os turcos. Superioridade numérica, tática e estratégica; ii) grupo articulado, com presença somente de homens montados; iii) todavia, forças avançando sobre oponente em posições defensivas, anteriormente estabelecidas; iv) ausência de peças de artilharia.

Do lado do defensor: i) forças regulares, cujo moral foi afetado pela expectativa de que nunca houvessem enfrentamentos via o Wadi Ithm; ii) grupo desarticulado pelas posições defensivas estarem distantes uma da outra (média de 24 km), ainda que previamente estabelecidas; iii) posições operando, entretanto, com um número mínimo de soldados; iii) não contavam peças de artilharia e, pelo visto, nem com metralhadoras de

forma a barrar o avanço da cavalaria. Os canhões de Akaba, estavam fixos e apontavam para o golfo, não para o interior.

Do ponto de vista tático, os resultados dos enfrentamentos tendiam a ser desfavoráveis sempre para o defensor e, à medida que as forças árabes avançavam pelas posições, mais os soldados das guarnições próxima à Akaba perdiam ímpeto de lutar. Essa diminuição do moral culminou na entrega de Akaba sem luta.

A tomada de Akaba, todavia, aponta para discussões estratégicas importantes: 1º.) em termos da Campanha do Hejaz, Akaba não era relevante pois suas guarnições afastavam-se significativamente do Hejaz (mínimo de 640 km rumo ao Wadi Sadr). Deste modo, a força turca lá não representava qualquer ameaça à força árabe em Wehj; 2º.) pelo tamanho da força turca na região do Rumm, 2 mil soldados espalhados em diversas guarnições, era pouco provável que ameaçasse também forças britânicas em avanço pelo Sinai. Um avanço britânico pelo Sinai deveria ser feito próximo à costa do Mar Mediterrâneo de forma a serem abastecidos com água e comida. Da costa do Mar Mediterrâneo à Akaba são aproximadamente 210 km. O próprio Sinai seria, portanto, um empecilho ao deslocamento das forças turcas, que pelo que se sabe, contava somente com 400 bestas (o tamanho da força móvel criada para perseguir Lawrence); 3º.) não haviam navios turcos operando no Mar Vermelho de modo que este era um porto inútil; 4º.) não ameaçava qualquer força árabe deslocando para o norte que poderiam contornar a posição via Wadi Ferj; 5º.) o fluxo de bens britânicos para os árabes já tinha sido estabelecido em Wehj. De lá, eles recebiam explosivos para destruir a ferrovia, dinheiro, rifles, metralhadoras e haviam recebido ainda os dois blindados rolls-royce.

Do nosso ponto de vista a operação em Akaba, que punha em risco as forças de Auda e dos 500 camelarianos, é um erro estratégico na Campanha do Hejaz, imputado como importante na mente do Feisal por Lawrence. Se a guarnição de Medina era inofensiva para Lawrence, a guarnição de Akaba era mais inofensiva ainda, do nosso ponto de vista. Assim, os turcos poderiam ter ficado lá, sentados em trincheiras, destruindo sua capacidade de movimentação, tal como propôs Lawrence para as forças de Medina.

Também não seria relevante para a Campanha do Mar Morto que, como dissemos, não representava ameaça nem para as forças britânicas que avançassem pelo Sinai, e nem para as forças árabes que poderiam contornar a região pelo Fejr e Wadi Sirham.

5.1.2) A Defesa

As críticas à defesa são mais pontuais que as feitas em relação ao ataque, até porque já explicamos as condições táticas referentes a alguns enfrentamentos. Ainda assim restam algumas considerações.

Crítica 01)

Após o sucesso nos enfrentamentos nas colinas próxima à estrada de Sultani, os turcos não promovem a perseguição tática às forças árabes em debandada. Com superioridade numérica (4X3 antes do enfrentamento), com meios suficientes para avançar decisivamente sobre Rabegh, os turcos decidem recuar para Bir Abbas.

Se o recuo para Bir Abbas fosse um movimento estratégico, feito para reorganizar a força, teríamos uma justificativa plausível. Se o recuo fosse para postá-las em Bir Said, que já contava com forças turcas, ou em Yenbo, de forma a cercar as forças árabes de Rabegh e operar por meio de linhas interiores, este movimento teria sentido. Todavia, não há qualquer indício de um cálculo estratégico. O recuo parece ser resultado de pura incompetência do comando turco que, por medo do ataque vindo do norte de Medina, pelas forças de Abdullah, resolveu se estabelecer nas posições defensivas que ocupavam antes do início da Revolta.

Com esta irresolução por parte do comando turco, estes perderam a oportunidade de: i) cercar estrategicamente as forças de Ali e de Feisal. Posição da qual poderiam operar por meio de linhas interiores, sendo superiores tanto nos enfrentamentos contra as forças árabes do norte (Abdullah), quanto contra as do sul (De Feisal e Ali) e; ii) capturar, e eventualmente matar, duas lideranças árabes, que podiam desarticular definitivamente o movimento rebelde.

Crítica 02)

A irresolução turca volta a se repetir no Wadi Yenbo quando, após a batalha na região, os turcos optam por interromper o avanço sobre a cidade de Yenbo e recuam para além de Mubarak. Se os turcos, com 1,7 mil, atacaram os árabes com 2,8 mil, porque não prosseguiram em seu avanço quando os últimos novamente partiram em debandada?

O não avanço sobre Yenbo poderia ser taticamente justificado pela presença dos navios britânicos que, por meio de seus canhões, poderiam criar na planície à frente da cidade uma zona de bombardeio intenso. Os turcos, com seus 7 canhões, cujo alcance era de 6 km, poderiam sacrificar sua artilharia tentando atingir os navios britânicos ou, pelo menos, os holofotes. Caso não fosse possível atingi-los, pelo menos a artilharia tiraria por um tempo o foco do bombardeio das forças turcas em avanço pela planície. Era um preço razoável a ser pago.

Sabia-se que as posições defensivas árabes não estavam totalmente preparadas em virtude do tempo entre a batalha e recuo para Yenbo. Desta forma, a questão seria a disponibilidade de tempo para realizar a travessia pela planície. Enquanto isso, o comando turco poderia trazer reforços à região, destacado de Bir Abbas ou Medina, de forma a impossibilitar qualquer tentativa árabe de fugir ao cerco.

O recuo turco fez com que estes perdessem novamente a oportunidade de esmagar parte das forças árabes e/ou capturar suas principais lideranças árabes. O recuo possibilitou, ainda, a fuga dos irregulares árabes para Wehj, região onde as guarnições eram insignificantes. A partir daí, as forças turcas do Hejaz se estabeleceram em uma defensiva passiva de tal ordem que nunca mais entraram em choque com as forças árabes que, por sua vez, passaram a operar livremente, atacando a ferrovia e guarnições menores. Após perderem Akaba, a guerra se concentrou nas regiões da Síria e Palestina e as guarnições do Hejaz começaram a ser esvaziadas. O domínio turco na Arábia começava a se esvaecer. O foco se tornou a Campanha do Mar Morto.

Considerações Finais

O presente trabalho consistiu na utilização da Crítica tal como expressa em Clausewitz no II-5 e aplicada no “Campanha de 1814”. A Crítica nos auxiliou no estudo de um evento histórico específico – A Campanha do Hejaz – à luz da teoria da guerra, também de Clausewitz. A Crítica permitiu ainda reconstruir um evento histórico sem que se imputasse sucesso ou fracasso às escolhas concretas somente pelo resultado produzido. Antes disso, teve-se que contextualizar o objeto e propor cursos de ação alternativos.

O “Sete Pilares da Sabedoria” vem ocupando, por muito tempo, a condição de única referência histórica da Campanha do Hejaz, além do próprio Lawrence ser o único juiz das escolhas das principais lideranças árabes, britânicas e turcas na guerra. Em relação ao primeiro ponto, não há mais como remediar. No que concerne ao segundo ponto, a Crítica permitiu que também fôssemos juízes.

Os julgamentos de Lawrence, baseados intrinsecamente em suas percepções, muitas vezes não pouparam aqueles que, como ele próprio, foram lançados a um tipo de guerra cuja manifestação havia pouca referência empírica moderna e quase nenhuma referência teórica – a guerra de guerrilhas.

Lawrence acabou sendo também julgado e, de certa forma, grande parte de seus escritos não sobreviveram à sua própria narrativa, outra parte, não sobreviveu à lógica teórica que esteve por detrás de nossa avaliação. Clausewitz, a teoria da guerra e sua Crítica possibilitaram isso.

Em primeiro lugar, contextualizou-se a Campanha. Desta forma, evidenciou-se o alcance e a importância do episódio em análise no contexto histórico mais amplo. A Campanha do Hejaz, por isso, é só um episódio menor na Revolta Árabe, que em si, é menor que a luta aliada contra a Turquia que, por sua vez, é ainda menor que a guerra que vinha ocorrendo no continente europeu.

Em segundo lugar, discutiu-se o tamanho das forças, suas características e apresentou-se o curso dos eventos tal como conhecido. Este capítulo acabou se tornando

chave no presente trabalho pois permitiu perceber algumas inverdades em torno da Revolta Árabe, grande parte delas perpetuadas pelo autor da única referência histórica do episódio.

Após discutir esses dados, respeitando os passos da Crítica de Clausewitz, criou-se as condições teóricas para criticar as escolhas concretas. Seguindo a lógica preconizada pela teoria, os planos de campanha foram estabelecidos para, em um segundo momento, confronta-los com os planos reais de campanha.

Por fim, juízos foram aferidos acerca da marcha de eventos e das decisões tomadas pelos comandantes de ambos os lados. Todavia, o limite dos juízos foram a própria fonte pois, pode-se criticar somente aquilo que estava narrado em nossa referência. Alguns aspectos podem não ter feito parte da análise do autor, mas este é o limite da inexistência de diversas fontes.

Acabou-se demonstrando que a campanha do Hejaz foi conduzida em meio a uma série de exemplos de equívocos políticos, táticos e estratégicos, de ambos os lados. O relato ficou sob suspeita.

O resultado em si – a vitória dos árabes – ficou menor frente a avaliação do curso da ação. Não se tiram os méritos daqueles que lutaram e morreram na guerra, como não se tiram os méritos das escolhas acertadas. Todavia, a questão da reconstrução crítica de um episódio histórico vai mais além do que tentar justificar o resultado por meio do reconhecimento de ações acertadas. Mas importante do que justificar o resultado é perceber os caminhos, acertados ou equivocados, que levaram a tal.

Sumariamente, a Crítica permitiu: i) tratar do tamanho das forças envolvidas na guerra, mostrando o quão menores estas eram frente ao anunciado; ii) apontar considerações acerca da natureza das forças, regulares e irregulares, bem como os limites de emprego de uma forças exclusivamente composta por irregulares; iii) emular sobre o papel de Lawrence na Revolta, que é bem aquém daquilo que ele e seus intérpretes postulam; iv) constituir uma ligação entre empiria e teoria, por meio da formulação e comparação dos planos de campanha; v) analisar o episódio em seus aspectos táticos e estratégicos sem ter somente os resultados como referência e, por fim;

vi) entender o real peso da Campanha do Hejaz, na Revolta Árabe, no teatro de Operações do Oriente Médio, na guerra aliada contra a Turquia e na I Guerra Mundial.

Proposição de uma Agenda de Pesquisa

Esta dissertação esbarrou algumas vezes em pontos que, se fossem tratados no momento em que surgiam, poderiam tirar o foco da pesquisa. Todavia, gostaríamos de deixá-las registradas aqui de forma a possibilitar estudos posteriores.

O afã do autor em discutir, ao mesmo tempo, a guerra de guerrilhas, as teorias de Lawrence, Clausewitz, Zedong, Guevara, a Campanha do Hejaz, já haviam impossibilitado uma primeira dissertação. O mesmo erro não poderia se repetir. Deste modo, reservou-se este espaço para apontar temas e objetos de uma agenda de pesquisa que se associa com o presente trabalho.

Uma primeira temática seria a discussão de Lawrence, em seu cap. 65, sobre a semelhança entre a guerra no deserto e a guerra naval. Lawrence discute a questão do “Comando do Deserto” que, no entendimento do autor, poderia ser contraposto com as discussões de teóricos da guerra no mar como Corbett e Mahan.

Uma segunda proposta seria a de discutir as idéias de Lawrence, especialmente no cap. 35, a respeito das teorias de Clausewitz, Saxe e Jomini. Lawrence apresentou algumas das idéias desses autores, criticando-as, para depois discutir sua própria teoria. Todavia, ORGILL (1978), duvida que Lawrence tenha estudado todos os autores que ele anuncia. Teria Lawrence superestimado seu próprio conhecimento teórico e usurpado algumas das idéias desses teóricos de forma a justificar o avanço de sua própria formulação?

Sabe-se que Clausewitz trata de um fenômeno no VI-26 que para alguns é a primeira teoria moderna de guerrilha. Lawrence propõe a sua, como exposto acima. Um terceiro objeto de pesquisa seria discutir semelhanças e divergências entre as teorias de Clausewitz e Lawrence no que concerne a guerra de guerrilhas.

ENGLISH (1987) afirma que Mao Zedong e seus colaboradores plagiaram algumas das idéias de Lawrence. GAT (2003) afirma que Liddell Hart fizera o mesmo ao

propor sua teoria da “Abordagem Indireta”. A quarta proposta seria descobrir o alcance dos escritos de Lawrence em outros trabalhos do campo dos estudos estratégicos.

Nossa quinta e última proposta seria o teste da validade das propostas teóricas de Lawrence expressas nos caps. 35, 65 e 66 do “Sete Pilares” à luz da empiria reconstruída e criticada nessa dissertação.

Bibliografia

- ANON. 1993. "Summary of the Hejaz Revolt. War Office", *Journal of T. E. Lawrence Society*, III, no. 1 (Autumn). pp 20-44.
- ARMITAGE, H. St. J. B. 1996, "Lawrence: life and legend or sense and nonsense?", *Journal of T. E. Lawrence Society*, VI, no. 1 (Autumn). pp 49-71.
- ARMITAGE, H. St. J. B. 1994, "Lawrence – the deceit of his detractors", *Journal of T. E. Lawrence Society*, IV, no. 1 (Autumn). pp 64-75.
- ASHER, Michael, 1999. *Lawrence: The Uncrowned King of Arabia*. New York, The Overlook Press.
- ASPREY, Robert B, 1994. *War in The Shadows – The Guerrilla in History*. Volume I United States, Backinprint.com Edition.
- ASPREY, Robert B, 1975. *War in The Shadows – The Guerrilla in History*. Volume II Garden City, Doubleday & Company, Inc.
- BECKETT, Ian F, 1996. *Encyclopedia of Guerrilla Warfare*. New York, Checkmark Books.
- BERARDO, João Batista, 1981. *Guerrilhas e Guerrilheiros no drama da América Latina*. São Paulo, Edições Populares.
- BERTRAM, Jerome. 1997. "Brass Rubbing", *Journal of T. E. Lawrence Society*, VI, no. 2 (Spring). pp 6-12.
- BROWN, Malcolm. 2001. "T. E. Lawrence and Fame: the spur and the snare", *Journal of T. E. Lawrence Society*, X, no. 2 (Spring). pp 7-28.
- BROWNE, O'Brien, 2003. *The Enigmatic Lawrence of Arabia*. In: *Military History*. Outubro de 2003, p. 27-32.

- CAPLAN, Jerrold R. 1996, "The *Lives of Lawrence and Odysseus*", *Journal of T. E. Lawrence Society*, V, no. 2 (Spring). pp 7-13.
- COWLEY, Robert & PARKER, Geoffrey (eds), 1996. *Reader's Companion to Military History*. New York, Houghton Mifflin Company.
- CLAUSEWITZ, Carl Von, 1993. *On War*. Edited and translated by Michael Howard and Peter Paret. New York, Alfred A. Knopf.
- CLAUSEWITZ, Carl Von, sd. *Théorie du Combat*. Documento em processo de tradução por Tiago Campos. Mimeografado.
- CLAUSEWITZ, Carl Von, 1993. *Campagne de 1814*. Traduit de L'Allemand par G. Duval de Fraville, Paris, Éditions Ivrea.
- CLAUSEWITZ, Carl Von, 1994. *Campanha de 1812 na Rússia*. Tradução Lúcia Leal Ferreira. São Paulo, Martins Fontes.
- CREVELD, Martin Van, 1977. *Supplying War: Logistics from Wallenstein to Patton*. United Kingdom, Cambridge University Press.
- CREVELD, Martin Van, 1985. *Command in War*. London, England, Harvard University Press.
- DELBRÜCK, Hans, 1990. *History of the Art of War: Warfare in Antiquity*. Lincoln and London, University of Nebraska Press.
- DELBRÜCK, Hans, 1990. *History of the Art of War: The Dawn of Modern Warfare*. Lincoln and London, University of Nebraska Press.

- DINIZ, Eugenio, 2002. *Clausewitz, o Balanço Ataque-Defesa e a Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, GEE/PEP/COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeografado (Tese, Doutorado).
- DINIZ, Eugenio, 2002a. Capítulo 3 – *Clausewitz: da guerra absoluta à superioridade da defesa e desta às guerras reais*. In: DINIZ, Eugenio (2002)., *Clausewitz, o Balanço Ataque-Defesa e a Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, GEE/PEP/COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeografado (Tese, Doutorado).
- DINIZ, Eugenio, 2002b. *Compreendendo o Fenômeno do Terrorismo*. Belo Horizonte. Manuscrito Inédito. Mimeografado
- DINIZ, Eugenio & PROENÇA JÚNIOR, Domício, 2004. *O Fenômeno Guerra*. Manuscrito inédito. Mimeografado.
- ENGLISH, J. A, 1987. *Kindergarten Soldier: The Military Thought of Lawrence of Arabia*. *Military Affairs*, Vol. 51, No. 1(Jan., 1987), 7-11
- ERICKSON, Edward J. (Cel). *Turkey Prepares for War: 1913-1914*. In: *Quarterly Journal of the Great War Society*. Spring 2000. Site: www.greatwarsociety.org Acessado em 17/06/2005.
- FALLS, Cyril, 1953. *A Hundred Years of War – 1850-1950*. New York, Collier Books.
- GAT, Azar, 2003. *A History of Military Thought: From Enlightenment to the Cold War*. New York, Oxford University Press Inc.
- GRAHAM, Dr. Malcolm. 1997. “The Oxford of T. E. Lawrence”, *Journal of T. E. Lawrence Society*, VII, no. 1 (Autumn). pp 7-15.
- GRIESS, Thomas, 1985. *Definitions and Doctrine of the Military Art*. Wayne, New Jersey, The West Point Military History Series, Avery Publishing Group.

- GUEVARA, Ernesto (Che), 1961 (1968). *Guerrilla Warfare*. Lincoln, University of Nebraska Press.
- HOGARTH, D. G. 1991. "Mecca's revolt against the Turk", *Journal of T. E. Lawrence Society*, I, no. 1 (Autumn). pp 43-56.
- HOGARTH, D. G. 1996. "Lawrence of Arabia: Story of his book: a lavish edition. Review of *Seven Pillars of Wisdom* from *The Times*, 13 December 1926", *Journal of T. E. Lawrence Society*, VI, no. 1 (Autumn). pp 71-77.
- HOLDEN, Brian. 1995. "The Experience of the Arab Revolt as Interpreted in T. E. Lawrence's *Seven Pillars of Wisdom*", *Journal of T. E. Lawrence Society*, IV, no. 2 (Spring). pp 36-49.
- JAMES, Lawrence, 1993. *The Golden Warrior – The Life and Legend of Lawrence of Arabia*. New York, Marlowe & Co.
- JARVIS, C. S. 1998. "Lawrence and the Arab Revolt", *Journal of T. E. Lawrence Society*, VIII, no. 1 (Autumn). pp 7-14.
- JOES, Anthony James, 1996. *Guerrilla Warfare – A Historical, Biographical and Bibliographical Source Book*. Connecticut, Greenwood Press Westport.
- JONES, Archer, 1986. *The Art of War in the Western World*. New York, Oxford, Oxford University Press.
- JOHNSON, Sara H. T. 2000. "Discoveries", *Journal of T. E. Lawrence Society*, XII, no. 2 (Spring). pp 34-64.
- LAKATOS, Imre. *História da Ciência e suas Reconstruções Racionais*. Lisboa, Edições 70.
- LARÈS, Maurice. 1998. "How Lawrence shortened *Seven Pillars of Wisdom*", *Journal of T. E. Lawrence Society*, VIII, no. 1 (Autumn). pp 15-27.

LAWRENCE, T. E, 2004. *The Complete 1922 Seven Pillars of Wisdom. The Oxford Text.* Great Britain, Cromwell Press.

_____. *Seven Pillars of Wisdom.* Documento Eletrônico [A Project Gutenberg of Australia eBook] Site: www.wesjones.com/lawrence1.htm acessado em março de 2003.

_____. *Os Sete Pilares da Sabedoria*, sd. Rio de Janeiro, Editora Record. Copyright 1926, 1935 by Doubleday & Company, Inc.

_____. *27 Articles. The Arab Bulletin, 20 August 1917.* Documento Eletrônico Site: www.lib.byu.edu Acessado em 15/12/2003

_____. *The Evolution of a Revolt.* Documento Eletrônico. Site: www-cgsc.army.mil/carl/resources/csi/Lawrence/lawrence.asp Acessado em 17/07/2004

_____. *Science of Guerrilla Warfare.* Documento Eletrônico. Publicado na 14^a. Edição da Enciclopédia Britânica em 1929. Site: www.bellum.nu Acessado em 05/12/2003

_____. *Sidelights on the Joys of Desert Warfare. Interview with Colonel Lawrence.* In: *Journal of T.E.Lawrence Society*. Vol. 1, No. 1, Spring 1991. Edited by Jeremy Wilson. Documento Eletrônico. Site www.telsociety.org Acessado em 05/03/2005

_____. *Military notes.* 3rd November 1916. Public Records Office (TNA): FO 882/5. TEL Society. Acessado em 23/07/2005

_____. *A Report on Mesopotamia.* In: The Sunday Times, 22 August 1920. Documento Eletrônico. Site: www.denismcd.com/links.htm Acessado em 27/05/2005.

- _____. *Personal Notes on the Sherifial Family*. In: *The Arab Bulletin*, 26 November 1916. Documento Eletrônico. Site: www.denismcd.com/links.htm
Acessado em 27/05/2005.
- LIDDELL HART, B. H. 1996. “*Seven Pillars of Wisdom*, a worthy edition. Review of *Seven Pillars of Wisdom* from *The Times*, 29 July 1935”, *Journal of T. E. Lawrence Society*, VI, no. 1 (Autumn). pp 79-82.
- LIDDELL HART, B. H. 1933 (1989). *Lawrence of Arabia*. Reading, Massachussets, Perseus Books.
- MARIGELLA, Carlos, 1967. *Pequeno Manual do Guerrilheiro Urbano*. Mimeografado.
- MAO TSE-TUNG, 1961. *On Guerrilla Warfare*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press.
- MATTOS, Meira, 1968. *Guerrilha e Contra-guerrilha Urbanas*. Material de Circulação Interna do Exército Brasileiro
- McNEILL, William H. 1982. *The Pursuit of Power: Technology, Armed Force, and Society since A.D. 1000*. Chicago, The University of Chicago Press.
- NEWMAN, Bob, 1997. *Guerrillas in the Mist: A Battlefield Guide to Clandestine Warfare*. Boulder, Colorado, Paladin Press.
- ORLANS, Harold. 1998. “Lawrence’s Political Outlook”, *Journal of T. E. Lawrence Society*, VIII, no. 1 (Autumn). pp 28-42.
- ORGILL, Douglas, 1978. *Lawrence*. Rio de Janeiro, Renes.
- PARET, Peter and SHY, John, 1962. *Guerrilla in the 1960’s*. New York. London, Frederick A. Praeger Inc.

PEREZ, Andrés Cassinello, 1966. *Operaciones de Guerrillas y Contra Guerrillas*. Madrid, Compañía Bibliografica Española.

POOLE, John H, 2001. *Phantom Soldier – The Enemy’s Answer to U.S. Firepower*. Emerald Isle, Posterity Press.

PROENÇA JÚNIOR, Domício & DINIZ, Eugenio, 2002. *Uma apresentação à Teoria da Guerra* (título provisório). Apresentação para a nova edição de Carl von Clausewitz, Da Guerra (no prelo).

PROENÇA JÚNIOR, Domício, 2003. *Quando Pedir Não Basta*. Manuscrito inédito. Mimeografado.

PROENÇA JR (org). *et al*, 1996. *Lawrence e a Guerra de Guerrilhas*. In: Apostila da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro

TABER, Robert, 2002. *War of the Flea: The Classic Study of Guerrilla Warfare*. Washington, D.C., Brassey’s.

TERRAINE, John, 1963. *Douglas Haig: The Educated Soldier*. United Kingdom, Weidenfeld & Nicholson military.

_____, 1964 (2003). *The Western Front: 1914-1918*. United Kingdom, Pen and Sword Military Classics.

_____, 1965 (1980). *The Great War: Wordsworth Military Library*. United Kingdom, NTC/Contemporary Publishing Company.

_____, 1976. *Trafalgar*. London, United Kingdom, Sidgwick & Jackson.

_____, 1977. *The Road to Passchendaele: the Flanders offensive of 1917: a study in inevitability*. United Kingdom, Leo Cooper Ltd.

_____, 1978 (1981). *To Win a War: 1918, The Year of Victory*. London, United Kingdom, Sidgwick & Jackson.

_____, 1980. *The Smoke and The Fire: Myths and Anti-Myths of War, 1861-1945*. United Kingdom, Pen and Sword.

_____, 1982. *White Heat: The New Warfare 1914-1918*. London, United Kingdom, BCA.

_____, 1989. *Business in Great Waters: The U-Boat Wars 1916-1945*. United Kingdom, Leo Cooper Ltd.

URBANO, 1991. *Fighting in the Streets: A Manual of Urban Guerrilla Warfare*. New Jersey, Barricade Books Inc.

WILSON, Knight G. 2001. "T. E. Lawrence", *Journal of T. E. Lawrence Society*, XIII, no. 1 (Autumn). pp 20-69.

WILSON, Jeremy, 1990. *Lawrence of Arabia: The Authorized Biography of T. E. Lawrence*. New York, NY, Atheneum.

WILSON, Jeremy. 1994, "T. E. Lawrence and the Translating of the Odyssey", *Journal of T. E. Lawrence Society*, III, no. 2 (Spring). pp 35-66.

WILSON, Jeremy. 1994, "Life-story of a book: T. E. Lawrence's *Odyssey*", *Journal of T. E. Lawrence Society*, III, no. 2 (Spring). pp 67-75.

WILSON, Jeremy. 2005. "*Seven Pillars*: triumph and tragedy", *Journal of T. E. Lawrence Society*, XIV, no. 1 (Autumn). pp 08-54.

Sites Consultados:

www.wikipedia.org Acessado em 28/01/2005; 07/03/2005 e 16/04/2005. Verbetes Consultados: *T.E. Lawrence*; *The Arab Revolt*; *Irregular Military*; *Guerrilla*; *Hejaz Railway*; *Seven Pillars of Wisdom*.

www.google.com Acessado em 16/04/2005. Verbetes Consultados: *Arab Revolt* e *Hashemite Family*.

www.pbs.org/lawrenceofarabia/revolt/warfare.html Acessado em 22/12/2004 Verbetes Consultados: *Water*; *Food*; *Transportation*; *Highlights*.

www.rogerandfranb.fsnet.co.uk/hejaz/arabreolt.html ou Bragger (2004). Acessado em 05/05/2005 Verbetes: *Arab Revolt*.

www.worldwar1.com/neareast/ta.htm ou Erickson (2000). Acessado em 09/05/2005 Verbetes: *Turkish Army*.

www.jordanjubilee.com/history/lawrence.htm. Acessado em 07/05/2005 Verbetes: *Arab Revolt*.

www.telsociety.org Acessado em 06/07/2004; 09/08/2004; 13/10/2004. Último acesso em 12/06/2005. Consulta de Artigos. *Who's Who: T.E. Lawrence*; *Sharif Hussein's Proclamation of Independence from Turkey, 27 June 1916*; *Proclamation of the Ulema Regarding Independence from Turkey, March 1917*.

www.westernfrontassociation.co.uk/thegreatwar/articles/timeline/arabrev.htm. Acessado em 03/06/2005. Verbetes: *Great War*.

www.clausewitz.com Último Acesso 26/06/2005.

<http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/> *DOD Dictionary of Military Terms*. Acessado em 08/02/2005. Verbetes: *Irregular War*; *Guerrilla Warfare*; *Guerrilla Force*; *Revolutionary War*; *Tactics*; *Unconventional Warfare*.

Anexos

Anexo I - Proclamação da Revolta Árabe por El Hussein Ibn Ali

King Hussein's Proclamation, 27 June 1916

In the Name of God, the Merciful, the Compassionate

This is our general circular to all our Brother Moslems

"O Lord, do thou judge between us and our nation with truth; for Thou art the best judge"

It is well known that of all the Moslem Rulers and Emirs, the Emirs of Mecca, the Favoured City, were the first to recognize the Turkish Government.

This they did in order to unite Moslem opinion and firmly establish their community, knowing that the great Ottoman Sultans (may the dust of their tombs be blessed and may Paradise be their abode) were acting in accordance with the Book of God and the Sunna of his Prophet (prayers be unto him) and were zealous to enforce the ordinances of both these authorities.

With this noble end in view the Emirs before mentioned observe those ordinances unceasingly. I myself, protecting the honour of the State, caused Arabs to rise against their fellow Arabs in the year 1327 [1909 of the Christian era] in order to raise the siege of Abha, and in the following year a similar movement was carried out under the leadership of one of my sons, as is well known.

The Emirs continued to support the Ottoman State until the Society of Union and Progress appeared in the State and proceeded to take over the administration thereof and all its affairs.

The result of this new administration was that the State suffered a loss of territory which quite destroyed its prestige, as the whole world knows, was plunged into the horrors of war and brought to its present perilous position, as is patent to all.

This was all done for certain well-known ends, which our feelings forbid to dilate upon. They caused Moslem hearts to ache with grief for the Empire of Islam, for the destruction of the remaining inhabitants of her provinces - Moslem as well as non-Moslem - some of them hanged or otherwise done to death, others driven into exile.

Add to this the losses they have sustained through the war in their persons and property, the latter especially in the Holy Land as is briefly demonstrated by the fact that in that quarter the general stress compelled even the middle classes to sell the doors of their houses, their cupboards and the wood from their ceilings, after selling all their belongings to keep life in their bodies.

All this evidently did not fulfil the designs of the Society of Union and Progress.

They proceeded next to sever the essential bond between the Ottoman Sultanate and the whole Moslem community, to wit, adherence to the Koran and the Sunna. One of the Constantinople newspapers, called *Al-Ijtihad*, actually published an article maligning (God forgive us) the life of the Prophet (on whom be the prayer and peace of God), and this under the eye of the Grand Vizier of the Ottoman Empire and its Sheikh of Islam, and all the Ulema, ministers and nobles.

It adds to this impiety by denying the word of God, "The male shall receive two portions," and decides that they shall share equally under the law of inheritance.

Then it proceeds to the crowning atrocity of destroying one of the five vital precepts of Islam, the Fast of Ramadan, ordering that the troops stationed at Medina, Mecca or Damascus may break the fast in the same way as troops fighting on the Russian frontier, thereby falsifying the clear Koranic injunction, "Those of you who are sick or on a journey."

It has put forth other innovations touching the fundamental laws of Islam (of which the penalties for infringement are well known) after destroying the Sultan's power, robbing him even of the right to choose the chief of his Imperial Cabinet or the private minister of his august person, and breaking the constitution of the Caliphate of which Moslems demand the observance.

In spite of all, we have accepted these innovations in order to give no cause for dissension and schism. But at last the veil was removed and it became apparent that the Empire was in the hands of Enver Pasha, Djemal Pasha and Talaat Bey, who were administering it just as they liked and treating it according to their own sweet will.

The most striking proof of this is the notice lately sent to the Kadi of the Tribunal at Mecca, to the effect that he must deliver judgment solely on evidence written down in his presence in court and must not consider any evidence written down by Moslems among themselves, thus ignoring the verse in the Surat-al-Baqara.

Another proof is that they caused to be hanged at one time 21 eminent and cultured Moslems and Arabs of distinction, in addition to those they had previously put to death - the Emir Omar el-Jazairi, the Emir Arif esh-Shihabi, Shefik Bey el-Moayyad, Shukri Bey elAsali, Abd el-Wahab, Taufk Bey el-Baset, Abd el-Hamid elZahrawi, Abd el-Ghani el-Arasi, and their companions, who are well-known men.

Cruel-hearted men could not easily bring themselves to destroy so many lives at one blow, even if they were as beasts of the field. We might hear their excuse and grant them pardon for killing those worthy men, but how can we excuse them for banishing under such pitiful and heart-breaking circumstances the innocent families of their victims - infants, delicate women and aged men - and inflicting on them other forms of suffering in addition to the agonies they had already endured in the death of those who were the support of their homes?

God says, "No burdened soul shall bear the burden of another." Even if we could let all this pass, how is it possible we can forgive them confiscating the property and money of those people after bereaving them of their dear ones? Try to suppose we closed our eyes to this, also feeling that they might have some excuse on their side; could we ever forgive

them desecrating the grave of that pious, zealous and godly man the Sherif Abd el-Kadir el-Jazairi el-Ilasani?

The above is a brief account of their doings, and we leave humanity at large and Moslems in particular to give their verdict.

We have sufficient proof of how they regard the religion and the Arab people in the fact that they shelled the Ancient House, the Temple of the Divine Unity, of which it is said in the word of God, "Purify my House for those that pass round it," the Kibla of Mohammedans, the Kaaba of believers in the Unity, firing two shells at it from their big guns when the country rose to demand its independence.

One fell about a yard and a half above the Black Stone and the other three yards from it. The covering of the Kaaba was set in a blaze. Thousands of Moslems rushed up with shouts of alarm and despair to extinguish the flames.

To reach the fire they were compelled to open the door of the building and climb on to the roof. The enemy fired a third shell at the Makam Ibrahim in addition to the projectiles and bullets aimed at the rest of the building. Every day three or four people in the building itself were killed, and at last it became difficult for the Moslems to approach the Kaaba at all.

We leave the whole Mohammedan world from East to West to pass judgment on this contempt and profanation of the Sacred House. But we are determined not to leave our religious and national rights as a plaything in the hands of the Union and Progress Party.

God (blessed and exalted be He) has vouchsafed the land an opportunity to rise in revolt, has enabled her by His power and might to seize her independence and crown her efforts with prosperity and victory, even after she was crushed by the maladministration of the Turkish civil and military officials.

She stands quite apart and distinct from countries that still groan under the yoke of the Union and Progress Government. She is independent in the fullest sense of the word, freed from the rule of strangers and purged of every foreign influence. Her principles are to defend the faith of Islam, to elevate the Moslem people, to found their conduct on Holy Law, to build up the code of justice on the same foundation in harmony with the principles of religion, to practice its ceremonies in accordance with modern progress, and make a genuine revolution by sparing no pains in spreading education among all classes according to their station and their needs.

This is the policy we have undertaken in order to fulfil our religious duty, trusting that all our brother Moslems in the East and West will pursue the same in fulfilment of their duty to us, and so strengthen the bands of the Islamic brotherhood.

We raise our hands humbly to the Lord of Lords for the sake of the Prophet of the All-Bountiful King that we may be granted success and guidance in whatsoever is for the good of Islam and the Moslems. We rely upon Almighty God, who is our Sufficiency and the best Defender.

The Sherif and Emir of Mecca,
EL HUSSEIN IBN ALI

25 Sha'ban 1334 (June 27, 1916)

Source: *Source Records of the Great War, Vol. IV*, ed. Charles F. Horne, *National Alumni*
1923

Anexo II – Declaração de suporte à Revolta pelo Ulema

Proclamation by the Ulema, March 1917

In the name of Allah the Merciful.

Proclamation to the Faithful.

We, the elders and lawyers of the House of God, are among those whom God has permitted to serve the faith and defend its truths. The world and its treasures, in comparison with truth, are not worth the wing of an insect, for there is no other purpose for man in this life except to prepare for eternity.

The Moslem soul rejoices in beholding the Grand "Kaaba" in the first streak of dawn and in the shadow of evening, and he is sanctified by dwelling in the land blessed by the Prophet of God. The peace of God be upon him! Can such a man allow his faith to be scorned or see evil befall the things that are holy? Even so it is with us who dwell in this holy place.

We have discerned the hearts of the usurpers of Osman's empire. We have learned their evil purpose with regard to our faith, we have beheld their crimes and wickedness in this our holy land, and our faith has shown us the path of salvation, and in its name we have acted according to our duty to ourselves and the Moslems of the world.

Every Moslem who would consider this matter should seek its cause and ascertain the nature of evil against which we rose in arms, when we found words were of no avail.

As for us, we are absolutely certain that the secret committee of the Young Turk Party has notoriously disobeyed God. No words stayed their hand from crime, and no opposition prevented the evil consequences of their actions. Let no one think that we speak vain things. There stand the facts and events which every man by inquiry can ascertain for himself.

We shall bring forth these facts and lay them before the Mohammedan world when necessity demands. Now we content ourselves with begging those of our brethren who oppose us to send some reliable person or persons to Constantinople, the capital of the Unionists, and there witness personally, as we have ourselves witnessed, Moslem women employed by the Government and exposed in public places unveiled before men of strange nations.

What do our true Moslem brethren who oppose us in haste think of this matter, an example of an evil that will greatly injure us if it increases and of which we publicly complain?

Would the obedience of people who do such a thing (and it is the least of their crimes against Islam and Moslems) be a true obedience or would it be disobedience to God? Never, by the God of the "Kaaba," never. To obey them is to disobey God. Far from it that any of the faithful should consent to this.

We endeavoured to please God and avoid a rebellion so long as it was possible. We rebelled in order to please God, and He gave us victory and stood by us in support of His law and religion, and in accordance with a wisdom known to Him which would lead to the uplifting of this people.

Every Moslem heart in the Ottoman Empire, even among the Turks in Anatolia and among the members of the Turkish royal family in the palaces, prays God for our success, and God always answers the prayers of the oppressed and the righteous.

There is no doubt about it, that if the inhabitants of those countries which the Unionists have lost through their alliance with Germany in this war had revolted against those oppressors, just as we did, they would have no more been regarded as belligerents and would thus have saved their countries for themselves. But if things should continue as they are, no territory will remain for this empire.

If you keep this in mind and remember what the Indian paper *Mashrek* wrote on September 12th and 19th on the subject of the disqualification of the Beni Osman to be the Caliphs of Islam, you will understand that we have risen in order to avert these dangers and to put the Islamic rule on a firm foundation of true civilization according to the noble dictates of our religion.

If our revolution were only to preserve the integrity of our country and to save it from what has befallen other Islamic countries, it is enough, and we are amply justified.

We call the attention of those who oppose us to the necessity of saving the other countries from the calamities into which their inhabitants have fallen and to deliver them from the destruction and ruin into which those criminal hands are dragging them, if any true religious enthusiasm is left at all.

We have done what we ought to do. We have cleansed our country from the germs of atheism and evil. The best course for those Moslems who still side with and defend this notorious gang of Unionists, is to submit to the will of God before their tongues, hands, and feet give witness against them.

It is a great mistake to suppose that in rising against this party we are rising against a legitimate Caliph possessing all the legal or, at least, some of the conditions qualifying him to be such.

What does the Mohammedan world say of the Beni Osman who pretend to be Caliphs of Islam, while for many years they were like puppets in the hands of the Janissaries; tossed about, dethroned, and killed by them, in a manner contrary to the laws and doctrines established in the books of religion on the accession and dethronement of Caliphs - which facts are recorded in their history?

History is now repeating itself. To those Janissaries, grandsons have appeared in these days who are repeating the acts enacted in the days of Abdul Aziz, Murad, and Abdul Hamid. The murder of Yussuf Izzedin, the Turkish heir apparent, is too recent to be forgotten.

Those who oppose us and side with the Beni Osman should do one of two things: (1) Consider the Janissaries and their grandsons as the final authority on the question of the Caliphate, which we do not think any reasonable man would do, because it is against the laws of religion; or (2) consider those Janissaries and their grandsons as void of authority on the Caliphate question, in which case we should ask them, "What is the Caliphate and what are its conditions?"

Therefore, it remains for those who oppose us to repent, to come to their senses and unite with us in appealing to the Moslem world to use all effective measures for the strengthening of Islam and the restoring of its glory.

We want those who are present here to tell you who are far away that we shall confess before Almighty God, on the last day, that today we do not know of any Moslem ruler more righteous and fearing God than the son of His Prophet who is now on the throne of the Arab country.

We do not know any one more zealous than he in religion, more observant of the law of God in words and deeds, and more capable of managing our affairs in such a way as would please God. The people of the Holy Land have proclaimed him their King simply because, in so doing, they would be serving their religion and country.

As to the question of the Caliphate, in spite of all that is known of the deplorable condition in which it is situated at the present moment, we have not interfered with it at all and it will remain as it is pending the final decision of the whole Mohammedan world.

Salams to all who hear what is said and believe the good in it. May God lead us all into the path of right.

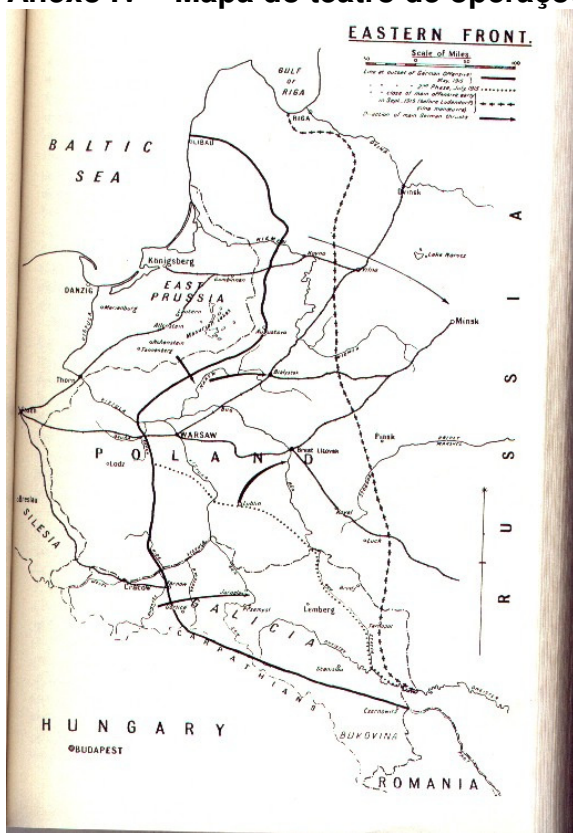
Source: Source Records of the Great War, Vol. IV, ed. Charles F. Horne, Nationa.l

Anexo III – Mapa das estradas de ferro européias

'180,000 miles of railroad track': the main European railway lines in 1914.



Anexo IV – Mapa do teatro de operações europeu do leste



Anexo V – Foto de Lawrence



Notas de Fim

ⁱ “critical analysis being the application of theoretical truths to actual events”.

ⁱⁱ “Critical analysis is not just an evaluation of the means employed, but of *all possible means* – which first have to be formulated, that is, invented.”

ⁱⁱⁱ “A critic should never use the results of theory as laws and standards, but only – as soldiers does – as *aids of judgement*. If, in tactics, it is generally agreed that in the standard line of battle cavalry should be posted not in line with but behind of infantry, it would be nevertheless be foolish to condemn every different deployment simply because it is different.”

^{iv} Its harmfulness when we were at Yenbo had been patent – the Turks in it were going to Mecca: but we had changed all that by our march to Wehj. Today we were blockading the railway and they only defending it. The garrison of Medina, reduced to an inoffensive size, were sitting in trenches, destroying their own power of movement by eating the transport they could no longer feed.”